

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Marilêne Auxiliadora Marinho

**O PODER DE UM LUGAR:
memórias, usos e representações do Largo de Coimbra
Ouro Preto/MG**

Belo Horizonte
2014

Marilêne Auxiliadora Marinho

**O PODER DE UM LUGAR:
memórias, usos e representações do Largo de Coimbra
Ouro Preto/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Luciana Teixeira de Andrade

Belo Horizonte
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M339p Marinho, Marilêne Auxiliadora
O poder de um lugar: memórias, usos e representações do Largo de
Coimbra Ouro Preto/MG / Marilêne Auxiliadora Marinho. Belo Horizonte,
2014.
131f.: il.

Orientadora: Luciana Teixeira de Andrade
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Espaços públicos - Ouro Preto (MG). 2. Memória coletiva. 3. Patrimônio
cultural. 3. Representações sociais. 4. Planejamento urbano. I. Andrade, Luciana
Teixeira de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 711.41(815.11)

Revisão ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor

Marilêne Auxiliadora Marinho

**O PODER DE UM LUGAR:
memórias, usos e representações do Largo de Coimbra - Ouro Preto/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade (Orientadora) – PUC Minas

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota – UFMG

Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme – PUC Minas

Belo Horizonte, 12 de março de 2014.

*Dedico este trabalho
primeiramente aos meus pais, Joel e Cecília, meu porto seguro, baluartes de toda jornada;
aos meus irmãos, em especial à Vânia e Zizium, pelo incentivo constante e por me fazerem
acreditar e seguir em frente;
aos meus queridos sobrinhos, Lucas, Líssia, Joyce, Gabriela, Guilherme, Gabriel, Júlia,
Rafael (meu afilhado) e Daniel, por me proporcionarem singulares momentos de alegria e
diversão, dando mais leveza e descontração a essa caminhada;
à Tia Maria, que, como uma estrela, vai “conhecer” o resultado desta dissertação numa
posição privilegiada, em outra dimensão.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço imensamente à minha orientadora, a Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade, que teve um papel decisivo na construção e consolidação deste trabalho, conduzindo-me de forma firme, paciente, generosa e respeitosa pelos caminhos do conhecimento nas ciências sociais, nunca dispensando palavras de incentivo e instigantes provocações, elementos que foram fundamentais para a ampliação do meu repertório teórico e do meu amadurecimento intelectual.

Meus sinceros agradecimentos ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas pela acolhida e ensinamentos; em especial às professoras Dra. Juliana Jayme, Dra. Regina Medeiros e Dra. Candice Vidal, cujos comentários, críticas, sugestões e provocações foram imprescindíveis no desenvolvimento desta dissertação e às quais devo parte do amadurecimento desta pesquisa.

Aos colegas e amigos da turma de mestrado PPGCS-PUC Minas 2012 pela solidariedade nos momentos de angústias e incerteza e pela alegria compartilhada nos nossos momentos de encontro e descontração. Em especial ao Kdu, ao Paulo Tiego, ao Vamberto, à Grazi e à Sandra pela convivência prazerosa e profícua, que tornaram esse caminho menos árduo.

Aos técnicos e funcionários da secretaria do PPGCS-PUC Minas, em especial à Ângela, pela atenção, seriedade e prestimoso trabalho.

Às minhas tias Nina, Maria (in memorian) e Neném, pela acolhida em Ouro Preto, pelas preciosas dicas e ensinamentos e pelo prazer da convivência – não há palavras que possam expressar a minha gratidão pelo que vocês fizeram e fazem por mim. E à Tia Juju, pelo importante auxílio no levantamento da bibliografia sobre Ouro Preto.

Ao Programa Trem da Vale, especialmente à Fernanda Rennó e à Sylvana Pessoa, pela confiança, paciência, compreensão e aprendizado diário e, sobretudo, por me possibilitarem conciliar os estudos com o meu trabalho no Programa de Educação Patrimonial (o PEPTV) pelo qual tenho imenso apreço.

Aos entrevistados durante essa pesquisa, que dispuseram de parte de seu tempo para me atender; em especial aos personagens da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão e aos moradores do Largo de Coimbra, que me permitiram contar essa história.

À CAPES pelo financiamento parcial desta pesquisa, essencial para a conclusão deste mestrado.

Sobretudo, agradeço a Deus por ter me permitido traçar esse caminho, por ter me colocado em contato com todas essas pessoas citadas, por ter me abençoado com uma família que me inspira e me encoraja a alçar voos maiores e que se traduz no meu porto seguro. Agradeço a Ele por essa graça de chegar até aqui e agradecer. Obrigada, meu Deus!

“(...) O lugar importa (Place Matters) porque a perda de negócios locais estimados e marcos urbanos empobrecem a cidade, especialmente quando essa perda poderia ter sido impedida. / O lugar importa (Place Matters) porque as nossas vidas são enriquecidas por viver numa cidade onde o meio ambiente natural e construído se articula em ricas camadas de história, memória e narrativas.”

(HAYDEN, 1995 apud CASTRIOTA, 2009, p. 129.)

RESUMO

Esta dissertação contempla uma discussão acerca dos usos e sentidos atuais dos espaços públicos urbanos, buscando estabelecer as relações entre o uso comercial do espaço público e a dimensão do sentido público de espaços urbanos de uso comercial, em especial daqueles que são considerados como patrimônio. Na presente pesquisa, procurou-se, ainda, problematizar a questão da transformação e suposta decadência do espaço público na vida moderna; as estratégias urbanas de programação das cidades para o consumo e lazer e a questão do patrimônio nesse universo, tomado como capital imobiliário que, muitas vezes, desencadeia processos de *gentrificação* frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano. Para tanto, tomamos como objeto de análise o espaço público Largo de Coimbra, no centro histórico da cidade de Ouro Preto (Minas Gerais), contemplando as transformações sofridas por esse espaço urbano cuja trajetória coincide com a das políticas de preservação de Ouro Preto ao longo do século XX. Visando apreender o cotidiano do lugar “Largo do Coimbra” a partir da compreensão das apropriações, representações, rotinas e rituais, estabelecidos entre os atores sociais da Feira de Artesanato em Pedra Sabão que se instalou no referido Largo há décadas, lançou-se mão da observação participante, da pesquisa documental, da interpretação de entrevistas realizadas com os feirantes e moradores do Largo, bem como da etnografia da Feira de Artesanato.

Palavras-chave: Espaço público. Sociologia urbana. Patrimônio cultural. Planejamento urbano. Memória. Representações sociais. Ouro Preto.

ABSTRACT

This dissertation contemplates a discussion about the uses and current meanings of the public spaces, trying to establish the relations between the commercial usage of the public space and the dimension of the public sense of urban of commercial use, in special those spaces considered as heritage. In the present study, also sought, discuss the issue of the transformation and alleged decadence of public space in modern life; the urban planning strategies of cities to consumption and leisure, and issue of the heritage in this universe, taking as real estate capital that, many times, triggers gentrification processes forward the strategies of political urban beautification. Therefore, we have taken as study subject the public space “Largo de Coimbra”, in historical center of Ouro Preto (Minas Gerais), contemplating suffered transformations by this public space that trajectory coincides with the trajectory of conservation policies of Ouro Preto through twentieth century. In order to find the routine of the place “Largo de Coimbra” from the understanding of appropriations, representations, routines and rituals, between social actors from the Craft Fair Soapstone that settled on the referred “Largo” for decades, it employed participant observation, documentary research, the interpretation of interviews with merchants and residents of “Largo”, and ethnography as well of the Craft Fair.

Keywords: Public space. Urban sociology. Cultural heritage. Urban planning. Memory. Social representations. Ouro Preto.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– Igreja de São Francisco de Assis e antigo Pelourinho do Largo de Coimbra.....	36
FIGURA 2– Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra: antigo mercado de tropeiros	38
FIGURA 3– Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra: antigo Mercado Municipal de Antônio Dias	40
FIGURA 4– Largo de Coimbra: Feira de Artesanato em Pedra-Sabão	41
FIGURA 5– Largo de Coimbra, Ouro Preto: “Anteprojeto para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto –SPHAN”	43
FIGURA 6– Largo de Coimbra, Ouro Preto: “Anteprojeto para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto – SPHAN”	44
FIGURA 7– Parte da Praça do Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra	45
FIGURA 8– Fachada da antiga Escola Normal da cidade de Ouro Preto, atual Pousada do Mondego	46
FIGURA 9– Largo de Coimbra: fachada da Pousada do Mondego.....	46
FIGURA 10 – Mapa do município de Ouro Preto e seus distritos.....	50
FIGURA 11 – Largo de Coimbra: vista privilegiada da cidade.....	54
FIGURA 12 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: vista da varanda da Pousada do Mondego.....	56
FIGURA 13 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: vista lateral das bancas.....	57
FIGURA 14 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: vista posterior das bancas	58
FIGURA 15 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: detalhe das lonas que cobrem algumas bancas da Feira, especialmente em dias de chuva.....	59
FIGURA 16 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: detalhe das lonas que cobrem algumas bancas da Feira, especialmente em dias de chuva.....	59
FIGURA 17 (A e B) – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: vista de dentro.....	60
FIGURA 18 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: visitantes nos corredores da Feira.....	61
FIGURA 19 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: turistas e estudantes disputando espaço entre as bancas.....	61
FIGURA 20 (A e B) – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: detalhe da disposição das peças nas bancas.....	62

FIGURA 21 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: detalhe de uma banca cujo estilo e disposição das peças e formato da banca são diferenciados	63
FIGURA 22 (A e B) – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: artesãos fazendo o acabamento em picote em mandala	64
FIGURA 23 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra num final de tarde: detalhe da luz acesa das bancas do entorno e dos lampiões	69
FIGURA 24 – Desmontagem da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra – Ouro Preto, por ocasião da Semana Santa	71
FIGURA 25 – Desmontagem da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra – Ouro Preto, por ocasião da Semana Santa	71
FIGURA 26 – Armazenamento dos produtos dos feirantes no pátio interno da Casa de Gonzaga – Semana Santa	72
FIGURA 27 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: transporte de mercadorias da Feira, por ocasião da Semana Santa	73
FIGURA 28 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: banca da artesã Divina com as peças encaixotadas por ocasião da Semana Santa.....	73
FIGURA 29 – Armazenamento das peças das bancas da Feira na área do antigo trailer de lanches, por ocasião da Semana Santa.....	74
FIGURA 30 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: pátio da Feira após a desmontagem, na Quinta-Feira Santa.....	75
FIGURA 31 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: a feirante almoçando na banca improvisada à sombra do ombrelone	76
FIGURA 32 – Largo de Coimbra: espaço “mirante do Largo”.....	84
FIGURA 33 – Largo de Coimbra: crianças no espaço “mirante do Largo”	84
FIGURA 34 – Largo de Coimbra: espaços até então “ociosos” na Feira de Artesanato (antes).....	86
FIGURA 35 – Largo de Coimbra: bancas recém-instaladas em locais “ociosos” do espaço ocupado pela Feira de Artesanato (depois).....	86
FIGURA 36 – Imagem de satélite do Largo de Coimbra – Ouro Preto/MG	88
FIGURA 37 – Largo de Coimbra: Festival de Inverno de Ouro Preto (entre 1967 e 1973)– detalhe do estacionamento que funcionou no espaço do antigo mercado	94
FIGURA 38 – Guignard no Largo de São Francisco de Assis –abril de 1962.....	103
FIGURA 39 – Largo de Coimbra: Igreja de São Francisco de Assis com antigo mercado	104
FIGURA 40 – Alunos do Ginásio Estadual e Escola Normal no desfile do Dia da Independência, no Largo de Coimbra, em 07.09.1971.....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ESPAÇO PÚBLICO, COMÉRCIO E PATRIMÔNIO.....	16
1.1 Espaço público, espaço urbano e lugar: revisitando conceitos.....	16
1.2 Espaço público e lugar.....	22
1.3 Espaço público e patrimônio	25
1.3.1 <i>Espaço público para o consumo e o lazer</i>	28
1.4 O comércio, o espaço público e o patrimônio frente às estratégias de promoção das cidades.....	30
2 O ARTESANATO EM PEDRA-SABÃO E A CIDADE.....	34
2.1 O Largo de Coimbra em Ouro Preto, um lugar de comércio: do Mercado de Tropeiros à Feira de Artesanato.	37
2.2 O distrito de Santa Rita de Ouro Preto – Capital da Pedra-Sabão.....	50
2.3 Etnografia da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.....	53
2.3.1 <i>A Feira de Artesanato na Semana Santa em anos ímpares</i>	70
3 MEMÓRIAS, USOS E REPRESENTAÇÕES DO LARGO DE COIMBRA	79
3.1 Observando a Feira de Artesanato, de perto e de dentro: um percurso metodológico.....	79
3.2 A cidade, o Largo, a Feira e os feirantes	87
3.2.1 <i>Memórias de antigos moradores do Largo de Coimbra</i>	101
3.3 O lugar da Feira de Artesanato.....	108
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, intitulada “O poder de um lugar: memórias, usos e representações do Largo de Coimbra (Ouro Preto/MG)”, propõe uma discussão acerca da tensão entre o patrimônio e o uso comercial de espaços públicos, analisando um espaço público de uso comercial que é considerado patrimônio da cidade de Ouro Preto – MG: o Largo de Coimbra.

Procurou-se aqui analisar as relações socioculturais estabelecidas no Largo de Coimbra, como lugar de comércio e patrimônio, e conhecer as representações simbólicas historicamente tecidas pelos feirantes da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão (ou “Feirinha de Pedra-Sabão”), que se instalou há décadas nesse espaço.

Desde a supressão do antigo mercado (1946-1947), que conferiu uma nova paisagem ao Largo de Coimbra (evidenciando a Igreja de São Francisco de Assis, obra-prima de Aleijadinho), alguns projetos foram cogitados para o referido espaço (como um projeto de autoria atribuída a Lúcio Costa, no ano de 1945, conforme evidências encontradas em correspondências entre este e técnicos do SPHAN). No entanto, nenhum dos projetos pensados até hoje vingou. O local acabou sendo apropriado, desde a década de 80, por um grupo de artesãos que estabeleceu ali a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão. Atualmente, há certa insegurança entre os feirantes, em função de um prenúncio da administração municipal anterior (2009-2012) que, com o início das obras de restauração da antiga Santa Casa de Ouro Preto para criação do Paço da Misericórdia, onde funcionaria o Centro de Artes e Afazeres de Ouro Preto, pronunciou que a Feira de Artesanato seria transferida para o referido Paço. Algumas demonstrações de resistência vêm se esboçando, como matérias em jornais locais defendendo a permanência da Feira e convocando a comunidade ouro-pretana a se manifestar. Fato é que existem muitas pessoas que são contra a retirada da Feirinha e outras tantas, a favor. Esse impasse já vem se arrastando há vários anos – em distintos governos, a administração municipal tem apresentado o interesse em retirar a Feira de Artesanato daquele local. Os feirantes, por sua vez, buscam alternativas que garantam a manutenção da Feira ali, além de melhores condições de trabalho e infraestrutura.

Buscar-se-á, nesse contexto, compreender, por meio deste estudo de caso, como se deu o processo de construção da Feira de Artesanato ao longo de sua história, bem como compreender as ações efetivadas pelo poder público no Largo e as representações que as pessoas que dele usufruem cotidianamente elaboram sobre esse espaço e sobre as intervenções por ele sofridas.

Para desenvolvimento desta pesquisa, partimos do seguinte problema: como foram construídas as configurações do espaço da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra ao longo de sua história e em que medida as suas representações simbólicas, historicamente tecidas pelos seus atores sociais, fazem da Feira de Artesanato “um lugar onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas”¹, ou seja, um patrimônio cultural? E quais são as implicações do uso comercial de um espaço público que é patrimônio?

O objeto empírico deste estudo de caso é o uso comercial do espaço público: o comércio que muitas vezes é tido como algo negativo a esse espaço, daí as políticas de remoção das atividades comerciais nesses locais. O lugar da pesquisa é o Largo de Coimbra, localizado no centro histórico da cidade de Ouro Preto-MG, por se tratar de um espaço de comércio e, ainda, uma área que integra o conjunto arquitetônico que é considerado patrimônio ouro-pretano.

A partir do problema apresentado, a presente pesquisa objetiva, portanto, assimilar as implicações do uso de um espaço público que é patrimônio através da compreensão do espaço público Largo de Coimbra, sua história e as representações simbólicas de seus atores sociais.

Partimos da hipótese de que o uso comercial do espaço público não necessariamente implica em sua privatização, mas concorre para sua vitalidade e reativação como espaço público à medida que intensifica e diversifica o seu uso, contribuindo para um não esvaziamento do sentido público de espaços urbanos de uso comercial.

Entendemos que essa pesquisa justifica-se por diversos fatores, dentre os quais, destacamos que, além da contribuição teórico/empírica relativa aos usos e sentidos atuais dos espaços públicos urbanos, esse estudo de caso favorece um mapeamento de apropriações contemporâneas alternativas do espaço público, em particular, da apropriação comercial de um espaço público que é patrimônio.

Quanto à estruturação, esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro pretendeu-se percorrer alguns meandros da problemática do lugar, que tem ganhado proeminência nas últimas décadas. Com o objetivo de fazer uma revisão bibliográfica, esse capítulo traz como eixo central os conceitos de espaço público e lugar, espaço urbano e esfera pública, articulando-se esses conceitos com a questão dos usos e contra-usos dos espaços públicos e dos chamados “espaços pseudopúblicos” e a questão da patrimonialização que permeia práticas “estratégicas” de intervenção urbana. Nesse capítulo, desenvolveu-se uma discussão acerca da presença do comércio no espaço público, buscando problematizar o fato

¹Citação extraída do Decreto 3.551, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, de 4 de agosto de 2000: Livro dos Lugares, inciso IV do § 1º do artigo 1º.

de essa presença ser vista de forma negativa. Problematicou-se, ainda, a questão da transformação e suposta decadência do espaço público na vida moderna; as estratégias urbanas de programação das cidades para o consumo e lazer, e a questão do patrimônio nesse universo, tomado como capital imobiliário e desencadeando, frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano (revitalização, readequação, renovação, preservação, proteção, requalificação), muitas vezes, processos de *gentrificação*.

A partir da leitura da bibliografia indicada e da consulta em arquivos permanentes, como Arquivo Permanente da 13ª Regional do IPHAN em Belo Horizonte e Arquivo Noronha Santos no Rio de Janeiro, buscou-se, no segundo capítulo, construir o histórico do Largo de Coimbra, contemplando as transformações sofridas por esse espaço urbano cuja trajetória coincide com a das políticas de preservação de Ouro Preto (Minas Gerais) ao longo do século XX. Esse capítulo contempla, ainda, as particularidades do artesanato em pedra-sabão na cidade de Ouro Preto, focalizando o distrito de Santa Rita de Ouro Preto, considerado a *capital da pedra-sabão*. Lançando mão do percurso metodológico de observar a Feira de Artesanato de “perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), construiu-se, nessa etapa do trabalho, a etnografia da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra, buscando, de uma maneira ou de outra, trazer o leitor para o interior da Feira.

Visando apreender o cotidiano do lugar “Largo do Coimbra” a partir da compreensão das apropriações, representações, rotinas e rituais, estabelecidos entre os atores sociais da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão, o terceiro capítulo contempla os depoimentos, memórias e narrativas dos feirantes e de moradores do Largo de Coimbra. A partir das memórias e vivências dos feirantes, seus valores simbólicos e sua luta pelo *lugar da Feira* no Largo, reconstruiu-se o percurso histórico da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão. Para a construção desse capítulo, utilizou-se da interpretação das entrevistas realizadas com os feirantes e moradores do Largo, bem como da observação participante e da etnografia da Feira de Artesanato.

Por fim, para encerrar essa introdução, traço aqui algumas considerações acerca da escolha do lugar da minha pesquisa – o Largo de Coimbra –, onde busco analisar um tipo de uso comercial do espaço público. Primeiramente, o meu interesse em estudar Ouro Preto, deve-se à minha paixão por essa terra, da qual tenho a honra de ser filha. A minha atenção pelo Largo de Coimbra foi despertada quando, certa vez, nos idos do ano 2000, voltava da faculdade (época em que estudava Licenciatura em Matemática na UFOP), passando de ônibus numa noite de Quinta-Feira Santa, fiquei surpresa ao ver o Largo completamente vazio, sem a Feira de Artesanato. Apesar de já ter ido algumas (poucas) vezes ao “Largo da

Feirinha” durante a cerimônia de Descendimento da Cruz, na Sexta-Feira da Paixão, nunca tinha visto o Largo daquela forma. Isso porque, na referida cerimônia, o Largo fica repleto de pessoas e, apesar de perceber a ausência das bancas dos feirantes, não é possível notar a dimensão do vazio de quando o Largo é literalmente esvaziado de bancas e de pessoas. Esse fato, junto à informação que há muito tempo ronda a cidade, de uma possível supressão da Feira do Largo, trouxe-me uma inquietação: como ficaria o Largo de Coimbra sem a Feirinha? Eu desconheço aquele espaço sem essa Feira. Isso fez com que eu escolhesse esse espaço urbano da cidade para desenvolver um exercício de percepção no âmbito da disciplina acadêmica *Introdução à Arquitetura e Urbanismo*, quando cursava “Tecnologia em Conservação e Restauração de Bens Imóveis” no CEFET- Ouro Preto, atual IFMG, no ano de 2006. Esse exercício tinha por objetivo a identificação detalhada e a compreensão da utilização do espaço urbano “Largo São Francisco de Assis”² pelos diversos segmentos sociais que o compõem. Posteriormente, já na Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica pela Escola de Arquitetura da UFMG, que cursei no período de 2007 a 2009, retomei o Largo de Coimbra como projeto para o trabalho de conclusão da especialização, mas acabei tendo que mudar o tema em função da demanda de dedicação intensa, do curto prazo para desenvolvê-lo e por questões de ordem profissional. E foi no Mestrado em Ciências Sociais da PUC Minas que o projeto, até então adormecido, tomou corpo e consistência se transformando, hoje, no estudo de caso aqui apresentado.

² O Largo de Coimbra é popularmente conhecido como “Largo de São Francisco de Assis” ou “Largo da Feirinha”.

1 ESPAÇO PÚBLICO, COMÉRCIO E PATRIMÔNIO

Conforme exposto na introdução, o presente estudo envolve os conceitos de espaço público e de patrimônio e de seu uso como lugar de comércio. Nesse contexto, buscaremos compreender quais signos norteiam a maneira da utilização do Largo de Coimbra, em Ouro Preto, por grupos e agentes distintos que vêm se apropriando deste, considerando suas práticas socioespaciais cotidianas, tomando como premissa que “a construção dos sentidos de lugar no espaço público é um processo de grande importância para entender as questões atuais do patrimônio que, em geral, se concentram nas áreas centrais da cidade”. (ARANTES, 2006, p. 430).

1.1 Espaço público, espaço urbano e lugar: revisitando conceitos

O espaço público urbano tem sido objeto de estudo de inúmeros pesquisadores sob diferentes abordagens e perspectivas de análise. Muitas têm sido, dessa forma, as conceituações de espaço público (em sua grande maioria, esse conceito é dado em oposição ao espaço privado).

Espaço por excelência na/da cidade, o espaço público é o local no qual podemos conhecer a cidade (NARCISO, 2009). Por tratar-se, em tese, de um espaço simbólico, pode constituir-se como uma fonte significativa de representação pessoal, cultural e social. Dentre as características consideradas próprias do espaço público, estão a multiplicidade de usos e o encontro social (SALCEDO, 2002), a multiplicidade de interações sociais, as dimensões de livre acesso físico e simbólico de diferentes ocupações e de múltiplas fronteiras. Por ser aberto a todos, “a sujeitos em diferentes posições na hierarquia social, é também o lugar do conflito” (JAYME; NEVES, 2010). Por ser de todos, o seu uso precisa ser negociado.

Devido a suas características, o espaço público se torna uma importante fonte para compreensão das transformações ocorridas no âmbito das cidades, possibilitando análises das sociabilidades entre seus diversos atores. Santos (1986) nos lembra de que os espaços urbanos, público e privado, formam um código, com seus cheios e vazios. São verdadeiros livros abertos, que não só revelam *onde* os que nele estão se encontram, como *quem* são os outros que nele se encontram. Segundo o autor,

Uma jornada comum, que implica deslocamentos, passagens por ambientes dos mais privados aos mais públicos, ida a lugares onde se produz, se consome, se circula, se descansa, equivale a uma carga informativa das mais completas. A diversidade

complementar de atividades é a matéria-prima da ideia de cidade. Faz com que se modelem determinadas expressões físicas enquanto se estampa, se expõe e é transformada através delas. (SANTOS, 1986, p.60).

É nesse sentido que na presente pesquisa interessa-nos debruçar sob a questão do papel dos lugares sociais na construção do espaço público – um espaço social de tensão que, conforme afirma Certeau (1998), é resultado de um conflito permanente entre poder e resistência ao poder, em que há sempre uma força hegemônica e disciplinária e outra que a ela se contrapõe.

No debate atual acerca do espaço público, alguns autores defendem que, em função de uma predileção cada vez maior por espaços privados ou “pseudopúblicos”, mudanças significativas vêm ocorrendo nos espaços públicos das cidades, tendo como principal consequência o declínio da função social destes. Essas mudanças trazem à tona novas discussões que desencadeiam a necessidade de novas definições para qualificar como públicos determinados espaços urbanos que contemplem a dimensão entre espaço físico e urbano e a sociabilidade pública.

Sennett (1988), em seu livro “O declínio do homem público: as tiranias da intimidade”, aponta para uma série de mudanças que ocorreram no âmbito das sociedades nos séculos XVIII e XIX, com um esvaziamento da esfera pública em decorrência de um isolamento do homem moderno, que estaria cada vez mais voltado para a vida privada. O autor assinala como símbolos da sociedade contemporânea o desequilíbrio da vida privada e o esvaziamento da vida pública. Para ele, em função desse “isolamento social”, em que os habitantes de uma cidade são inibidos a sentirem qualquer relacionamento com o meio, tem havido um desgaste significativo da vida pública. E o fato de a sociedade manifestar-se cada vez mais individualista, com as pessoas valorizando o lugar da intimidade em detrimento da vida pública, a qual teria, segundo ele, se transformado numa obrigação, acarretou mudanças significativas na esfera pública que reverberaram no espaço público, causando o seu esvaziamento. Nesse sentido, os espaços vazios programados para o encontro, para as sociabilidades, passam a servir apenas como locais de passagem, um meio para se chegar a uma finalidade, implicando numa completa descaracterização do espaço público. (SENNETT, 1988).

Numa interpretação que prega a perda da esfera pública em função de um crescimento da criminalidade, Teresa Caldeira resalta a questão das diferenças sociais, que se consolidam pelo uso de espaços privatizados que segregam e discriminam. A crescente criminalidade, responsável por tornar cada dia mais tensos os encontros nos espaços públicos, teria criado, na

concepção de Caldeira, um “novo padrão de segregação urbana baseado na criação de *enclaves fortificados*”³. Para a autora,

À medida que as elites se retiram para seus enclaves e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente. (CALDEIRA, 2000, p.301).

Caldeira aponta que “esse novo padrão de segregação urbana” representado pelos *enclaves fortificados* provoca transformações nas cidades contemporâneas especialmente no que tange às concepções do público, exemplificando “a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano” (CALDEIRA, 2000, p.11). Citando como exemplo São Paulo e Paris, a autora argumenta que, marcadas pelas desigualdades sociais e segregação, as cidades contemporâneas e seus espaços são apropriados distintamente por grupos diversificados, conforme sua posição social e poder. Ela defende a tese de que as transformações nos diversos espaços das cidades em virtude de muitas das mudanças nos seus espaços urbanos, a exemplo de São Paulo e Los Angeles, causaram maior segregação entre os grupos sociais, “que estão cada vez mais confinados a enclaves homogêneos” (CALDEIRA, 2000, p.339). A autora ressalta ainda que a “privatização e fronteiras rígidas (tanto materiais como simbólicas) fragmentam continuamente o que costumavam ser espaços mais abertos e servem para manter grupos separados” (CALDEIRA, 2000, p.339). As consequências dessa fragmentação e privatização, como alerta a autora, são severas e provocam alterações substanciais na vida pública, sendo o espaço público das cidades a arena na qual essas tendências antidemocráticas reverberam. É essa fragmentação e consequente privatização do espaço público que impossibilitam a instauração do “espaço moderno democrático” que, na cidade moderna, se cristaliza no espaço em que a interação social acontece a despeito das diferenças dos cidadãos e onde prevalece a tolerância às diferenças sociais e os encontros anônimos (CALDEIRA, 2000).

Teóricos como Sennett e Caldeira que, no debate acerca dos usos e apropriações do espaço público, diagnosticam a perda de vitalidade desses espaços na contemporaneidade, conforme aponta Andrade e Batista (2013), não levam em conta a resistência ou os *contra-usos* do espaço público. Essa resistência ou esses “outros usos” (que não aqueles “planejados”) ocorrem especialmente quando se trata de transformações no espaço urbano em

³ “Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados à residência, lazer, trabalho e consumo.” (CALDEIRA, 2000, p. 11).

função de processos de renovação como revitalização, requalificação, reabilitação. Tais processos de renovação desencadeiam ações reflexivas: à medida que tendem a moldar as configurações sociais do espaço público, atribuindo-lhes novas formas e sentidos, são moldados pelas práticas sociais, numa *subversão prática e simbólica* dos usos do espaço (LEITE, 2006), dando-lhes novos usos e novos sentidos. Essa subversão, conforme ressalta Leite, pode

sugerir que certos setores da população tendem a desenvolver formas próprias de interagir com os espaços, independente daqueles usos oficialmente esperados. Tais formas podem ser entendidas, quer como modos deliberados de se contrapor às demandas planejadas de uso, quer como tão-somente manifestações das maneiras de apropriação possível. Em qualquer desses casos, o caráter político desses usos inesperados tem forte ressonância sobre as práticas cotidianas de usos públicos dos espaços da cidade. (LEITE, 2006, p.24).

Assim como Leite (2001, 2004, 2006), em um contraponto a esse debate acerca de uma decadência do espaço público, diferentes autores (SOBARZO, 2006; ANDRADE; JAYME; ALMEIDA, 2009; ANDRADE; BAPTISTA, 2013; LOPES, 2007) argumentam a partir de pesquisas realizadas especialmente no Brasil e em Portugal que o espaço público não está em declínio, mas em transformação e afirmam que alguns espaços públicos ainda mantêm grande vitalidade.

Leite (2008, p. 35) aponta “uma falsa sinonímica criada entre os termos espaço urbano, esfera pública e espaço público” como responsável, em parte, “pelo generalizado obituário que permeia a discussão contemporânea sobre cidades e vida urbana”. Para o autor, ainda que as noções de espaço público e espaço urbano possam ser complementares, é necessário especificar determinadas características que qualificam, por exemplo, uma determinada rua como espaço urbano. Ele ressalta que “uma noção de espaço público requer, para qualificar como públicos determinados espaços urbanos da vida contemporânea, uma inserção conceitual de mão dupla entre espaço e sociabilidade pública” (LEITE, 2001, p.217).

Buscando dar conta da diversidade dos espaços públicos e dos espaços considerados semipúblicos na contemporaneidade – shoppings centers, centros empresariais, parques temáticos, condomínios fechados, centros turísticos, etc. –, os “novos espaços públicos” e/ou os ditos *espaços pseudopúblicos*, Lopes (2007), em seu texto “Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público”, desenvolve a hipótese de que “os espaços públicos livres, imprevistos, concretos e periféricos poderão sustentar um reencantamento da vida urbana”. O autor sugere a concepção de espaços públicos a partir de quatro eixos:

- a) o primeiro eixo refere-se aos espaços livres versus espaços securitários, sendo que esses últimos, por definição, fugiriam àquilo que seria uma concepção genuína de espaço público, tendo em vista que desconsideram as dimensões livre acesso, físico e simbólico, de múltiplos usos e de diferenciadas fronteiras, constitutivas do espaço público. Como exemplos, o autor assinala os condomínios fechados, as cidades-jardins que usam de uma série de dispositivos legais e informais para legitimar um uso seletivo de tais espaços. Seria o que Caldeira (2000) classificou como “enclaves fortificados”;
- b) o segundo eixo diz respeito aos espaços públicos “desde os mais racionais e planificados aos mais emotivos e imprevistos” e situa essa dimensão, referenciando Lefebvre, entre “representações do espaço (planificado e construído de acordo com o modo de produção dominante, numa mescla de conhecimento técnico-científico e de ideologia) e espaços de representação (representações e práticas vividas)” (LOPES, 2007, p. 70);
- c) o terceiro eixo abrange o que o autor chama de espaços públicos virtuais e de espaços reais e concretos. O primeiro, o autor associa a uma “fantasmagoria do espaço”, isto é, à dissociação entre espaço e lugar, traduzido pelas relações sociais a distância. Já o segundo, por outro lado, está radicado na ordem da interação e da sociabilidade de proximidade, traduzido pelas relações sociais face a face;
- d) como quarto eixo, o autor propõe um “continuum entre espaços públicos centrais e espaços públicos periféricos”, em que os primeiros tendem a associar-se aos “lugares urbanos de concentração de poder”, muitas vezes imbuídos de uma forte carga patrimonial, oficialmente classificada. Já os espaços públicos periféricos, por outro lado, estariam radicados no princípio da não indiferença à diferença, tendendo a “escapar às fachadas e à visibilidade, fluindo na vida quotidiana como lugares intersticiais, negociados e experimentados”. (LOPES, 2007, p.71).

Ao incorporar uma diversidade de formas e de elementos, os espaços públicos das cidades contemporâneas possibilitam variados modos de interlocução do cidadão com o coletivo, mediando as relações sociais por meio de sentimentos e sentidos (LOPES, 2007). Nessa perspectiva, para uma reflexão acerca da qualidade dos espaços urbanos, o autor propõe a “metodologia do andante” que, segundo ele, “é capaz de restituir sentido político e cidadão às ‘competências do cidadão’, bem como potenciar a multiplicação de plurais e inusitados usos” dos espaços públicos, pela incorporação de disposições interacionais. (LOPES, 2007,

p.69). Segundo o autor, andar não é mera repetição ou mera trivialidade. Essa ação “pode também convocar o pensamento reflexivo, *aquele que pisa e repisa sobre os passos dados*” (LOPES, 2007, p.73, grifos do autor), abrindo e fechando possibilidades, oferecendo barreiras às apropriações, ligando o visível (a materialidade do espaço urbano) ao invisível (memórias, sentidos). Por essa metodologia é possível elaborar, segundo o referido autor, pouco a pouco uma crítica sistematizada acerca da “noção ‘normal’ e padronizada de cidadão” (LOPES, 2007, p.79). Ele salienta que:

Se o sujeito não se afigura como sendo um *cultural dope*, marioneta, receptor passivo, receptáculo vazio ou tábua rasa, andar ativa a mediação dos sentidos: “a experiência dos ambientes diários das pessoas e as relações sociais que aí se forjam são largamente mediadas por sentimentos e sensibilidade (confusão, agorafobia, euforia, excitação, stress, tédio, indiferença, humilhação, orgulho)”⁴. (LOPES, 2007, p.73).

Lopes aponta que, no processo de observação da cidade, depara-se com um universo de espaços públicos de diversa composição e qualidade. Uns de caráter mais tradicional, com forte carga de historicidade ou mesmo de monumentalismo, enquanto outros, “recém-regenerados, com maior ou menor sucesso”. Nesse contexto, ele chama a atenção, referenciando Rogério Proença Leite, para os contra-usos do espaço público, ressaltando que é na prática espacial urbana que os espaços públicos se configuram, para além das representações do espaço segundo as lógicas dominantes: “é pela transgressão de fronteiras e pelo mover-se na fronteira que as legitimidades dominantes vão sendo, a diversos níveis, questionadas” (LOPES, 2007, p.79).

Como veremos mais adiante, ao longo desta dissertação, o nosso objeto empírico, o espaço público Largo de Coimbra, será analisado a partir desses eixos propostos por Lopes (2007): trata-se de um espaço livre (1º eixo), um espaço de representação (2º eixo), um espaço radicado na ordem da interação e da sociabilidade de proximidade – de relações face a face (3º eixo) e, por fim, trata-se de um espaço central, imbuído de forte carga patrimonial (4º eixo), cheio de vitalidade. De modo que, no estudo de caso aqui apresentado, o Largo de Coimbra, além de apresentar uma forte carga de historicidade, configura-se para além das representações do espaço segundo as lógicas dominantes – trata-se aqui de um exemplo dessa transgressão de fronteiras para a qual Lopes (2007) chama a atenção.

⁴VANDEVYVERE, Andy et al. Walking through the city: from practice to method. In: AA.VV. Making sense in the city. *A Prior Magazine*, Brugge, s/d, p. 81 apud LOPES, 2007.

É nesse contexto que, contrapondo ao discurso sobre o atual declínio do espaço público, defendemos o Largo de Coimbra, neste estudo de caso, como sendo um espaço público de grande vitalidade que se materializa em função da presença do comércio no local. Antigo “Largo do Mercado”, que abrigou o Mercado Municipal da cidade, o Largo de Coimbra é hoje popularmente conhecido como “Largo da Feirinha”. E, assim, referenciando Leite (2001) que argumenta que o espaço público se configura qualificando um logradouro público justamente onde incide a confluência entre espaço concreto e material da rua e as ações sociais que lhe dão sentido (LEITE, 2001), afirmamos que a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão e as ações sociais que dela desencadeiam é que qualificam atualmente o espaço público Largo de Coimbra. E é com essa concepção, associada a uma noção de sociabilidade referente a processos interativos, representativos e simbólicos relacionados às experiências vividas (LEITE, 2006), que tomamos o referido largo, um espaço apropriado por um grupo de comerciantes que instalou ali, há mais de três décadas, a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão. Uma apropriação ou um uso comercial do espaço público que resiste ao tempo e às políticas de “embelezamento urbano”.

1.2 Espaço público e lugar

Certeau salienta que o espaço realiza-se à medida que é vivenciado, ressaltando que é por meio do contato físico que o espaço público adquire identidade. Para esse autor, o espaço seria o lugar animado por um deslocamento: “existe espaço sempre que se tomam em conta os vetores de direção, quantidades de velocidade e variável tempo” (CERTEAU, 1988, p.202). Sem mobilidade não há espaço, apenas lugares ou espaço “fantasmagórico”, para usar da expressão de Lopes (2007). A análise de Certeau considera a existência de um movimento que condiciona a produção de um espaço, associando-o a uma história.

Diferentemente da noção de espaço, a noção de lugar, conforme aponta Leite (2009), é menos genérica e abrangente – os lugares podem ser entendidos como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, “orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente” (LEITE, 2009, p. 21-22). Certeau (1998) faz uma distinção entre um espaço antropológico e um espaço geográfico (ou geométrico) e, ainda, entre espaço e lugar. Segundo esse autor,

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem os elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos

considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. (...). O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em termo que depende de múltiplas convenções (...). Diversamente do lugar, não tem, portanto, nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. (CERTEAU, 1998, p.201, 202).

Para esse autor, “o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 1998, p. 202). No entanto, conforme salienta Leite (2009), essa distinção entre lugar e espaço não necessariamente significa estabelecer ao primeiro fronteiras rígidas e ao segundo reservar a dinâmica da mudança histórica. Referenciando Bachelard, Leite salienta que “os lugares, no entanto, guardam, de fato, estreita relação com certos aspectos mais perenes da vida social, do passado, comum e do inconsciente das pessoas” (LEITE, 2009, p.22).

E é ressaltando essa distinção dos lugares em estreita relação com aspectos perenes da vida social que Andrade (2009) aponta a importância dos lugares, como praças, parques, bairros, na identificação dos cidadãos com as cidades e na construção da identidade de uma coletividade. Segundo a autora,

É por meio da lembrança dos lugares que as nossas experiências se fixam na memória e na nossa sensibilidade. Pertencer a uma cidade, a um estado ou a uma nação não é apenas uma condição legal, mas principalmente o compartilhamento de experiências e de vivência dos lugares. Disso decorre a importância de se preservar os lugares mais significativos da cidade como forma de consolidar a relação de identificação e envolvimento dos cidadãos com a cidade. (ANDRADE, 2009, p.3).

Leite (2006) nos lembra de que um lugar é sempre um espaço da construção da diferença, em que são inscritas as marcas que caracterizam as diferentes demandas de uma coletividade. Assim como os processos formadores de identidades, a construção dos lugares é relacional e se dá em função de uma necessária diferenciação que o singulariza espacial e socialmente (LEITE, 2006). Para o autor, é por meio dessa diferenciação que um lugar pode vir a ter o status de espaço de cidadania:

Através dele podem ser demarcadas, social e espacialmente, as confluências ideológicas ou dissensões que traduzirão na tentativa de uma reivindicação de diferentes valores culturais, interesses políticos, visões de mundo e necessidades materiais. (LEITE, 2006, p.40).

Nesse contexto, o conceito de lugar, para o que se propõe esta pesquisa, possibilitar-nos-á evoluir no sentido de buscar, na imaterialidade dos espaços, caracterizar essa dimensão

da construção de uma identidade das pessoas na apropriação do espaço no cotidiano. Permitir-nos-á, ainda, avançar no sentido de compreender os usos e apropriações do espaço que vão além de sua materialidade, considerando os aspectos simbólicos do espaço vivido. Conforme define Carlos (1997), os espaços do vivido é que criam a identidade: há uma estreita relação entre os lugares e o cotidiano das pessoas. Imbuídos de significados, os lugares da cidade que o homem habita dizem respeito a seu cotidiano, seu modo de vida. É através desses lugares que “o homem se apropria de seu mundo imediato que vai ganhando o significado dado pelo uso e suas possibilidades” (CARLOS, 1997, p.44).

Nessa mesma linha de raciocínio, Narciso (2009) nos lembra de que a apropriação envolve necessariamente a interação recíproca usuário *versus* espaço, de modo que o usuário interfere na configuração dos lugares, no sentido de moldá-los segundo suas necessidades, seus desejos e seu contexto social, e isso não se dá sem conflitos. Para essa autora, os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos, sendo essa influência mútua a “razão pela qual as pessoas e os grupos encontram, ou não, sua identidade nos diversos lugares que vivem”. (NARCISO, 2009, p.277).

Disso, é possível constatar que as fronteiras dos lugares não são apenas “socialmente legítimas como politicamente necessárias” (LEITE, 2006, p.41). Leite ainda reitera que a segmentação urbana é real e excludente em diversos aspectos, que as identidades urbanas, ao operarem recortes no espaço e delimitarem seus próprios territórios, “estão, de fato, criando fronteiras e estabelecendo critérios de pertencimento, o que implica restrições reais de acesso e uso” (LEITE, 2006, p.41). Ou seja, as variadas formas de inserção e de exclusão social têm-se traduzido nas formas de disputa por espaços da cidade (ARANTES, 2000 apud LEITE, 2006).

O lugar recebe a marca do grupo que dele ocupa e vice-versa (HALBWACHS, 1990). Determinados lugares que existem nas cidades têm uma característica tão forte, tão singular que, “ao se definirem como uma espécie de personalidade própria”, permitem algumas avaliações coletivas, a partir do senso comum, possibilitando a classificação do lugar como sendo rico ou pobre, comercial ou residencial, de caráter rural ou urbano. (COLCHETE FILHO, 2008, p.19). Esse parece ser o caso do Largo de Coimbra, cuja atribuição de lugar de comércio lhe é muito singular.

1.3 Espaço público e patrimônio

Atualmente a tendência, nas cidades, em realçar a dimensão dos bens patrimoniais enquanto capital imobiliário, no qual o estético é valorizado em detrimento do simbólico, reforça o caráter alegórico dos bens patrimoniais e esvazia os sentidos simbólicos que os fazem relevantes em sua singularidade (ARANTES, 2006, p. 432). Essa é a lógica de muitas políticas de preservação, proteção, requalificação ou revitalização das cidades, responsáveis muitas vezes por expulsar as populações dos espaços públicos, desencadeando o processo que Leite (2001) define como *gentrificação*:

(...) as práticas de intervenção urbana continuam a “embelezar” estrategicamente as cidades históricas por meio de políticas de *gentrificação* do patrimônio cultural. No entanto, ao contrário de evitar barricadas, essas políticas erguem suas próprias fronteiras – ao mesmo tempo em que removem outras – quando segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo. *As novas barricadas urbanas* reeditam política e espacialmente formas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida cotidiana *pública* dos moradores frequentadores dessas áreas. (LEITE, 2001, p.2, grifos do autor).

Há diversos casos, nas questões envolvendo políticas de preservação do patrimônio cultural, que permeiam essas práticas “estratégicas” de intervenção urbana, em que se podem notar ambiguidades nos parâmetros adotados: por vezes resultam em decisões arbitrárias especialmente no que tange a questões urbanísticas, vindo a causar danos à paisagem urbana e à coletividade, na medida em que desconsideram as relações simbólicas estabelecidas por esta no local. Por outro lado, medidas que beneficiam a apropriação pela coletividade são proibidas por causarem danos ao sítio preservado (FONSECA, 2003).

Conforme lembra Fonseca (2003), é notória a contribuição das políticas de patrimônio centradas no instituto de tombamento para a preservação de edificações e obras de arte cuja perda seria irreparável. No entanto, ao associar a ideia de conservação e imutabilidade em contraposição à noção de mudança e transformação, essas políticas ressaltam o objeto em detrimento dos sentidos a ele atribuídos historicamente e cotidianamente:

esse entendimento de preservação terminou por associá-la às ideias de conservação e imutabilidade, contrapondo-a, portanto, à noção de mudança ou transformação, e centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo. (FONSECA, 2003, p.64).

Paralelamente a isso, os processos de transformação do patrimônio em mercadoria cultural, ao orientarem economicamente as políticas de patrimônio, podem desencadear outras

ambiguidades, à medida que, por um lado, diversificam e potencializam as formas de interação, mas, por outro lado, não promovem sociabilidades duradouras – os laços sociais existentes nesses lugares “transformados” tornam-se por demais efêmeros. Isso justamente por não considerarem os sentidos atribuídos aos bens patrimoniais.

Há vários exemplos de políticas de preservação que consideram os sentidos historicamente atribuídos: um bom exemplo é a Praça *Jemaael-Fna*, na cidade de Marrakesh, em Marrocos, que foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade. Nesse local funciona, há mais de onze séculos, um mercado em que se vê de tudo: bancas de comidas típicas, temperos, tecidos, chás típicos, tatuadores de henna, encantadores de serpentes, curandeiros, dançarinos... Trata-se de um lugar que foi tombado pelo conjunto de relações que propicia. No Brasil, a *Feira de Caruaru* (PE) foi registrada como Patrimônio Imaterial Brasileiro pelos valores que incorpora e pelo espaço de encontro que ela proporciona. Há, no entanto, tantos outros exemplos que desconsideram a dimensão das sociabilidades e das relações simbólicas para preservação de bens culturais e acabam por desencadear processos de gentrificação/segregação. Conforme assinala Leite (2001), as práticas de intervenção urbana que suscitam processos de gentrificação podem

potencializar formas de interações a partir dos usos diversificados que se expandem com a própria dinâmica das interações que se intensificam nesses espaços *revitalizados*. Mas, por outro lado, podem estar gerando (...) apenas formas de sociabilidades efêmeras, circunscritas, em tempo real, ao ato de consumo (...). (LEITE, 2001, p.6).

Conforme ainda ressalta o referido autor, o problema central dessa perspectiva nem é tanto a transformação do patrimônio em mercadoria cultural, mas a ênfase no valor econômico em detrimento do valor cultural “que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando numa espécie de *fetichização* da cultura” (LEITE, 2001, p.58, grifo do autor).

É nesse contexto que as políticas de intervenção urbanas contemporâneas tendem a desencadear processos de gentrificação, buscando doutrinar os espaços, ao passo que, diante da afirmação pública dos moradores/frequentadores das áreas “gentrificadas”, a imprevisibilidade e a transgressão cotidianas consolidam uma barreira para a dominação e desencadeiam “processos de resistência”. Como nos aponta Caldeira (2000, p. 264), “em várias sociedades, a resistência é uma forma de as pessoas se afirmarem publicamente”.

Nesse sentido, o estudo de caso aqui apresentado, o Largo de Coimbra, pode ser considerado um exemplo de resistência, ou de *contra-uso* (LEITE, 2004), tendo em vista que

houve a intenção do poder público em transformar o espaço hoje ocupado pela Feira de Artesanato em praça (o espaço chegou a funcionar como uma praça entre as décadas de 1950 a 1970, mas acabou retomando o seu uso original de espaço de comércio). Apesar de as formas de sociabilidade do referido local terem se alterado (anteriormente o Largo era um espaço de sociabilidade entre os moradores da cidade, em torno do antigo Mercado Municipal), atualmente, com a ocupação do Largo pela Feira de Artesanato em Pedra-Sabão, prevalecem formas de sociabilidades entre turistas, além das sociabilidades dos feirantes entre si.

Assim como o Largo de Coimbra na histórica Ouro Preto, outros espaços públicos no Brasil, especialmente em cidades ditas históricas, são espaços potenciais para implantação de políticas patrimoniais homogeneizadoras que visam realçar a dimensão dos bens patrimoniais enquanto capital imobiliário— aqueles bens que representam, tradicionalmente, os grupos sociais hegemônicos –, numa política global de consumo dos lugares, em que as cidades buscam se tornar cada vez mais atrativas, protagonistas no âmbito econômico e social e dinamizadoras de bens simbólicos.

Diante do exposto, nesta dissertação, apreende-se a categoria patrimônio cultural no seu aspecto sociológico, o patrimônio como expressão da “solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social” (CANCLINI, 1994, p.96), articulado à concepção antropológica da cultura⁵, que ampliou o conceito de patrimônio cultural⁶. Trata-se, conforme a perspectiva proposta por Gonçalves (2005, 2007), de uma instituição “liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e o indivíduo, entre a memória e a história” (GONÇALVES, 2005, p.20). De modo que, para um bem ser considerado patrimônio, não depende necessariamente da vontade e decisão política do Estado ou de iniciativas de mercado, ainda que estes estejam intimamente associados, mas, sobretudo, que encontre “ressonância⁷” entre seu público. (GONÇALVES, 2007, p. 245-246).

⁵“(…) na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas” (GONÇALVES, 2005, p. 21).

⁶ O conceito moderno e ampliado de patrimônio cultural contempla como bens patrimoniais (ou bens culturais) não apenas sítios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, práticas, obras de arte, mas, sobretudo, “dirige o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes” (IPHAN, 2000, p. 14) e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos lugares, às festas, aos ritos, músicas e danças, aos folguedos e às comidas, aos saberes, fazeres e falares arraigados nos cotidianos das comunidades.

⁷ “Por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (STEPHEN GREENBLATT, 1991 apud GONÇALVES, 2007, p.246).

1.3.1 Espaço público para o consumo e o lazer

O surgimento de novos espaços públicos ou espaços pseudopúblicos, em especial aqueles voltados para o lazer e o entretenimento, conforme citamos anteriormente, vem transformando a cidade contemporânea num processo que artificializa e homogeneíza os lugares da cidade, programando-os para serem consumidos.

Em seu texto “A dimensão lúdica da cidade: uma perspectiva de análise a propósito da programação global de lugares para o entretenimento urbano”, Baptista desenvolve uma discussão acerca das consequências da “modernização lúdica” dos territórios frente à emergência contemporânea de um campo lúdico.

O autor chama a atenção para a necessidade de se retroceder a dois debates da história da Sociologia e no âmbito da reivindicação social, que juntos devem referenciar a reflexão acerca de territórios programados na lógica do consumo global. O primeiro debate que o autor apresenta é sobre “o lugar do trabalho e do lazer nas sociedades contemporâneas”. A emergência de grupos “socialmente não conotados com o conflito laboral como força motriz de uma nova fase do capitalismo” (BAPTISTA, s/d, p.1), acrescido a isso o aumento do tempo livre, desde o final da 2ª Guerra Mundial, para um maior contingente de trabalhadores, trouxe à tona novas configurações e polêmicas.

Esse debate está associado a mudanças profundas nas sociedades ocidentais nas últimas décadas. Enquanto por um lado aumenta o número de indivíduos das classes sociais intermediárias, unindo-se a isso a crescente qualificação escolar e consequente competência profissional desse grupo, ampliando a capacidade de participação na vida pública e potencializando a lógica de mobilidade, por outro lado, há uma redução no número de grupos de indivíduos desprovidos de qualificação, o proletariado, e suas respectivas profissões (BAPTISTA, s/d).

Nesse contexto, há um crescente número de indivíduos que tem incorporado na programação cotidiana um tempo maior de lazer, contribuindo para que os estilos de vida lúdicos se estendam por períodos maiores, proporcionando o aumento da propensão ao consumo. Dessa forma, os agentes econômicos e políticos procuram atrair esse público através “de um dos modos mais penetrantes de transformação social e econômica: o turismo” (BAPTISTA, s/d, p.2). Como estratégia, buscam dar um uso lúdico aos espaços tomando como premissa as possibilidades da sua mobilidade. É a tal “faceta lúdica do capitalismo”, que vem conquistando cada vez mais uma enormidade de adeptos “que atribuem ao consumo o valor de felicidade terrena” (BAPTISTA, s/d, p.2).

Um segundo debate refere-se à “importância do anonimato nas sociedades dos grandes aglomerados urbanos e à necessidade de incentivar a cidadania através da promoção do espaço público” (BAPTISTA, s/d, p.2). Hoje em dia, cada vez mais os espaços públicos se transformaram em objetos de consumo. Baptista chama a atenção para a controvérsia que se assenta na convicção que toma como certa “a morte do interconhecimento e das sociabilidades locais nestas sociedades”, conforme diagnosticado por Sennett e Caldeira. Segundo o autor, em estudos recentes, na linha de trabalho da Escola de Chicago, cuja unidade básica de estudo é a interação social, a sociabilidade eletiva é mantida numa coexistência de experiências e dinâmicas variadas por uma diversidade de grupos de interesse e de pertença, mantendo as lógicas de vizinhança e se reconfigurando num princípio de maior mobilidade das populações.

Baptista pontua que o debate sobre o espaço público apresenta-se como domínio central da vida coletiva, tendo em vista que um dos pontos cruciais desse debate se refere à questão da divergência de pontos de vista acerca dos espaços públicos nos compactos territórios das metrópoles: por um lado estão os que defendem o espaço público em “estado puro de partilha”, para convívio e usufruto ao ar livre, ao passo que, por outro lado, estão aqueles que defendem a animação lúdica desses espaços. Eis a polémica em torno do que é espaço público versus espaço privado, em que “espaços de consumo lúdico, por excelência, como os centros comerciais, ganham um estatuto indefinido”. (BAPTISTA, s/d, p.3).

Aplicado à vida dos lugares, esse debate provocou outra polémica: se de um lado as cidades são estimuladas a conceberem-se e a programarem-se como uma marca, um *big business*, redesenhando novas paisagens urbanas face à preparação de territórios para um consumo competitivo, de outro o direito de acesso universal a espaços públicos urbanos deve ser garantido. Num contexto de competição global, as cidades veem-se perante a necessidade de atrair cada vez mais visitantes. É esse processo que tem desencadeado a transformação de espaços públicos urbanos em territórios lúdicos e potencializado a disputa pelos lugares na cidade.

Nessa perspectiva da construção de lugares e demarcação de fronteiras, conforme lembra Leite (2006), a segmentação urbana existe e é legítima na medida em que, no processo de construção dos lugares, grupos imprimem suas identidades urbanas, demarcando fronteiras físicas e simbólicas e qualificando esses lugares. O que não é legítimo, conforme ressalta esse autor, é o Estado intervir nessa demarcação prática e simbólica do espaço, não para garantir a equidade dos seus usos, mas para realçar privilégios.

Nesse sentido, o que fica em aberto é o debate acerca “do lugar desvalorizado do cidadão e do cidadão em face de uma crescente perspectiva gestonária em que os poderes públicos promovem a ideia de que a cidade é antes mais para os consumidores globais que a rentabilizam”. (BAPTISTA, s/d, p.4). Baptista estabelece uma relação do apelo lúdico das cidades com um jogo: divertir-se se tornou um desejo coletivo. O autor assinala que a necessidade de manter as cidades bem posicionadas no ranking, nessa disputa global por consumidores globais, faz com que estas busquem ser cada vez mais atrativas para seduzir “e para isso não podem dispensar um *urban-appeal* renovado e intenso que permita, num planeta repleto de lugares em busca do estatuto de ‘desejado’, serem as escolhidas” (BAPTISTA, s/d, p.6).

1.4 O comércio, o espaço público e o patrimônio frente às estratégias de promoção das cidades

Nesse universo no qual as cidades buscam ser cada vez mais competitivas e atrativas, as práticas de intervenção urbana buscam o embelezamento estratégico das cidades, na medida em que a atração de uma cidade está em grande parte vinculada à imagem que se faz dela nas redes globais. Nesse contexto, com a globalização da cultura e as novas ideologias de patrimônio, o patrimônio cultural (que engloba o patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, natural, em suas facetas material e imaterial) vem ganhando novos significados construídos especialmente pelo olhar externo – o olhar do turista.

O patrimônio cultural constitui, dessa forma, um importante ingrediente na estratégia promocional da cidade, numa “proliferação patrimonial” que se intensifica com a concorrência intercidades, revelando um processo universal de revalorização do patrimônio, enquanto recurso simbólico a serviço de políticas estratégicas de modernização da imagem dos lugares. E, num processo que Carlos Fortuna classifica como “destradicionalização”, os bens patrimoniais têm reinventados os seus significados social e cultural, além dos seus usos, e a marca de tradição se converte em capital da inovação (FORTUNA, 1997).

Desse modo, mais do que preservar e valorizar um bem patrimonial, é preciso pensar num retorno econômico que justifique investimentos, num processo de preservação voltada para o mercado (LEITE, 2006), custeada graças à participação de iniciativas privadas no gerenciamento das políticas de patrimônio.

Castells e Borja, ao abordarem o papel promotor do governo local no âmbito das cidades como atores políticos, assinalando a promoção interna do “patriotismo cívico” como

um dos pilares do Plano Estratégico de Cidade, partem do princípio de que a eficácia de um “Projeto Futuro” está intrinsecamente relacionada com um consenso a respeito da “cidade desejada” entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil. Para esses autores, uma cidade realmente competitiva deve, sobretudo (além de tornar-se economicamente competitiva), oferecer qualidade de vida a seus habitantes e promover-se internamente (CASTELLS; BORJA, 1996).

No entanto, especialmente no que tange às políticas de patrimônio, o fato é que muitas vezes estas têm como única premissa a promoção externa da cidade, visando ao embelezamento dos grandes centros urbanos para atrair turistas e, conseqüentemente, capitais. Tomando a historiografia tradicional e a excepcionalidade artística, as políticas de patrimônio, muitas das vezes, desconsideram as cidades como processo social e historicamente construído, como lugares carregados de valor simbólico e referências culturais para as comunidades que nela habitam, transformando espaços da cidade em objetos de consumo, pura e simplesmente. Conforme assinala Gottdiener,

graças ao seu status de força de produção, o espaço possui o mesmo relacionamento contraditório com a propriedade privada (as relações de produção) que tem com a posse de máquinas; isto é, as relações sociais que regem as atividades associadas ao espaço precisam adequar-se à forma pela qual o espaço é usado para adquirir riqueza (GOTTDIENER, 1997, p.129).

Para esse autor, analisando a perspectiva da Produção do Espaço de Lefebvre, “o espaço não é apenas parte das forças e meios de produção”. As relações espaciais constituem uma rica fonte de contradições que não podem ser descartadas nos processos de intervenção do espaço urbano (GOTTDIENER, 1997, p.129). Por ser constituído dessas relações contraditórias – o espaço é um produto de relações (GOTTDIENER, 1997)–, o *design* espacial se difere de qualquer outro fator social ou mercadoria. Analisando as premissas de Lefebvre sobre o espaço, Gottdiener ressalta que, segundo Lefebvre, “o espaço tornou-se, para o Estado, um instrumento de importância capital”, em que o próprio espaço é tomado como mercadoria, por exemplo, para consumo turístico (LEFEBVRE apud GOTTDIENER, 1997, p. 129-130). Nesse sentido, Gottdiener nos lembra de que, para Lefebvre, além de haver

um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo do espaço ou o próprio espaço como objeto de consumo. Isso pode ser ilustrado pelo turismo, em que o próprio meio ambiente é consumido através da recreação ou pela realocação dos negócios devido a atratividades naturais. Assim, o próprio *design* espacial pode ser convertido em mercadoria, juntamente com a terra, algo que arquitetos, planejadores de cidades e turistas conhecem por algum tempo. (GOTTDIENER, 1997, p.129).

Nessa perspectiva, Gottdiener (1997) acrescenta que a organização espacial representa a hierarquia de poder. “O design espacial, segundo o autor, é um instrumento político de controle social que o Estado usa para promover seus interesses administrativos” (GOTTDIENER, 1997, p.130). E, se por um lado algumas políticas de intervenção têm como motivação o congelamento de um passado, transformando as cidades em grandes museus a céu aberto, por outro, como ressalta Proença (2004), um tipo de intervenção tem ocasionado uma apropriação quase que privada do espaço público, segmentando e segregando áreas urbanas, desenvolvendo políticas de gentrificação e homogeneizando áreas urbanas segundo o gosto internacional. Desse modo, afirma Castriota que

sob este mesmo rótulo, vemos a implantação de políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento, transformando partes das cidades em verdadeiros *open-air museums*, e de políticas que, na busca de revitalização econômica a qualquer custo, destroem os laços locais, expulsam a população e geram intensa gentrificação nas áreas que querem conservar. (CASTRIOTA, 2004, p.12).

Sob o ponto de vista da democratização dos usos dos espaços das cidades, as intervenções urbanas não são sempre negativas. A grande questão a ser colocada é a de que estas representam, tradicionalmente, grupos sociais hegemônicos, para os quais o valor econômico é privilegiado em detrimento do valor cultural original, aquele que é reflexo do sentimento de pertença das populações locais (LUCHIARI, 2006, p.54).

Assim, ao se pensar as políticas de preservação, há que se buscar um ponto de equilíbrio. Conforme ressalta Santos (1986), em seu artigo “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”,

Não há maneira de pensar espaço significativo desacompanhado de história que o explique (quando se trata dos chamados “povos sem história” substitua-se história por mito...). Da mesma forma, é impossível imaginar história ou mito não referenciados a espaços reais ou imaginários. (SANTOS, 1986, p.59).

Um dos usos ou formas de apropriações do espaço público, muitas vezes indesejadas pelos gestores públicos e por investidores privados que financiam esses processos de “destraditionalização”, nas palavras de Fortuna (1997), é o comércio popular. Um dos motivos certamente seria por ele não trazer o retorno econômico almejado e, muitas vezes, pelo fato de, no aspecto visual, o comércio impactar negativamente o espaço urbano. Como ressalta Vargas, o exercício da atividade de comércio, especialmente no que tange ao comércio varejista, e a forma como ela se manifesta fisicamente têm reflexo direto sobre a

imagem física e mental da cidade, bem como sobre a qualidade ambiental urbana para a coletividade local e externa (VARGAS, 2001).

A atividade comercial é decorrente de uma troca, de um intercâmbio, que está na origem das relações humanas. Segundo Vargas (2000), o comércio e a cidade têm uma relação de simbiose – quando separados não têm significado e se definham. A autora sustenta que “ambos são causa e efeito da mesma centralidade que pressupõe o encontro do fluxo de pessoas, mercadorias, ideias e mensagens” (VARGAS, 2000).

Ela lembra ainda que, desde os primórdios da civilização, a troca faz parte da natureza humana e proporciona sociabilidades, muitas das vezes pelo simples prazer da troca e pelo encontro social que propiciava (VARGAS, 2005). Para essa autora, o comércio informa sobre a cultura, os valores, os hábitos e os gostos de um povo e, “apreciar a atividade comercial se realizando, mesmo sem nada adquirir, se conseguir, pode ser, além de tudo, uma experiência sensorial tremendamente fascinante” (VARGAS, 2005, p.12).

Para Borja, “sem comércio não há cidade”. Segundo o autor, “a cidade como espaço público depende muito da existência de um comércio desenvolvido no conjunto do espaço urbano” (BORJA, 2006, s/p). Em termos do aspecto visual que tende a ser fortemente realçado nas políticas de embelezamento urbano, ele defende, inclusive, que “o urbanismo pode *favorecer a animação urbana* integrando o comércio em suas concepções”(VARGAS, 2005, p.12).

Marcel Mauss, em sua mais conhecida obra, “Ensaio sobre a dádiva”, ressaltou que “o mercado é um fenômeno humano que (...) não é alheio a nenhuma sociedade conhecida –, mas cujo regime de troca é diferente do nosso” (MAUSS, p. 188, 2003). Também para esse autor o comércio vai muito além da simples troca de mercadoria, abarcando, sobretudo, “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente” (MAUSS, 2003, p. 191).

Por se tratar de uma área de trocas e sociabilidades, é de fundamental importância que o lugar do mercado coincida com locais de passagens, de fácil acesso e proximidade entre as moradias de vendedores e compradores e a neutralidade do solo (VARGAS, 2008). O local do antigo Mercado Municipal de Antônio Dias em Ouro Preto – o atual Largo de Coimbra – é um bom exemplo dessa condição: um lugar plano, central, de fácil e múltiplo acesso. Atualmente, a presença da Feira de Artesanato no Largo de Coimbra reforça a centralidade desse lugar, contribuindo para o desenvolvimento de outras atividades como turismo, cultura e lazer.

Nesse contexto de tensões e disputas, uma das medidas importantes e necessárias, no âmbito da complexidade das cidades contemporâneas, é a implementação de normas de conduta e funcionamento e de restrições ao uso e ocupação do solo urbano. Vargas (2001) salienta que, embora interdependentes, os atores envolvidos na atividade comercial “apresentam divergências cabendo, portanto, ao poder público gerenciar estas relações no interesse da coletividade” (VARGAS, 2001, p.22). Em função dessa divergência de interesses e do caráter público dos lugares de mercado, a disputa pelo espaço público é inevitável. Como ressaltado anteriormente, por ser aberto a todos, o seu uso precisa ser negociado.

E nessa nova realidade,

Nesta fase de globalização, de internacionalização dos mercados, e de tendência a homogeneização das imagens, valores e idéias, o específico, o exótico e o excêntrico passam a fazer a diferença. Esta diferença não irá se resumir, apenas, aos produtos e atividades oferecidas para grupos de pessoas também diferenciados. Vai mais longe, incluindo o consumo dos espaços físicos e de seus atributos. Os atributos do lugar, o regionalismo, os valores étnicos, o ser singular, único passam a ser altamente valorizados. (VARGAS, 2009, p.7).

Numa realidade em que o protagonismo das cidades é fundamental, seria ideal que as políticas de renovação urbana aliadas às normas de conduta e de uso e ocupação do solo conjugassem preservação e desenvolvimento, levando, no bojo das políticas de patrimônio, o patrimônio genuíno da população, fortalecendo os laços desta com a cidade e buscando potencializar as vocações locais para atrair o turismo, gerar divisas e favorecer a autoestima da população, colocando esta como protagonista desse processo.

2 O ARTESANATO EM PEDRA-SABÃO E A CIDADE

Ouro Preto está localizado na região central do Estado de Minas Gerais, a 96 km da capital mineira. Seu território compreende uma área de 1245 km² distribuídos em 13 distritos, incluindo o distrito-sede. A cidade conta hoje com uma população em torno de 70 mil habitantes (IBGE, 2010) e a economia do município tem como base a indústria extrativa mineral, especialmente o minério de ferro, e o turismo.

Detentora do mais significativo conjunto homogêneo da arquitetura colonial brasileira e de um dos maiores e mais importantes acervos do barroco mundial, a cidade de Ouro Preto é hoje uma referência nas discussões sobre o patrimônio cultural no Brasil. Em julho de 1933, por meio do Decreto nº 22.928, a histórica cidade foi consagrada “monumento nacional” – primeira ação para a preservação do patrimônio nacional. Posteriormente, com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–, o Decreto-Lei nº 25 fornece a esse novo órgão instrumentos legais de preservação efetiva do patrimônio – o instituto do tombamento, que declara Ouro Preto como um ícone das belas artes nacionais.

Capital das Minas Gerais nos períodos colonial e imperial, Ouro Preto perdeu a supremacia na era republicana, com a construção da nova capital, Belo Horizonte. A homogeneidade do conjunto barroco ouro-pretano deve-se a esse fato – a transferência da capital contribuiu para a conservação do patrimônio da cidade, corroborando para que o ambicioso *Projeto de Melhoramentos da Capital*, que a restaurada Câmara tentou levar a cabo, não se efetivasse, mantendo-se, assim, em suas linhas gerais, praticamente o mesmo tecido urbano atual (SALGUEIRO, 1996).

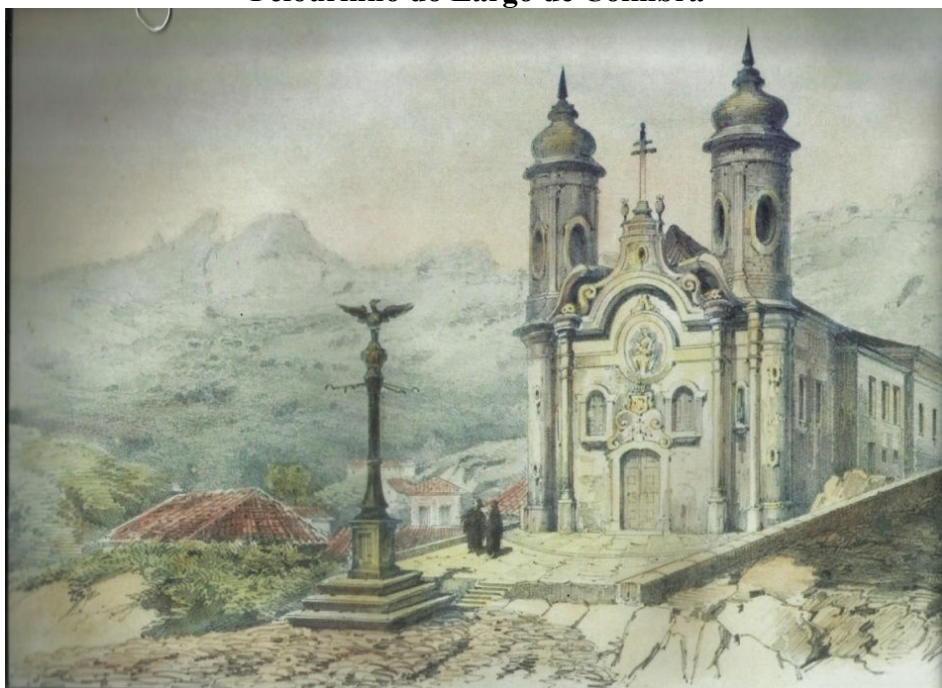
No *Projeto Melhoramentos da Capital*, constavam desde propostas de abertura de um novo mercado, prédios e teatro até

cortes de morros, aterros, alargamento e retificação das artérias existentes, criação e embelezamento de espaços públicos em nome da circulação e da salubridade e mesmo o projeto de um núcleo de habitações modernas. Medidas que se inscrevem, grosso modo, na corrente internacional de modernização das cidades iniciada no século anterior. (SALGUEIRO, 1996, p.131).

Ainda que o *Plano de Melhoramentos da Capital* não vingasse, no período entre 1780 e 1800, segundo Ávila (2008), inúmeras obras de importância, construídas por iniciativa e/ou autorização do Senado da Câmara, foram decisivas para a atual configuração urbanística e arquitetônica do centro histórico da cidade. Desaterros, muros de arrimo e calçamento foram algumas das ações urbanizadoras na parte central da então Vila Rica, vinculadas a grandes projetos de construção religiosa em andamento na época.

Dentre as obras de urbanização deliberadas pelo Senado da Câmara, destacam-se a reconstrução do calçamento da Praça Principal (atual Praça Tiradentes) em 1780 e a sua ampliação e conclusão definitiva em 1797. Na ocasião, houve ainda a demolição de um lance de casa, à direita fronteira da Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência), que prejudicava a vista do “novo e imponente prédio oficial” (ÁVILA, 2008). Já no largo em frente à Igreja de São Francisco de Assis, nosso objeto de estudo, com a urbanização do local, houve a supressão do Pelourinho⁸ ali existente, que dava nome ao espaço – “Largo do Pelourinho” (atual Largo de Coimbra) (FIG. 1). Posteriormente, o referido Largo também ficou conhecido como Largo de São Francisco de Assis, em função da igreja homônima ali existente, um dos principais monumentos da cidade – o projeto dessa igreja, obra escultórica e talha são de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Mestre Aleijadinho, e é considerado um de seus maiores trabalhos, obra-prima do Barroco Mineiro; a pintura e o douramento do forro, retábulos e laterais são de autoria de Manoel da Costa Athaide, e também é vista como uma das principais realizações desse artista. Essa igreja traz, nas portadas, púlpitos e lavatórios, aquelas que são consideradas as maiores obras da escultura em pedra-sabão.

Figura1 – Igreja de São Francisco de Assis e antigo Pelourinho do Largo de Coimbra



Fonte: Litografia de Hermann Burmeister (LEMOS, 2001, p. 66).

⁸“Pelourinho era uma coluna de pedra colocada em lugar público, em frente aos edifícios das Câmaras, para exposição e castigo de criminosos. Símbolos do poder colonial que foram retirados após a Independência.” (OLIVEIRA; CAMPOS, 2010, p.23).

Nos primeiros anos da década de 1920, liderado por Lúcio Costa e instigado por Mário de Andrade, um grupo de intelectuais modernistas, em viagem a Minas Gerais (1924), percebeu o barroco das cidades coloniais como a primeira manifestação cultural genuinamente brasileira, identificando-o como representação daquilo que seria “autêntico”, de “estilo puro”, e Ouro Preto foi, então, considerada símbolo da identidade nacional – um padrão para o patrimônio nacional. Os estilos posteriores ao do século XVIII foram classificados por Lúcio Costa e o grupo de modernistas como “arquitetura inferior” e sem importância. Foi nessa ocasião que o Mestre Aleijadinho foi “promovido” e sedimentado como um mito, um ícone, a máxima expressão do nacionalismo brasileiro.

Nesse contexto, houve, então, um processo de homogeneização com o objetivo de conservar a imagem de cidade colonial. Isso resultou na supressão de muitas das referências do estilo neoclássico (estilo que se impunha no século XIX) em Ouro Preto, forjando-se, em alguns casos, a falsificação do conjunto em que construções contemporâneas “maquiadas” em estilo colonial (o chamado “estilo patrimônio”) fundem-se com os exemplares autênticos (CASTRIOTA, 2009).

Nesse processo, o Largo de Coimbra vai sofrer, nos anos de 1944-1946, uma intervenção mais radical com a supressão do mercado ali localizado – uma construção em estilo neoclássico. Além da finalidade de dar maior visibilidade à Igreja de São Francisco de Assis, a edificação ali construída, que substituiu um rústico mercado de tropeiros do início do século XIX, era testemunha daquele estilo arquitetônico considerado em desarmonia com o conjunto barroco (CASTRIOTA, 2009).

2.1 O Largo de Coimbra em Ouro Preto, um lugar de comércio: do Mercado de Tropeiros à Feira de Artesanato

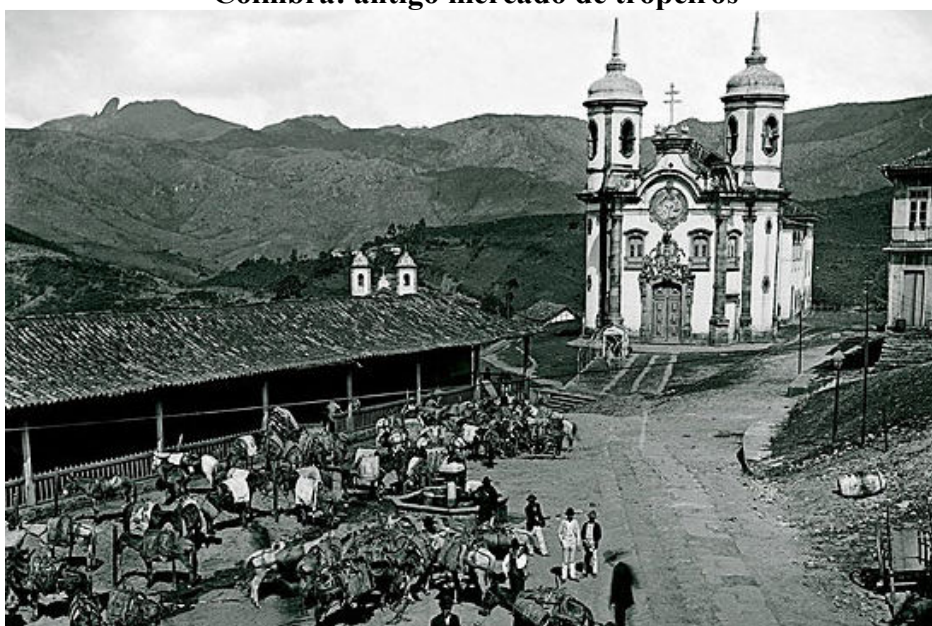
O Largo de Coimbra no Centro Histórico de Ouro Preto apresenta uma configuração típica do urbanismo de origem portuguesa nas Américas (CASTRIOTA, 2009) e, desde a sua criação, é um dos espaços urbanos mais significativos da cidade. Centro político de Vila Rica na primeira metade do século XVIII, abrigando o Senado da Câmara, para a administração pública e exercício da justiça, o Largo de Coimbra, além de ter se configurado como um *lugar de poder* – que abrigou também o primeiro pelourinho de Vila Rica, um dos símbolos do poder da metrópole, emblema da jurisdição municipal –, teve sua trajetória marcada como um local para uso comercial e de sociabilidade na cidade. Especialmente nos séculos XIX e XX,

com a existência do rústico mercado de tropeiros que foi posteriormente substituído por um mercado em estilo neoclássico, era ali um dos principais espaços da vida social ouro-pretana.

Na década de 20, com a redescoberta de Ouro Preto pelos modernistas, como foi dito anteriormente, a cidade passa a sofrer um processo de homogeneização no qual a valorização estética das construções, segundo padrões modernistas, foi privilegiada em detrimento do caráter cultural, histórico e documental e dos sentidos simbólicos que as singularizam. E um dos mais importantes exemplos dessa homogeneização foi o que sofreu o Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra, que, desde a sua criação, de forma orgânica e articulado pela Igreja de São Francisco de Assis, mostra uma grande vocação para o uso comercial.

Já nas primeiras décadas do século XIX, o Senado da Câmara autorizou a construção de uma casa pública para abrigar tropeiros e quitandeiros e, em 1829, o mercado foi construído em estilo rústico, de madeira (uma espécie de rancho, semelhante ao mercado da cidade mineira de Diamantina) (FIG. 2). Instaurava-se ali o mercado da cidade, que já a partir dos primeiros anos vai se tornar um dos principais pontos comerciais e de sociabilidade de Ouro Preto. Nesse contexto, o antigo Largo do Pelourinho ficou, depois, conhecido como Largo do Mercado. Anos mais tarde esse mercado viria a ser demolido por se tratar de uma edificação de “valor estético menor”.

Figura2 – Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra: antigo mercado de tropeiros



Fonte: Foto de Marc Ferrez (1843-1923), fins do século XIX (FOLHA ONLINE, 2013).

Segundo uma matéria do jornal *O Estado de Minas*, de 14 de novembro de 1960, intitulada “Casa de Mercado em Ouro Preto”⁹, esse “novo” mercado ou “Casa de Mercado” (FIG. 3), como tratado na matéria, que seria construído para servir de mercado aos moradores da freguesia de Antônio Dias, teria sido projetado em 1854, conforme documentação existente no Arquivo Público Mineiro, referente ao período provincial, no tempo em que a Província de Minas era presidida por Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, e já estava fadado a durar pouco em função da má qualidade das obras. A matéria ressalta que a construção do mercado foi “desafortunadamente entregue a quem não cuidou bem de seguir as linhas do projeto original” e que, por isso, e profeticamente, em meados do século XIX, “o Tenente João José da Silva Teodoro, do serviço de inspeção das obras públicas, vaticinou vida efêmera para a obra – uma incongruência numa cidade onde os edifícios desafiam séculos”. Ainda segundo essa matéria, a construção daquele antigo mercado estava longe de ser considerada uma obra-prima, e o engenheiro Henrique Dumont, pai de Santos Dumont, examinou a obra em maio de 1857, constatando que as pedras e madeiras deixaram a desejar a respeito da construção e que as emendas estavam mal feitas e fora dos lugares, além de não ter sido dado necessário declínio à calçada.

O antigo mercado rústico foi demolido em 1892 e, no final do século XIX, um novo mercado seria edificado naquele local, em substituição ao rústico mercado de tropeiros, agora em alvenaria, obedecendo ao estilo neoclássico – um estilo que se impunha à época. Tratava-se de

um barracão de bom tamanho que possuía, na parte de trás, numerosos quatinhos para abrigar tropeiros. Na frente, exibia três portas grandes de acesso, gradeadas e uma varanda. Defronte, um pátio calçado, com estacas fincadas onde os muare ficavam amarrados. Tinha um grande tanque de pedra no centro, para lavar vasilhas, amolar ferramentas, dar água aos animais, lavar roupas... A água corria constantemente de uma coluna, erguida bem no meio. (JORNAL OURO PRETO, Ano 4, n. 57, meados de fevereiro de 1997, Redatora Christina Tárzia).

Esse novo mercado passou a abrigar também, anexo, o açougue municipal. Segundo o *Jornal Tribuna de Ouro Preto* (1945, p.4), o mercado era um dos principais locais de sociabilidade da cidade: “com as compras e transações efetuadas, discutiam-se outros assuntos, condições financeiras, políticas, não se esquecendo também da vida alheia. Era a

⁹ CASTRO, Celso Falabella de. Casa do Mercado em Ouro Preto. *Estado de Minas*, 14.11.1960. Fonte: Arquivo Noronha Santos/IPHAN - Rio de Janeiro.

gazeta da cidade. Tudo via, tudo sabia e tudo contava” (JORNAL TRIBUNA DE OURO PRETO, 1945, p. 4 apud CASTRIOTA, 2009).

Figura3 – Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra: antigo Mercado Municipal de Antônio Dias



Fonte: Acervo da Drogaria Tiradentes - Ouro Preto (s/d).

Em meados da década de 1940, a construção neoclássica viria a ser demolida pelo SPHAN, com a finalidade de dar maior visibilidade à igreja, uma vez que a volumetria do mercado, na visão dos modernistas, concorria com a da igreja, e na tentativa de “devolver” à cidade seu aspecto colonial de origem. Junto com o mercado, suprimiu-se a memória social ali depositada – “o seu longo uso como ponto de comércio e sociabilidade é apagado, sem mais, por uma ação de inspiração puramente estética”. (CASTRIOTA, 2009, p.145).

Anos mais tarde, a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão se instalaria, naturalmente, no Largo de Coimbra, e o caráter de uso comercial e de sociabilidade do Largo é retomado (FIG. 4). No entanto, a sociabilidade que prevalecia entre os moradores na época do antigo mercado deu lugar a sociabilidades entre feirantes e turistas. O surgimento dessa feira coincide com o movimento de “invasão” dos hippies na cidade, que se deu por volta de 1967, estimulados pela efervescência cultural dos Festivais de Inverno da época, promovidos pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a Prefeitura. Especialmente em épocas de festivais, *hippies artesãos* se instalavam nos adros de igrejas e praças para comercializarem artesanato – o Largo de Coimbra era um dos espaços escolhidos por eles. Artesãos da pedra-sabão de Ouro Preto, especialmente oriundos do distrito ouro-pretano de Santa Rita, além de comerciantes

ambulantes de pedras preciosas e semipreciosas, também se juntavam aos hippies e, com o tempo, constituíram a Feira de Artesanato que anos depois viria a se tornar permanente.

Figura4 – Largo de Coimbra: Feira de Artesanato em Pedra-Sabão



Fonte: Foto da autora, em 29.09.2012.

A trajetória do Largo de Coimbra denuncia um processo de “*fetichização* da paisagem”¹⁰ urbana, por meio de estratégias do poder político e econômico na gestão do espaço público urbano. No século XX, esse processo se deu ao apagar do Largo uma edificação, testemunha de uma época, ignorando a memória social ali depositada –esse processo buscou dar maior evidência ao barroco colonial, em prol da construção de uma identidade nacional, em detrimento de outros estilos que foram considerados de menor valor. Atualmente, no século XXI, o processo tende a se repetir frente às estratégias das políticas de gestão do patrimônio, que tendem a tomar o patrimônio como mercadoria de consumo.

A supressão do mercado da cidade, por duas vezes, certamente contribuiu com mudanças significativas no meio urbano da histórica Ouro Preto. Em seu livro “O declínio do

¹⁰ A fetichização da paisagem entendida aqui, na perspectiva elaborada por Luchiari (2006), em que os processos de renovação urbana (nesse caso, um processo de construção de uma ideologia nacional) são desvinculados das práticas culturais e do sentimento de pertencimento das populações locais. E, na contemporaneidade, a fetichização da paisagem constitui-se numa tendência internacional de tomar o patrimônio como mercadoria de consumo. (LUCHIARI, 2006).

homem público: as tiranias da intimidade”, Sennett defende a tese de que “as pessoas são tão mais sociáveis quanto mais tiverem entre elas barreiras tangíveis, assim como necessitam de locais específicos, em público, cujo propósito único seja reuni-las” (SENNETT, 1943, p.29). O Mercado de Antônio Dias funcionava como uma dessas barreiras tangíveis – era um local de fruição da vida em sociedade, que concentrou cenas da vida social ouro-pretana. Esse histórico de intervenções no Largo de Coimbra nos faz pensar nos efeitos que uma intervenção urbana promove na vida cotidiana, especialmente em relação às esferas pública e privada – um espaço público que passa a ter um uso comercial.

Até a demolição do Mercado em estilo neoclássico, o largo era denominado Largo de São Francisco. Posterior à demolição, foi criada uma praça naquele local, cujo projeto foi de autoria do arquiteto Lúcio Costa¹¹, conforme consta em ofício enviado pelo então diretor do SPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade a Eduardo Tecles, chefe da Delegacia Regional do SPHAN, que escreveu:

Agradecendo-vos pelas informações prestadas em nosso ofício datado de 2 do corrente acerca das providências que tomastes para a oportuna execução das obras projetadas pelo arquiteto Lúcio Costa em benefício da praça fronteira à Igreja de São Francisco de Assis, fico na expectativa de vossa ulterior comunicação acerca do entendimento que o Senhor Prefeito Municipal terá com o proprietário do açougue a ser demolido na referida praça. (Ofício nº 850 de Rodrigo Melo F. de Andrade a Eduardo Tecles, em 05.10.1944. Arquivo da Superintendência do IPHAN de Belo Horizonte).

O açougue anexo ao mercado tornou-se um obstáculo à implementação da praça e só foi demolido mais de dois anos depois, em julho de 1946, após muita negociação, como é possível notar nas correspondências trocadas no período de 1944 a 1946, entre Rodrigo M. F. de Andrade e técnicos do SPHAN e também com representantes da Prefeitura. Essa negociação e consequente morosidade na concretização da demolição do açougue fez com que as obras de construção da praça a serem implementadas imediatamente após a demolição do antigo mercado ficassem paralisadas, conforme podemos verificar numa das correspondências trocadas na época:

Até a presente data não pudemos iniciar as obras de adaptação na parte referente ao ex-mercado, da Praça de São Francisco de Assis, porque as autoridades municipais ainda não removeram o açougue.

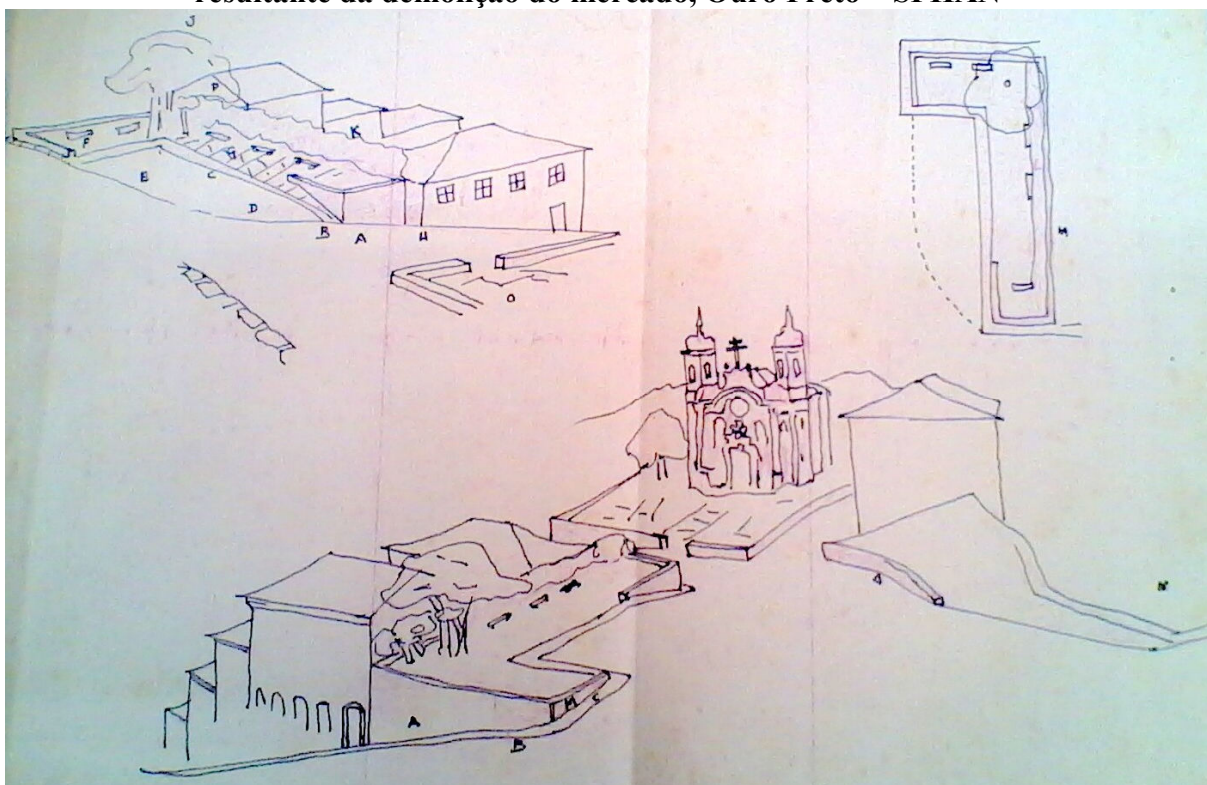
¹¹ Lúcio Costa (1902-1988), arquiteto urbanista e professor da ENBA – Escola Nacional de Belas Artes. Expoente da arquitetura modernista no Brasil, foi nomeado diretor da *Divisão de Estudos e Tombamentos* do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN–, em 1937. Ficou conhecido mundialmente pelo projeto do Plano Piloto de Brasília. Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lucio_costa.

Mas na expectativa de que seja removido esse obstáculo, gostaria de saber se com o novo levantamento do local, por nós enviado, será modificado o projeto primitivo, ou se poderemos iniciar os trabalhos baseados no referido projeto. (Ca.10 de Eduardo Tecles a Rodrigo M. F. de Andrade, em 07.11.1944. Arquivo da Superintendência do IPHAN de Belo Horizonte).

O projeto da praça no até então denominado Largo de São Francisco de Assis previa, conforme pode-se observar, nas Figuras 5 e 6, além do calçamento, ajardinamento e a construção de um paredão de arrimo, o plantio de árvores de grande porte e de procedência local e a alocação de bancos em madeira que deveriam, segundo instruções do próprio diretor-geral do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, ser pintados na cor verde, conforme é possível verificar no trecho de uma das correspondências:

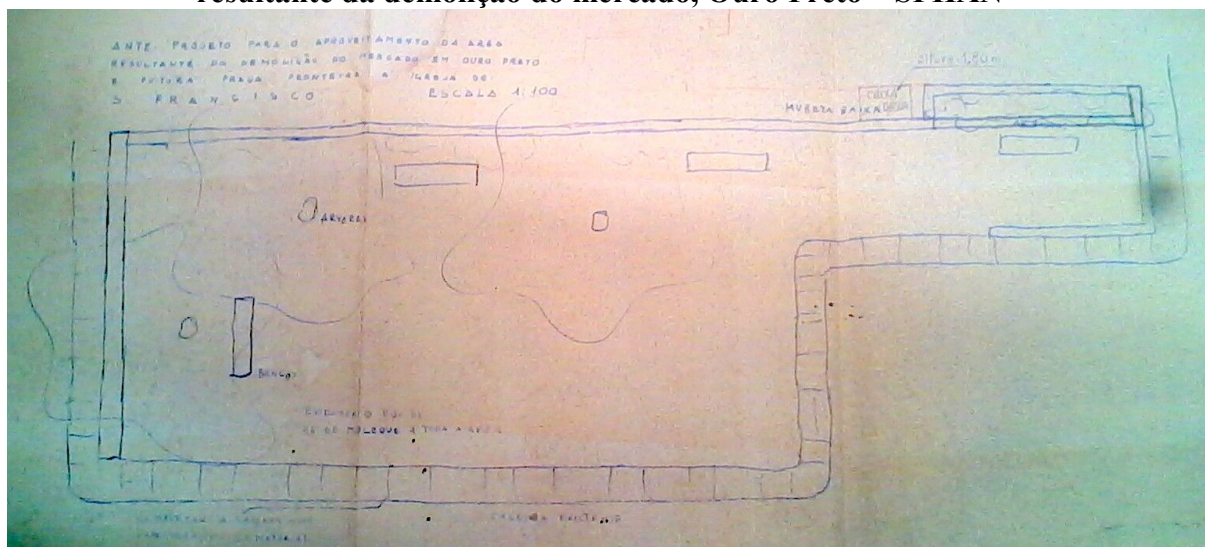
Tenho o prazer de comunicar-lhe que os bancos destinados à Praça de São Francisco de Assis, desta cidade, já se encontram pintados de cor verde, conforme recomendação do Sr. Diretor Geral. (Ca.10 de Eduardo Tecles a Rodrigo M. F. de Andrade, em 07.11.1944. Arquivo da Superintendência do IPHAN de Belo Horizonte).

Figura5 – Largo do Coimbra, Ouro Preto: “Anteprojeto para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto – SPHAN”



Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN de Belo Horizonte.

Figura6– Largo do Coimbra, Ouro Preto: “Anteprojeto para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto – SPHAN”



Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN de Belo Horizonte.

Pelas correspondências trocadas entre a direção do SPHAN e os técnicos e gestores municipais, é nítida a preocupação com a estética como essa de, além da preocupação em esconder a caixa d’água que ficaria visível com a demolição do muro até 1m de altura, determinar qual deveria ser a cor dos bancos da Praça. Naquela ocasião, não houve preocupação do SPHAN em preservar a “memória daquele lugar”. Isso também é possível notar em trechos de ofício enviado acerca da demolição do açougue:

Começamos os trabalhos de adaptação, na parte da Praça que está desimpedida, talvez essa iniciativa apresse a remoção do açougue, que até agora continua funcionando, apesar dos meus insistentes pedidos para a demolição do mesmo. (Of.18 de Eduardo Tecles a Rodrigo M. F. de Andrade, em 18.11.1944. Arquivo da Superintendência do IPHAN de Belo Horizonte).

E também em telegrama enviado referindo-se ao mesmo assunto:

Tendo o maior empenho ultimar mais breve possível remodelação praça fronteira igreja São Francisco de Assis dessa cidade apelo encarecidamente prezado amigo sentido promover transferência para outro local do açougue ainda ali instalado afim de habilitar este Serviço demolir construção que tanto prejudica aquele importante logradouro (ponto). Antecipados agradecimentos. (Telegrama nº348 de Rodrigo M. F. de Andrade ao Prefeito Washington Dias, em 11.07.1945. Arquivo da Superintendência do IPHAN de Belo Horizonte).

Sequer imaginavam eles que, anos mais tarde, se instalaria naquele local, de forma espontânea, um comércio de artesanato com bancas em madeira ou de zinco e cobertas em

lona ou telhas de amianto. A demolição do mercado não impediu que o comércio se restabelecesse no Largo.

O título “Largo de Coimbra” (FIG. 7) viria em função da “semelhança” do local com a cidade de Coimbra, em Portugal e foi dado no início da década de 1950 poucos anos após a demolição do Mercado, por sugestão do Dr. Teódulo Pereira – jornalista e empresário, foi presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto naquela época (meados de 1950). Inclusive, conforme informações obtidas na entrevista com o engenheiro e empresário Ricardo Pereira, filho do Dr. Teódulo Pereira e atual proprietário da Pousada do Mondego, a Pousada, que funciona no casarão setecentista onde funcionou a antiga Escola Normal de Ouro Preto (FIG. 8 e 9), na época de propriedade do já falecido Dr. Teódulo, tem esse nome em homenagem ao Rio Mondego – maior rio exclusivamente português, que nasce na Serra da Estrela e banha a cidade de Coimbra.

Figura7 – Parte da Praça do Largo de São Francisco de Assis, atual Largo de Coimbra



Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro.

Figura8 – Fachada da antiga Escola Normal da cidade de Ouro Preto, atual Pousada do Mondego



Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro (s/d).

Figura7–Largo de Coimbra: fachada da Pousada do Mondego



Fonte: Foto da autora, 28.09.2012.

Em 1973, o então prefeito Genival Alves Ramalho, que trouxe o Festival de Inverno para Ouro Preto no ano de 1967, sancionou o Projeto de Lei 19/73 que cria “A Feira Permanente de Arte e Artesanato de Ouro Preto”. A nova Lei, nº15/73, determina que a Feira seja estruturada, implantada, coordenada e administrada pela Secretaria Municipal de Turismo e Recreação da Prefeitura de Ouro Preto e estabelecia, ainda, ser de competência da referida Secretaria efetivar providências para instalação, julgar e decidir sobre a expedição de licenças para participação, bem como julgar e decidir sobre taxas e obrigações. O referido Projeto de Lei havia sido aprovado por unanimidade na Câmara de Vereadores, em primeira e segunda discussão, em fevereiro daquele ano.

Desde que a Feirinha de Pedra-Sabão instalou-se definitivamente no Largo de Coimbra, a administração municipal, em distintos governos, tem manifestado o interesse em transferir a Feira para outro local e transformar a área do antigo mercado num espaço de convívio e lazer, retornando a conformação de praça tal como era entre as décadas de 1950 e 1970, posteriores à supressão do antigo Mercado Municipal.

Representantes do poder legislativo municipal defenderam a permanência da Feira de Artesanato no Largo. Em 2008, o então vereador Sílvio Domingos Mapa solicita ao chefe do Poder Executivo, por meio da Indicação nº 153/2008 enviada ao presidente da Câmara, que estude a possibilidade “de efetivar uma Cessão Onerosa de Uso ou Contrato de Comodato, por um período de 10 anos, da área pública onde funciona a Feira de Artesanato de Pedra-Sabão localizada no Largo do Coimbra, também conhecido como Largo de São Francisco”¹², com a justificativa de que a referida feira, além de ser de grande importância para os comerciantes locais, seria fonte de sustento de inúmeras famílias, sem contar o fato de os feirantes já usufruírem do local há muitos anos. Na ocasião, a indicação foi aprovada na Câmara de Vereadores, no dia 2 de setembro do referido ano, em única discussão e quase que por unanimidade, não fosse a ausência de dois vereadores.

No ano de 1995, o então presidente da Câmara de Vereadores João Evangelista Alves, por meio da Portaria nº 21/95, nomeia uma comissão especial composta por sete vereadores para intervir junto ao Prefeito Municipal, com a finalidade de sanar os problemas das feiras de artesanato e hortifrutigranjeiros no Largo do Coimbra. Nessa época, a feira de hortifrutigranjeiros ainda funcionava no Largo, às quintas-feiras. Uma nova comissão composta por três vereadores seria nomeada no ano de 2011 por meio da Portaria nº9/2011, pelo vereador Murilo Zacarias, então presidente da Câmara, dessa vez para “buscar

¹²Indicação nº153/2008, do vereador Sílvio Domingos Mapa, em 27.08.2008. Câmara de Vereadores de Ouro Preto.

informações junto ao Poder Executivo sobre a informalidade em que trabalham os expositores da ‘Feira do Largo de Coimbra’ que solicitam a reinstituição de licenciamento que lhes era cobrada até alguns anos”¹³.

Em meados da década de 1990, o poder público municipal retirou a feira de hortifrutigranjeiros do Largo, levando-a para o espaço em frente ao prédio da Escola de Minas, nas proximidades do Largo de Coimbra, onde funciona até hoje, semanalmente, às quintas-feiras. Na ocasião, houve protesto por parte de moradores que eram contra a transferência da feira. Uma matéria no jornal local, intitulada “Não podemos abrir mão”, convidava a comunidade a exercer os seus direitos e a dialogar com o poder público no sentido de tentar convencê-lo de que não haveria local mais adequado para o mercado de frutas, legumes e verduras do que aquele anteriormente ocupado pelo Mercado Municipal de Antônio Dias, nos séculos XIX e XX, e pelo Mercado de Tropeiros, no século XVIII. A matéria explicitava que o Largo de Coimbra se tratava de um lugar de comércio por tradição:

Voltamos a receber telefonemas, inclusive de ouro-pretanos já passados dos 80 anos, agradecendo o protesto contra a retirada do tradicional mercado de frutas, verduras e legumes da frente da Igreja de Assis. É imenso o desgosto, por perder, assim, mais uma parte importante de suas tradições e história.

Para aqueles que arribaram na cidade há poucos anos, a informação: o Mercado vem do princípio do século 18, tem a idade de Vila Rica. Existiam outros, que já tomaram chá de sumiço, como o do Caquende. Eram administrados pela Câmara Municipal, através de ganhadores de concorrências.

Está escrito, na Constituição, que cabe ao Poder Público, *com a colaboração da comunidade*, proteger nossos bens culturais. É o caso do Mercado do Largo de Coimbra. Mas acredito que, em vez de lançarmos mão, como querem alguns, de uma Ação Popular, melhor seria usar o bom senso e o diálogo, para remetê-lo ao local de origem. Vamos nessa?”(JORNAL OURO PRETO, meados de fevereiro de 1995, p. 21. Grifo da redatora Christina Társia).

Mesmo com os manifestos, o mercado de frutas, verduras e legumes foi transferido do Largo de Coimbra para o espaço em frente à antiga Escola de Farmácia, no entroncamento das Ruas Costa Sena, Antônio Pereira e Manoel Cabral. No entanto, o poder público municipal não conseguiu eliminar o uso comercial daquele espaço – com o tempo, o grupo de artesãos, especialmente do artesanato em pedra-sabão, e os comerciantes de pedras semipreciosas passaram a instalar barracas permanentes no lugar anteriormente ocupado pelo antigo Mercado Municipal. E foi assim que desde a década de 1980 o espaço público do Largo passou a abrigar permanentemente a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão, ou a “Feirinha em Pedra-Sabão”, como é popularmente conhecida e onde o visitante encontra

¹³Portaria nº 9/2011, do vereador Maurílio Zacarias Gomes, em 08.02.2011. Câmara de Vereadores de Ouro Preto.

grande variedade de peças de arte e decoração e utensílios: jarros, vasos, colunas, painéis, assadeiras, canecas, copos, porta-retratos, cinzeiros, tabuleiros de xadrez, relógios, imagens de santo e esculturas em geral. Entre as esculturas encontradas na Feirinha, é muito comum miniaturas do Cristo Redentor. E, não por acaso, eleita uma das novas maravilhas do mundo, em 2007, a imponente imagem do Cristo Redentor do alto do Corcovado no Rio de Janeiro é revestida com pastilhas de pedra-sabão de Santa Rita de Ouro Preto.

Em 2011, com a aprovação do projeto “Paço da Misericórdia”, Centro de Artes e Afazeres, que deu início às obras de revitalização da antiga Santa Casa de Misericórdia (antigo hospital municipal), o poder público declarou que a Feira de Artesanato seria transferida para o novo Paço. Alguns comerciantes, em depoimentos informais, disseram terem tido acesso ao projeto, e a quase totalidade deles desaprova a retirada da Feira do Largo. Foi veiculada, agora, pelo Jornal Folha Única, uma matéria criticando o poder público municipal por, mais uma vez, estar às vistas de prejudicar novamente a população com a retirada do mercado de artesanato do Largo, espaço de comércio por excelência:

Os 187 Anos da Feira – a prefeitura só fala em retirar a feirinha de artesanato do Largo de São Francisco de Assis, e levar para o Hospital Velho. Os ouro-pretanos só falam em resistir e ficar. Ficamos do lado do Povo, por saber que a feira (com esse nome mesmo) e naquele espaço, foi criada pela Câmara, em 1824. E que os políticos a prejudicaram três vezes: 1826; 1892 (a da foto) e 1940. Matéria de capa. (JORNAL FOLHA ÚNICA, Ouro Preto, Ano 7, n. 57, março/2011. Direção Christina Társia).

Eis que novamente, por uma ação de cunho estético, há pretensão da administração pública em suprimir o comércio do Largo de Coimbra, dessa vez, o comércio representado pela Feira Permanente de Artesanato em Pedra-Sabão. Mas, ao contrário da última vez, na década de 80, quando a Prefeitura transferiu o mercado de frutas e legumes de lugar, a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão se manteve no local. E, segundo conversas informais com alguns feirantes, a atual administração, com o prefeito José Leandro (que é natural de Santa Rita, distrito ouro-pretano considerado como “a Capital da Pedra-Sabão”), não irá retirá-los de lá, fato que teoricamente garante a permanência da Feirinha de Pedra-Sabão no espaço público Largo de Coimbra pelo menos até o ano de 2016, final do mandato do atual prefeito.

Atualmente, grande parte dos feirantes que ali trabalham tem suas peças produzidas no distrito de Santa Rita do Ouro Preto¹⁴, onde várias famílias confeccionam objetos artísticos de pedra-sabão que abastecem a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra. Inclusive, muitos feirantes são oriundos desse distrito e/ou têm vínculo familiar com pessoas do referido lugar, conforme poderemos verificar no item 2.3 desse capítulo, bem como ao longo do capítulo 3 desta dissertação.

2.2 O distrito de Santa Rita de Ouro Preto – Capital da Pedra-Sabão

O distrito de Santa Rita de Ouro Preto, terceiro mais populoso de Ouro Preto – em torno de 4200 habitantes, segundo dados do IBGE 2010 –, está localizado a aproximadamente 30 km ao sul da sede urbana do município de Ouro Preto (FIG.10).

Figura 8 – Mapa do município de Ouro Preto e seus distritos



Fonte: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/portaldoturismo/index/index.php?pag=9&id=13>.

A exploração da pedra-sabão nas jazidas da região de Santa Rita remonta ao século XVIII – a rocha metamórfica de aspecto plástico e untuoso ao tato foi muito utilizada na

¹⁴Santa Rita de Ouro Preto é um distrito situado a 30 km da sede, considerada a *Capital da Pedra-Sabão*. “O povoamento da região ocorreu por volta de 1740, tendo como objetivo a exploração das jazidas de pedra-sabão ali existentes, para o fabrico de painéis e peças arquitetônicas e decorativas.” (AVILA et al., 2008).

ocasião da formação de Vila Rica, quando mestres canteiros¹⁵ passaram a empregar a rocha, cientificamente conhecida como esteatito, como matéria-prima para a construção de alicerces, acabamento (marcos e vergas) e ornamentação de igrejas e edificações, além de ser usada na canalização de água de esgoto e em chafarizes. A rocha já era empregada naquela época na fabricação artesanal de utensílios domésticos (especialmente as painéis de pedra). (BEZERRA, 2002).

Atualmente, o artesanato em pedra-sabão movimenta a economia local e é a principal fonte de renda da maioria das famílias santa-ritenses. O distrito de Santa Rita de Ouro Preto é o local de origem de boa parte das peças artesanais em pedra-sabão que abastecem as barracas da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra. Vários comerciantes da Feira são, inclusive, oriundos de lá e/ou possuem parentes nesse distrito.

Segundo pesquisa do CETEC, no âmbito do projeto “Rota tecnológica para o desenvolvimento das APLs¹⁶ de base mineral – CASE: Artesanato em Pedra-Sabão em Minas Gerais”, realizada em 2005, foram identificadas 103 Unidades de Produção Artesanal (UPAs) no município de Ouro Preto, sendo que 54% delas estão localizadas no distrito de Santa Rita (17% em Mata dos Palmitos – subdistrito de Santa Rita). As demais UPAs estão distribuídas entre os distritos e localidades ouro-pretanos: Cachoeira do Campo (23%), Povoado de Pasto Limpo (7%) e na região de Bandeira e Sancha (6%). (ALMEIDA, 2006, p.57).

Ainda de acordo com a pesquisa citada, 87% das UPAs pesquisadas são empresas informais, 8% são constituídas como microempresas e 5% referem-se a associações. Somente em Santa Rita, segundo dados de 2005, são três associações (sendo uma delas no subdistrito de Mata dos Palmitos) e 47 empresas informais (13 destas em Mata dos Palmitos) – podemos inferir desses dados que a atividade artesanal pura é muito significativa no distrito de Santa Rita. Segundo dados da pesquisa do CETEC-2005, dos 83% (aproximadamente) dos entrevistados no distrito de Santa Rita (incluindo o subdistrito de Mata dos Palmitos), mais de 80% têm o artesanato em pedra-sabão como única fonte de renda.

A partir do exposto, induzimos que o uso comercial do espaço Largo de Coimbra, vitrine do artesanato em pedra-sabão, é motivo de sobrevivência latente para muitas famílias

¹⁵ Mestre canteiro é o oficial da cantaria – aquele que corta, desbasta e aparelha as pedras que constituirão a cantaria. A palavra cantaria, no âmbito da arquitetura, é originária do latim “canthus” com o significado de “aresta”. A cantaria é a pedra que, após afeição manual, com o uso de ferramentas adequadas, apresenta-se pronta para ser utilizada em construções, com finalidade ornamental e/ou estrutural. (VILLELA, 2003).

¹⁶ APLs são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e vínculo entre si e com instituições públicas e privadas e outros atores sociais, entre os quais se estabelecem sinergias e relações de cooperação. (SANTOS, 2009).

santa-ritenses, como pode ser observado no relato: “Meu pai criou nove filhos, tudo com a pedra-sabão (...). Tenho cinco irmãos aqui – todos trabalham aqui na feira” (R.F.)¹⁷.

Essa inferência pode também ser notada na reportagem “Pedra-sabão vira arte nas mãos de artesãos mineiros” escrita por Lobato:

“A pedra-sabão é o coração de Santa Rita de Ouro Preto”, resume Reginaldo Rosa Guimarães, de 45 anos, que aprendeu o ofício, como a maioria dos artesãos da comunidade, ainda criança. “Nunca mexi com outra coisa. Assim, criei meus dois filhos.” Na oficina instalada atrás de sua casa, consegue o ganha-pão da família com a ajuda da mulher, dona Francisca Martins, de 44. Ela recorda que o primeiro contato com a matéria-prima ocorreu quando menina-moça. Hoje, experiente, leva pouco tempo para lapidar a rocha bruta. (LOBATO, 2008).

Importante ressaltar que, além do artesanato em pedra-sabão, é possível encontrar na Feirinha do Largo de Coimbra peças de pintura em aquarela ou tinta a óleo, metais, prata e pedrarias, cerâmica, objetos de arte elaborados em latão e cobre e, ainda, o comércio de joias e pedras preciosas e semipreciosas e malharia.

Pelo exposto, percebemos que há hoje uma reafirmação do Largo de Coimbra como espaço de comércio com base na tradição – o passado ressignificado no presente–, como lembra Arantes em seu livro *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*:

No esquecimento ou na lembrança, em cada uma das diversas estratégias de restauro, monitoramento e reaproveitamento de velhas estruturas, ou na destruição, reencontra-se sempre o passado interpretado, produzindo para constituir o espaço ou, melhor dizendo, o ambiente em que se desenrola a vida de hoje. (ARANTES, 1984, p.9).

Desde o século XVIII, o Largo de Coimbra abrigou e abriga atividades comerciais. A Feirinha é resultado de uma apropriação simbólica e econômica do Largo – um grupo de indivíduos se apropriou desse espaço, atribuindo-lhe novos sentidos e imprimindo-lhe novos usos, porém mantendo o caráter comercial de outros tempos.

Para Arantes, o interesse pela “defesa do passado” se estrutura em torno de uma intensa competição e luta política, conjugado com a construção de lugar e território, em que “grupos sociais diferentes disputam, por um lado, espaços e recursos naturais e, por outro, concepções ou modos de se apropriarem simbólica e economicamente deles” (ARANTES, 1984, p.9). É nesse sentido que essa pesquisa busca mostrar como os feirantes do Largo de

¹⁷ Entrevista concedida à autora em agosto de 2013.

Coimbra se apropriaram simbólica e economicamente desse lugar de comércio, que é um espaço público que é também patrimônio.

2.3 Etnografia da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra

As ruas que limitam o Largo de Coimbra possibilitam diferentes acessos a esse local. Vindo da Praça Tiradentes, que abriga, em suas extremidades, o Palácio dos Governadores (atual Escola de Minas) e a Casa de Câmara e Cadeia (hoje Museu da Inconfidência) e, ao centro, a estátua de Tiradentes, há opção de dois caminhos principais para se chegar ao Largo de Coimbra: um via Rua Cláudio Manoel, popularmente conhecida como Rua do Ouvidor, e outro via Rua Amália Bernhaus, uma ligação mais fácil entre o Museu da Inconfidência e o Largo. Normalmente, grupos de turistas se utilizam desse caminho, após a visita ao Museu da Inconfidência, para se dirigirem à Igreja de São Francisco de Assis, uma das obras-primas do mestre do Barroco Mineiro, Aleijadinho.

Na chegada ao Largo, descortina-se uma das mais belas e peculiares vistas da cidade, aqui protagonizada pela Igreja. Do Largo de Coimbra, é possível avistar o Pico Itacolomy, a tradicional Ladeira Santa Ephigênia e a igreja homônima, o Morro da Queimada – local onde teve origem a revolta de Felipe dos Santos (1720) –, além das encostas e morros que molduram a cidade, hoje em boa parte ocupados em virtude de um processo de crescimento desordenado pelo qual passou e passa a histórica Ouro Preto e que vem, ao longo dos anos, descaracterizando e comprometendo a harmonia do conjunto arquitetônico da cidade declarada Patrimônio Cultural da Humanidade (FIG. 11).

Figura9 – Largo de Coimbra: vista privilegiada da cidade



Fonte: Foto da autora, em 04.12.2013.

Durante a realização desta pesquisa, que contemplou idas ao Largo em dias e horários diversos e épocas de alta e baixa temporada, foram experimentados, na tentativa de construir um novo olhar capaz de estranhar o cotidiano e suas relações, todos os caminhos que dão acesso ao Largo, seja a pé, de carro ou utilizando o transporte coletivo: via Rua Costa Sena, vindo da Escola de Farmácia, via Rua Cláudio Manoel (Rua do Ouvidor) ou Rua São Francisco, vindo da freguesia de Antônio Dias, via Rua das Mercês, também vindo da freguesia de Antônio Dias ou vindo pelos dois caminhos “tradicionais” que ligam o Largo de Coimbra à Praça Tiradentes, procurando observar os passantes que se dirigiam ao Largo. Em dias de muito movimento, vê-se gente de todo o tipo, de todas as origens, de várias idades e de vários grupos. Moradores, frequentadores, turistas; em famílias, bandos, pares ou solitários. Muitos são “simples” passantes, especialmente estudantes e nativos – aqueles que usam o Largo de Coimbra (também ou simplesmente) como um corredor de passagem. Há os que chegam ao Largo para observar a paisagem, acomodando-se nas escadarias ou nos jardins do prédio que abriga a Pousada do Mondego ou nos muros ou jardins do Largo da Igreja de São Francisco de Assis. E há aqueles tantos que se encaminham ao Largo para visitar a Igreja de São Francisco de Assis e depois a Feira de Artesanato ou se dirigem diretamente à Feira. Dois trechos do relatório de observação dão uma ideia dessa diversidade de público que chega ao Largo:

Senti muita dificuldade de observar o público, tendo em vista a variedade de pessoas e de ações: os visitantes variavam entre jovens, adultos, idosos e até crianças (acompanhadas por adultos). Devia ter, só na Feirinha, em torno de umas 50 pessoas circulando, além dos feirantes, sendo que, no caso desses últimos, alguns estavam com filhos, esposa, marido... Além do movimento na feirinha, várias pessoas passavam pelo Largo, seja para pegar o ônibus na Rua Costa Sena, seja para cortar caminho do lado da Igreja de São Francisco de Assis. Sem contar no fluxo de carros que foi bastante intenso até por volta das 18h30. (...) Um senhor chega e se direciona para os jardins da Pousada do Mondego, de frente para a Feirinha, onde permanece sentado solitário, olhando pro nada...¹⁸

Ao contrário da quarta-feira, hoje fazia muito frio nesse horário [por volta das 16h] e ventava bastante. Em uma das barracas centrais, o vento derrubou uma peça em pedra-sabão. Havia várias pessoas circulando próximas ao local, inclusive eu e um grupo de três estudantes. A feirante responsável pela barraca cuja peça havia sido derrubada pelo vento não estava próxima ao local, mas foi informada pelo feirante de uma das barracas mais próximas de que havia sido o vento que derrubou a peça. Turistas nacionais pesquisavam o preço das peças. Um grupo de mulheres que trabalha na feira, nas barracas da lateral, lindeiras à Igreja de São Francisco, conversava na maior altura. Dois jovens estrangeiros (pareciam italianos), apreciavam as peças em pedra-sabão e tentavam se comunicar com uma feirante. Eles conseguiram chegar num acordo sobre o preço e ainda negociaram a personalização de uma das peças – um copinho de cachaça, no qual seria gravado um nome. Um grupo de alunos do Colégio Aplicação (cerca de 30 adolescentes ou mais) chega à Feirinha. A faixa etária deles é entre 12 e 16 anos e a maioria estava de uniforme e mochila nas costas (...) Percebi que muitos alunos procuravam por peças em pedra-sabão nas quais se pudessem gravar nomes.¹⁹

A movimentação de veículos no Largo costuma ser intensa durante a semana e também aos finais de semana, principalmente nos horários de pico. Em dias de maior movimento, especialmente em ocasião da Semana Santa, Festival de Inverno, mês de agosto (mês em que normalmente Ouro Preto recebe muitos turistas estrangeiros), feriados prolongados e em datas comemorativas e/ou ocasiões de eventos e festejos, é um desafio conseguir encontrar uma vaga de estacionamento nas proximidades do Largo de Coimbra e/ou nas mediações da Praça Tiradentes. O Largo abriga um dos quatro pontos de ônibus mais centrais e o movimento de coletivos no local o dia todo é também muito intenso.

A Feira de Artesanato em Pedra-Sabão, nosso foco de observação nesta pesquisa, fica situada bem no cerne do Largo de Coimbra, no local onde existiu um prédio, em estilo neoclássico, que abrigava o antigo Mercado Municipal de Antônio Dias e que foi demolido no final da década de 1940. A Feira ocupa uma área de aproximadamente 1000m² – um pátio recoberto com lajões de quartzito (também conhecido como *pedra ouro preto*) frontalmente delimitado pelo meio fio e por um muro de pedras (também de quartzito) na parte posterior e

¹⁸Trecho do Relatório de Observação, referente ao dia 29 de setembro de 2012.

¹⁹Trecho do Relatório de Observação, referente ao dia 28 de setembro de 2012.

nas laterais. A Feira abriga atualmente mais de 70 bancas de artesanato²⁰. As que ocupam a área central da Feira, cerca de 40, umas ao lado das outras e frente a frente, são todas dedicadas ao artesanato em pedra-sabão. Essas bancas, de dimensões 2,5m x 1,5m, contêm “prateleiras” em dois ou três níveis (piramidal) formadas por placas de pedra ardósia e não possuem fechamentos laterais (há duas ou três bancas dessas centrais que fogem a esse padrão e têm a estrutura em madeira e um formato diferenciado). Algumas delas, além da pedra-sabão, comercializam outros produtos como cachaça, artesanatos em cerâmica, madeira ou latão e alguns outros itens de utensílios e também de “inutensílios” em suportes diversos. Cada banca central possui um ombrelone (cobertura ou “sombriinha”) que foi patrocinado pela *Visa* há mais de dez anos. Alguns comerciantes trocam, de tempos em tempos, a lona desses ombrelones, enquanto a maioria mantém até hoje a lona original, que se encontra em estado bastante precário. Do alto – vista possível a partir da casa de Gonzaga ou da Pousada do Mondego ou, ainda, da escadaria da Rua Amália Bernhaus ou da Rua do Ouvidor (a Cláudio Manoel) – vê-se a variação de “cor” desses ombrelones (FIG. 12). Em entrevista à autora, uma feirante ressalta que o aspecto visual das *sombrinhas* a incomoda: “outra coisa que eu acho um absurdo, né, essa sombrinha horrorosa, encardida”.

**Figura10 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra:
vista da varanda da Pousada do Mondego**



Fonte: Foto da autora, em 29.09.2012

²⁰No início desta pesquisa foi levantado um número total de 71 barracas (ou bancas). No entanto, recentemente, o número de bancas da Feira foi ampliado em virtude de “invasões” de alguns comerciantes que trabalhavam para terceiros, que se apropriaram de “lacunas” no espaço para montarem suas próprias bancas.

Margeando o muro de pedra que delimita a Feira em sua parte lateral (direita) e posterior, encontram-se outras 31 bancas quadrangulares com fechamento lateral, posterior e frontal, tipo “box”, nas dimensões 1,45m x 1,50m (FIG. 13 e 14). Uma dessas é dupla (ou geminada) e é compartilhada pelos dois irmãos Fernando César e Júlio César. Dentre essas bancas laterais, apenas a dos dois irmãos é dedicada ao artesanato em pedra-sabão. A maioria é voltada ao comércio de pedras preciosas e semipreciosas, prataria, incluindo peças decorativas, joias e bijuterias. Há três dessas bancas em formato Box dedicadas ao comércio de malharia e há outras voltadas ao comércio de bijuterias de todo tipo. Inclusive, é importante ressaltar que a comercialização de pedraria coincide com o início da Feira, que acontecia primeiramente no largo da Igreja e posteriormente do lado oposto de onde se situa a Feira atualmente, na Rua Costa Sena, bem em frente ao casarão setecentista no qual funcionou a antiga Escola Normal de Ouro Preto e que abriga hoje a Pousada do Mondego.

**Figura11 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra:
vista lateral das bancas**



Fonte: Foto da autora, em 21.04.2009

**Figura12 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra:
vista posterior das bancas**



Fonte: Foto da autora, em 28.09.2012.

A estética visual da Feira costuma ser muito criticada por parte de alguns moradores. Impressão causada especialmente pelas lonas colocadas no teto das bancas do entorno e/ou quando usadas para cobrir as bancas centrais (FIG. 15 e 16). “Parece uma favelinha”²¹, disse um morador da freguesia de Antônio Dias. Os próprios feirantes costumam concordar que o visual da Feira deixa a desejar, mas que já foi muito pior, conforme podemos ver no depoimento de uma artesã, que ressalta que o prefeito anterior ajudou a dar uma melhorada no aspecto da Feira:

(...) Só a *Visa* uma vez que deu sombrinha pra gente e o Ângelo [referindo-se ao ex-prefeito Ângelo Oswaldo] que deu essas barraquinhas. A amarela que era muito pior do que essa aí. O trem era feio mesmo, o visual era lona preta, sabe? Era muito pior do que hoje. E o Ângelo arrumou aqui porque empossava muita água. E o Ângelo, ele deu uma forcinha boa mesmo. (C.O. 45 anos, artesã.)²²

²¹Morador numa conversa informal com a autora, em setembro de 2012.

²²Entrevista concedida à autora em 19.09.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

Figura13: Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: detalhe das lonas que cobrem algumas bancas da Feira, especialmente em dias de chuva



Fonte: Foto da autora, em 25.11.2013.

Figura14 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: detalhe das lonas que cobrem algumas bancas da Feira, especialmente em dias de chuva



Fonte: Foto da autora, em 25.11.2013.

Ao caminhar pelos corredores entre as bancas, o aspecto visual da Feira que incomoda muitos parece desaparecer em meio a tantos outros elementos visuais, sonoros e, em menor grau, olfativos, que compõem o cenário da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão, como se pode observar nas Figuras 15A e B.

Figura 15 (A e B) – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: vista de dentro



Fonte: Foto da autora, em 28.09.2012.

Pelos estreitos corredores entre as bancas, que possuem um metro de largura, transitam turistas, estudantes, comerciantes, moradores e visitantes, disputando espaço entre as peças artesanais em pedra-sabão (FIG. 18 e 19). Quando o movimento de pessoas é intenso, é comum ouvir alguém alertar, especialmente jovens de mochila em excursão escolar: “cuidado para não derrubar as peças”, como pode ser observado em um trecho do relatório de observação:

Um grupo de alunos do Colégio Aplicação (cerca de 30 adolescentes ou mais) chega à Feirinha. A faixa etária deles é entre 12 e 16 anos e a maioria estava de uniforme e mochila nas costas. Uns alertavam os outros – cuidado com as mochilas, vai derrubar as peças. Os corredores da Feirinha são bastante estreitos (1m de largura)... (...) Uma das comerciantes da Feirinha chama a atenção de um dos jovens por conta da mochila que estava esbarrando nas peças – ela disse ao jovem para ter cuidado.²³

²³ Trecho do Relatório de Observação, referente ao dia 28 de setembro de 2012.

Figura16 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: visitantes nos corredores da Feira



Fonte: Foto da autora, em 29.09.2012.

Figura17 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: turistas e estudantes disputando espaço entre as bancas



Fonte: Foto da autora, em 29.09.2012

Há bancas cujas peças são dispostas de uma forma bem organizada e outras nem tanto. Em algumas, dedicadas ao artesanato em pedra-sabão, é possível identificar um “estilo próprio” pela organização da banca e disposição das peças e, especialmente, pelo design artístico das peças (FIG. 20 A e B e 21), como a banca do Tarcísio e esposa, cujas peças se diferenciam pelo acabamento torneado, contrastando as texturas lisas e rugosas da pedra-sabão em desenhos circulares. Há bancas, como, por exemplo, a do Roselito Tibães– que recém-conquistou um espaço no Largo para comercializar peças que ele compra na mão de artesãos e faz o acabamento na Feira –, que apresentam peças escultóricas diferenciadas. Mas, apesar de ser possível notar trabalhos diferenciados, em sua maioria, as bancas comercializam peças muito comuns entre si, com pouca ou nenhuma diferenciação entre as peças de uma banca para outra.

**Figura18 (A e B) – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra:
detalhe da disposição das peças nas bancas**



Fonte: Foto da autora, em 25.11.2013

Figura 19 –Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: detalhe de uma banca cujo estilo e disposição das peças e formato da banca são diferenciados



Fonte: Fotos da autora, em 25.11.2013

Na única banca em formato box em que predomina o comércio do artesanato em pedra-sabão, o diferencial são as mandalas, cujo acabamento é feito ali mesmo, na própria Feira, e se torna uma atração à parte (FIG. 22 A e B). Segundo o artesão, foi ele quem introduziu essa técnica, conforme ressalta em depoimento: “(...) foi aonde que eu desenvolvi um colorido, né, da pedra-sabão. Uns bordados, que eles falam mandala. E eu entrei e introduzi no mercado que todas as emissoras de televisão, SEBRAE tudo tem esse trabalho meu. Uma técnica minha, justamente.” (F.C.)²⁴. Assim como F.C., outros comerciantes que são também artesãos (apesar de ser a maioria, nem todos os comerciantes são artesãos) realizam a parte de decoração, ornamentação e acabamento das peças na Feira – é uma forma também de atrair a curiosidade dos turistas e visitantes em geral.

E é justamente essa parte de decoração das peças que produz uma sonoridade típica da Feira, muitas vezes abafada pelo ruído do trânsito e, em dias de maior movimento, pelo ruído produzido pelas pessoas: trata-se do som emitido por um martelinho pontiagudo usado por artesãos para o acabamento em “picote” – um acabamento que consiste em “picotar” a pedra-sabão, produzindo uma textura áspera e rugosa nas peças, que contrasta, em relevo, com o

²⁴Entrevista concedida à autora em 13.09.2013, no Largo de Coimbra.

acabamento liso. Trata-se de uma sonoridade que compõe a ambiência da Feira, com um quê de poesia, parecendo evocar “os saberes e fazeres” do artesanato em pedra-sabão.

**Figura22 (A e B)– Feira de Artesanato do Largo de Coimbra:
artesãos fazendo o acabamento em *picote* em mandala**



Fonte: Fotos da autora, em 20.04.2009

“Vai uma lembrancinha aí?”/“Vamos dar uma olhadinha nas peças?”/“Faço gravação nas peças.”/“O preço é baratinho.” – é tentando chamar a atenção dos passantes que muitos feirantes usam da criatividade e simpatia para conquistar o freguês: brincam com estes, convidando-os a comprar, a prestar atenção em algum produto específico, ressaltando ser seu produto “barato”e/ou diferenciado, conduzindo um ou outro passante a alterar ou manter sua trajetória. Alguns comerciantes reclamam do comportamento de determinados colegas que, segundo eles, não deixam o turista ou o visitante à vontade, gerando uma “disputa” pelo freguês. Mas, conforme depoimento de feirantes, essa “disputa” na Feira por território é uma exceção, prevalecendo a cooperação de grupo: “Sempre tem uma exceção. Sempre tem um já querendo impor território, mas, rapidinho, já [pausa] ele vê que não é assim que a banda toca. A gente trabalha em equipe mesmo (...).” (C.F.)²⁵.

Em algumas idas à Feira de Artesanato, sempre pôde ser notada uma ou outra banca central (de artesanato em pedra-sabão) coberta com uma lona (lona preta, amarela ou cristal/

²⁵ Entrevista concedida à autora em 10.08.2013, no Largo de Coimbra.

transparente), o que, como dito anteriormente, causa um aspecto visual não muito agradável. Isso é mais frequente em épocas de chuva e/ou acontece quando um comerciante ou artesão se ausenta da Feira por um tempo superior a dois ou três dias, por exemplo. Mas essa prática de, na ausência, cobrir a banca com lona é adotada por uma minoria. Normalmente os vizinhos de banca “vigiam” as bancas uns dos outros e, inclusive, acontece de algum freguês se interessar por uma peça da banca de um vizinho que esteja ausente e o comerciante vendê-la para o vizinho e depois repassar para ele os valores coletados com a venda, como é possível notar em alguns trechos de depoimentos:

Mas aqui você num tem muito controle, mas graças a Deus a gente tem uma amizade boa aqui, um olha pro outro. Então é muito difícil sumir alguma coisa. Se some, é coisa pequena. (R.F.N., 50 anos, artesã)²⁶.

Às vezes, [...], um cliente quer aquela mercadoria [de outra banca] e ele [o dono da outra banca] não chegou ainda, entendeu? Se eu sei o preço eu tô indo lá, embalando [...] (F.N., 43 anos, feirante)²⁷.

A maioria dos feirantes, especialmente aqueles que se declaram como sendo artesãos, trabalha de segunda a segunda, das 7h ou 8h da manhã às 7h da noite. Segundo depoimentos, diariamente há turistas em Ouro Preto e, às vezes, o menor movimento costuma ser melhor do que em dias de muito movimento, conforme podemos ver num trecho do depoimento de um artesão:

[trabalho] de segunda a segunda. Aqui em Ouro Preto é imprevisto, né, todos os dias tem turista aqui em Ouro Preto. Tem dia que você vê muita gente em Ouro Preto, mas tem dia que tem poucas pessoas e tem dia que tendo muito é melhor, mas tem dia que tendo menos também é melhor. Então Ouro Preto é uma diversidade de dia pro turismo. (F.C., 50 anos, artesão)²⁸.

No Largo há um telefone público, cestos de coleta seletiva, estacionamento rotativo para carros e motos, pontos de táxi e de ônibus. Cinco postes de lâmpadas fazem a iluminação da Feira, que é precária – em dias de inverno, por exemplo, no final da tarde, costuma ficar difícil apreciar as peças em exposição. As bancas laterais, que margeiam os muros lateral e posterior, em formato box, dispõem de iluminação interna, também em estado precário, com fios e emendas à mostra. Recentemente os feirantes se mobilizaram no sentido de regularizar a instalação elétrica do local. No Largo há uma fonte de água cristalina (uma bica), situada na

²⁶Entrevista concedida à autora em 10.08.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

²⁷Entrevista concedida a autora em 10.11.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

²⁸Entrevista concedida à autora em 19.09.2013, no Largo de Coimbra.

Rua Costa Sena, de frente para a Feira de Artesanato – a água dessa fonte é usada tanto para matar a sede quanto para serviços de limpeza da própria Feira (essa água é muito utilizada também para a lavagem de carros – frequentemente tem carros sendo lavados naquele local).

Normalmente, aos finais de semana, feriados e dias de eventos tradicionais da cidade, comerciantes ambulantes se juntam aos demais trabalhadores do Largo, fazendo daquele espaço o seu ganha-pão. Um trecho do relatório de observação mostra isso:

Sábado, 29.09.2012 – Dia ensolarado, vento frio. Nesse dia, cheguei de carro no Largo de Coimbra por volta das 12h40 e não consegui encontrar um lugar para estacionar. Percorri o entorno: Praça Tiradentes, Escola de Minas, Largo do Teatro Municipal, Rua São Francisco e nada de lugar para estacionar. Rodei umas três vezes no entorno até que, ao passar pela terceira vez em frente à Escola de Farmácia, um carro estacionado deixava o local. Foram cerca de 20min que levei procurando um local para estacionar. Deixei o carro na Rua Costa Sena, em frente à Escola de Farmácia, e fui caminhando em direção ao Largo de Coimbra.

Se na sexta-feira [dia anterior] o movimento foi intenso, hoje, sábado, o movimento era ainda maior. O comércio ambulante também era mais intenso – consegui identificar 07 vendedores ambulantes: 02 vendedores de doces: uma doceira e um doceiro – esse último se tratava do Sr. Tião, uma figura tradicional em Ouro Preto, que vende doces em vários pontos da cidade. Segundo Sr. Tião, às vezes ele costuma vir ao Largo da Feirinha nos finais de semana e se divide entre o Largo e a estação ferroviária em horários de trem/ 01 vendedor de bijuterias; / 01 artesão que vende as “tradicionais” janelas namoradeiras – trata-se do artesão Reginaldo. Segundo esse artesão, esse era o segundo final de semana que ele expunha suas peças no local para venda. Perguntei a ele se existia alguma autorização da Prefeitura para o comércio ambulante naquele local. Segundo ele, o atual secretário disse que não tinha como autorizar nem mesmo proibir e, enquanto isso, ele poderia expor e vender suas peças por lá. Reginaldo escolheu o passeio da Pousada do Mondego, ao lado da escada, para expor suas peças; / 01 desenhista de autorretratos;/ 01 pintor (o “Mirim”); / 01 vendedor de pedras semipreciosas (esse vendedor estava meio disfarçado e oferecia as pedras *em off* para as pessoas – só pude identificá-lo porque ele me ofereceu as pedras, que estavam enroladas num guardanapo de papel. A mais barata custava 60 reais. Ele também imaginou que eu fosse turista.²⁹

Uma pequena área lateral do espaço ocupado pela Feira que margeia a Rua São Francisco (rua defrente à Igreja), onde teria funcionado um açougue anexo ao antigo Mercado de Antônio Dias, abrigou por mais de uma década um trailer de lanches que foi retirado pela Prefeitura, por determinação do Ministério Público Federal – MPF–, no ano de 2011. De acordo com o MPF, os trailers³⁰ do Centro Histórico estavam causando impacto visual negativo à Cidade Patrimônio Mundial da Humanidade. Após a remoção, os locais foram desocupados, limpos e revitalizados, com exceção da área ocupada pelo trailer do Largo do Coimbra, que ainda hoje guarda resquícios da existência do padrão de energia que abastecia o

²⁹Trecho do Relatório de Observação, referente ao dia 29 de setembro de 2012.

³⁰ Existiam outros dois trailers no Centro Histórico: um na Rua das Flores, esquina com a Praça Tiradentes, e outro na Rua Barão de Camargos, que também faz esquina com a Praça.

trailer, além de um antigo banco em madeira pintada de verde – “testemunha” da época em que o espaço era ocupado por uma praça, com vários bancos em madeira, muito utilizados, segundo depoimentos de moradores, especialmente por pessoas da 3ª idade e por casais de namorados. Recentemente, feirantes ocuparam esse local instalando ali duas bancas, em dimensões um pouco menores que as bancas-padrão da feira, para a exposição e venda das peças de artesanato em pedra-sabão. “Aproveitei esse espaço vazio que me cabia e caí pra dentro”, disse o feirante e artesão, que ressaltou que a vida melhorou depois que montou sua própria banca, preenchendo aquele “espaço vazio”:

Ah, hoje é bem melhor, né? Porque hoje eu não tenho patrão. Quando você não tem patrão, né, tudo é ótimo. [Perguntei a ele se outras pessoas não tiveram também a intenção em ocupar aquele espaço:] Ah, teve, né? Mas, eu vi primeiro (risos). Todo mundo ficou falando, eu num sou de falar, eu sou de fazer, eu fui lá e fiz! (R., 33 anos, artesão,)³¹.

Essa “invasão” é uma exceção que alterou a configuração da Feira ao ampliar o número de bancas, ocupando um espaço, em especial, que era de circulação. Atualmente, para se adquirir um ponto na Feira, uma banca, a alternativa é locar um espaço – o aluguel de uma banca hoje tem o custo mensal de um salário mínimo, segundo depoimento de feirantes. E ainda, também de acordo com eles, há comercialização dos espaços da Feira – para comprar um ponto no Largo, uma banca que ocupa uma área de menos de 4m², o interessado terá que desembolsar no mínimo uns 15 mil reais. Ao que parece, a própria Feirinha de Pedra-Sabão se constitui numa ocupação irregular do espaço público, tendo em vista a não existência de um alvará de funcionamento da Feira e consequente dívida ativa dos feirantes com a Prefeitura. No entanto, não existe o alvará ou uma licença para a utilização desse espaço público pelos feirantes porque não há um esforço e intenção da prefeitura em liberar o documento. Os feirantes estão em dívida ativa porque a Prefeitura se recusa a receber deles o pagamento para liberação da licença. No mês de fevereiro de 1973, foi aprovado por unanimidade, em primeira e segunda discussão na Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei nº 19/73 que cria a “Feira Permanente de Artesanato de Ouro Preto”. O referido Projeto determina que a estruturação, a implantação e a coordenação da Feira fiquem a cargo da Secretaria Municipal de Turismo e Recreação da Prefeitura de Ouro Preto e que compete à referida Secretaria efetivar as providências para, além da instalação da Feira, julgar e decidir licenças (ou alvarás) para uso comercial do espaço público em questão e regulamentar o funcionamento da

³¹Entrevista concedida à autora em 10.08.2013, no Largo de Coimbra.

feira permanente³². Apesar de aprovado por unanimidade, não há informações sobre a tramitação do Projeto.

Muitos feirantes que têm seu ponto hoje no Largo conquistaram-no fazendo, em outras épocas, o mesmo procedimento realizado pelo feirante citado anteriormente – ocuparam espaços vazios, até que um dia a Prefeitura chegou a regulamentar o espaço e os feirantes passaram a pagar o alvará de ocupação. Na entrevista com uma artesã, ela comenta como fez para adquirir sua banca:

Aí eu tive a oportunidade de conhecer a Feira. Eu falei assim “oh gente, eu gosto de artesanato, eu sei fazer, eu poderia pôr a feirinha pra mim”. Aí assim não tinha nada no chão quase. E eu falei assim, gente, tem que chegar e invadir, né? Se eu pedir, ninguém vai me arrumar. Aí eu já tinha um irmão aqui, aí ele falou assim: “Vai Claudia, vai e põe suas coisinhas lá no chão. Se eles implicarem...” Aí eles implicavam e eu fui só aumentando, aumentando, vendendo, eu punha na lona. Tinha dia que podia dobrar a lona, implicava e eu insistia. Aí eles cansavam. Eu cansei eles [referindo-se aos fiscais da Prefeitura]. Veio um caminhão um dia tomar minhas coisas – caminhão da Prefeitura. Eu falei assim: “Olha, a mercadoria quebra; se quebrar eu quero o dinheiro”. Eu falei: “Eu quero o dinheiro. Quero indenização! E eu também não vou embalar pra vocês levarem elas não”. Eles achavam que tinham o direito de pegar na tora, porque ainda era um Ouro Preto sem lei. (C.O., 43 anos, artesã)³³.

Na Feira, à medida que a noite se aproxima, as luzes dos cinco lampiões do Largo (iluminação pública) e a das bancas tipo box – aquelas que margeiam os muros – são acesas. As bancas centrais não possuem iluminação própria e a luz dos lampiões não são suficientes para manter uma iluminação que favoreça a visibilidade (em ocasiões de eventos, como, por exemplo, o *21 de Abril* – Dia da Inconfidência Mineira³⁴, a Prefeitura reforça a iluminação do Largo temporariamente com holofotes). Diariamente, por volta das 18 horas, muitos feirantes começam a juntar seus objetos pessoais e pertences, guardar as ferramentas e outros materiais usados na decoração das peças; um ou outro cobre a banca com uma lona (talvez pelo fato de ter que se ausentar da Feira por mais dias), outros fazem um balanço do dia. Um trecho do relatório de observação mostra isso:

Nesse horário [18h32], algumas barracas já se encontravam fechadas e alguns feirantes pareciam fazer o balanço das vendas do dia – pude observar um deles, sentado ao lado da barraca, conferindo as contas anotadas em um caderno em espiral

³² Projeto de Lei Ordinária nº 19/73 que cria a Feira Permanente de Arte e Artesanato de Ouro Preto e determina providências.

³³ Entrevista concedida à autora em 19.09.2013, no Largo de Coimbra.

³⁴ Data em que Ouro Preto volta a ser, simbolicamente, a capital do Estado.

pautado... Algumas bancadas centrais também já estavam cobertas com plástico e com os ombrelones fechados (FIG.23).³⁵

Figura 23 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra num final de tarde: detalhe da luz acesa das bancas do entorno e dos lampiões



Fonte: Foto da autora, em 28.09.2012.

Todas as noites, às 19h, um vigia contratado pelos feirantes chega e passa a corda de isolamento em torno da Feira. Em épocas como as do Festival de Inverno, por exemplo, alguns turistas ainda conseguem fazer compras após as 19h, com a visibilidade já comprometida. Presenciei por algumas vezes turistas fazendo compras, mesmo com a corda de isolamento – eles do lado de cá e o feirante do lado de lá da corda. Um trecho do relatório de pesquisa mostra que uma situação semelhante aconteceu no mês de setembro:

Agora já são 19h30 e ainda há vários comerciantes e/ou artesãos na Feirinha. Nesse momento, mesmo com a corda de isolamento já instalada (às 19h, um homem passou a corda de isolamento nas laterais de acesso à Feirinha), três turistas mulheres, aparentando idade entre 25 e 28 anos, do lado de cá da corda de isolamento, fazem compra em uma das barracas.³⁶

³⁵Trecho do Relatório de Observação, referente ao dia 19 de setembro de 2012.

³⁶Trecho do Relatório de Observação, referente ao dia 19 de setembro de 2012.

2.3.1 A Feira de Artesanato na Semana Santa em anos ímpares

As festas religiosas em Ouro Preto sempre se destacaram pela pompa e circunstância. Essa pompa atinge seu ápice durante as celebrações da Semana Santa, que obedece a uma liturgia tradicional que vem sendo mantida ao longo dos anos, em que as duas igrejas, sedes eclesiais das freguesias de Antônio Dias e de Ouro Preto, se alternam, a cada ano, na organização das celebrações oficiais.

As cerimônias da Semana Santa são celebradas, pelo menos desde o século XIX, alternadamente numa e noutra freguesia. Pela freguesia de Ouro Preto, a Igreja Matriz, e hoje Basílica³⁷, de Nossa Senhora do Pilar (Paróquia do Pilar) fica responsável pelas celebrações oficiais em anos pares; já pela freguesia de Antônio Dias, a Matriz e Santuário de Nossa Senhora da Conceição (Paróquia de Antônio Dias) se encarrega das celebrações oficiais em anos ímpares.

Essa alternância na celebração da Semana Santa teria sido estabelecida pelas duas paróquias no sentido de “amenizar” a rivalidade que atingiu a festa religiosa, entre os pejorativamente apelidados *jacubase mocotós* – o primeiro, apelido dado aos moradores da freguesia de Antônio Dias (os *comedores de farinha*); o segundo, apelido dado aos habitantes da freguesia do Pilar (os *comedores de carne*). Separados pelo Morro de Santa Quitéria – onde pousa hoje a Praça Tiradentes–, paulistas e portugueses firmaram intensa rivalidade em meio à ambição na busca pelo ouro. Rivalidade essa que envolvia a disputa por festas religiosas e profanas. Eram da freguesia de Antônio Dias os oriundos de São Paulo, descobridores das minas, e, na freguesia do Pilar (ou de Ouro Preto), concentravam-se os portugueses (ou emboabas), ditos reinóis e donos do território.

No contexto das celebrações da Semana Santa, a Sexta-Feira Santa é um dos dias mais solenes e é nessa data que acontece a tradicional celebração do Descendimento da Cruz com o sermão homônimo e posterior Procissão do Enterro, tendo início à noite e varando a madrugada de sexta para sábado. Quando as celebrações oficiais estão a cargo da Matriz Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em anos ímpares, o Descendimento da Cruz acontece no Largo da Igreja de São Francisco de Assis, situado no Largo de Coimbra. Nessa ocasião, a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão é desmontada quase na sua totalidade (permanecendo apenas as bancas laterais, tipo box, que margeiam o muro que delimita o

³⁷A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar foi elevada a Basílica pelo Vaticano, em 27 de novembro de 2012, por meio de um decreto do Papa Bento XVI. Com a elevação ao status de basílica, a Matriz do Pilar passou a ser considerada “território papal”, recebendo, a partir daí, como acontece nas basílicas romanas, as insígnias papais.

espaço da Feira no seu lado posterior e lateral), para dar espaço para centenas de pessoas se acomodarem para acompanhar as celebrações.

Os feirantes começam a se mobilizar com pelo menos um mês de antecedência da Semana Santa, dando início ao processo de desmontagem da Feira. Para a realização dessa pesquisa, pôde-se acompanhar de perto esse processo de desmontagem ocorrido no mês de março do ano de 2013 e que se repete a cada dois anos (FIG. 24 e 25).

Figura24 – Desmontagem da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra – Ouro Preto, por ocasião da Semana Santa



Fonte: Foto da autora, 27.03.2013.

Figura25 – Desmontagem da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra – Ouro Preto, por ocasião da Semana Santa



Fonte: Foto da autora, em 27.03.2013.

Alguns comerciantes, terminado o Carnaval, já organizavam suas bancas guardando vários objetos e/ou deixando de introduzir novas peças ao acervo expositivo para facilitar o armazenamento durante a Semana Santa. Na semana que antecedeu o evento, já era possível notar algumas bancas bem esvaziadas, mas é a partir da Segunda-Feira Santa que a mobilização é mais intensa. Nessa data, algumas bancas já estão totalmente desmontadas. Grande parte dos comerciantes guarda os produtos na Casa de Gonzaga – um sobrado setecentista, situado na Rua do Ouvidor (no Largo), que abriga atualmente a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento de Ouro Preto (FIG. 26).

Figura26–Armazenamento dos produtos dos feirantes no pátio interno da Casa de Gonzaga – Semana Santa



Fonte: Foto da autora, em 27.03.2013.

Nesse ano de 2013, a chuva que caiu nos primeiros dias da Semana Santa dificultou os trabalhos dos feirantes. Eram famílias inteiras envolvidas no processo de desmontagem das bancas e armazenamento das peças. Em meados da Semana Santa, especialmente na quarta e quinta-feira, o movimento de carros para fazer o transporte das peças era intenso – a todo momento paravam caminhonetes, caminhões e saveiros para serem abastecidos. Muitos feirantes carregavam peças soltas ou em caixotes para armazenamento no pátio interno do primeiro pavimento da Casa de Gonzaga ou para abastecer os veículos que levariam o material para algum outro local (normalmente a residência ou oficina dos feirantes) (FIG. 27,28 e 29).

Figura20 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: transporte de mercadorias da Feira, por ocasião da Semana Santa



Fonte: Foto da autora, em 27.03.2013.

Figura 21 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: banca da artesã Divina com as peças encaixotadas por ocasião da Semana Santa



Fonte: Foto da autora, em 27.03.2013.

Figura29 – Armazenamento das peças das bancas da Feira na área do antigo trailer de lanches, por ocasião da Semana Santa



Fonte: Foto da autora, em 27.03.2013.

Enquanto ocorriam as desmontagens, muitos turistas visitaram a Feira – entre um carregamento e outro, os feirantes não deixavam passar a oportunidade de vender, afinal, segundo eles próprios, é na ocasião da Semana Santa que a Feira recebe um público com maior poder aquisitivo e que potencializa as vendas, como podemos observar no trecho do depoimento de um dos feirantes:

Aqui em Ouro Preto é questão de sorte. Mas costuma dar mais gente nos meses de julho e agosto, entendeu? Mas, dando sorte vende o ano inteiro, entendeu? Aqui vem turista todos os dias, né? Mas tem umas épocas, por exemplo, Semana Santa, por exemplo, dá mais turista de *melhor qualificação*. (G.F., 50 anos, feirante. Grifo da autora)³⁸.

Ao entardecer da Quinta-Feira Santa, toda a Feira de Artesanato ia se desmontando, restando apenas as bancas laterais que foram cobertas por um pano roxo, em respeito à data (FIG. 30). A caçamba estacionada em frente à Feira é retirada repleta de lixo e de peças em pedra-sabão quebradas. Funcionários da Limpeza Pública recolheram todo o restante do lixo acumulado no pátio e no entorno das lixeiras do Largo, que ficaram também abarrotadas de lixo e entulho. Os profissionais da limpeza contaram com o auxílio da chuva na lavagem do

³⁸Entrevista concedida a autora em 25.11.2013, no Largo de Coimbra.

pátio ocupado pela Feira. E, no início da noite, o Largo de Coimbra volta a ser um espaço vazio e silencioso, como poucas vezes visto, onde a luz fraca dos lampiões ressalta uma luminosidade nas lajotas de quartzito que revestem o pátio do antigo mercado.

Figura30 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra: pátio da Feira após a desmontagem, na Quinta-Feira Santa



Fonte: Foto da autora, em 28.03.2013.

Para não perderem o excelente movimento de turistas que vêm a Ouro Preto por ocasião da Semana Santa, nas primeiras horas da manhã da Sexta-Feira Santa, data da celebração do Descendimento da Cruz no largo da Igreja de São Francisco, vários feirantes já estavam a postos no Largo de Coimbra para comercializarem os produtos de suas bancas. Aqueles feirantes das “bancas fixas” – aquelas tipo box, que foram recobertas com o tecido roxo–, não tiveram tanto trabalho, bastou suspender o tecido e abrir a banca. Já os feirantes do artesanato em pedra-sabão das bancas centrais, que foram completamente desmontadas, tiveram um trabalho maior. Eles retornaram para a feira com um número significativo de peças para exposição e venda e improvisaram uma área no chão do pátio usando como suporte os caixotes em que as peças foram armazenadas nos dias anteriores. Alguns comerciantes das bancas centrais tiveram parte de seus produtos armazenados nas “bancas fixas” vizinhas, o que facilitou o processo de montagem das bancas provisórias. Desse modo, a Feira funcionou quase que normalmente, como era no início, na época em que não era permanente. Ao final da tarde, os comerciantes que improvisaram as bancas tiveram que recolher as peças deixando o pátio novamente livre para a tão esperada cerimônia da noite. O movimento de turistas e

visitantes no Largo de Coimbra na Sexta-Feira Santa, o dia todo, foi bem intenso. Tanto que boa parte dos comerciantes não saiu dos seus locais de venda nem para almoçar, ou seja, fez a refeição por ali mesmo, o que chamou demais a minha atenção. E eles comiam suas marmitas, satisfeitos da vida, sentados em bancos ou cadeiras de plástico, escondendo do sol (nesse dia fez muito calor) debaixo dos ombrelones, sem se incomodar com a movimentação de pessoas que transitava pra lá e pra cá. Nesse dia, foi possível notar a presença de mulheres feirantes alimentando seus filhos por ali, nas bancas improvisadas. Era como se a rua fosse casa (SANTOS; VOGUEL, 1985). Aliás, durante a pesquisa de campo, presenciei por várias vezes feirantes almoçando e dando almoço para seus filhos na Feira, à sombra do ombrelone, especialmente nos finais de semana e feriados (FIG. 31).

**Figura 22– Feira de Artesanato do Largo de Coimbra:
a feirante almoçando na banca improvisada à sombra do ombrelone**



Fonte: Foto da autora, março de 2013.

Os comerciantes não reclamam de terem que desocupar o Largo para as celebrações da Semana Santa e muitos se sentem honrados em colaborar; é uma forma de eles darem sua contribuição a um evento tão importante e tradicional da cidade. É possível notar isso em alguns depoimentos:

A Semana Santa é dividida em duas paróquias, a paróquia do Pilar, da Praça pra lá, e a do Antônio Dias, que é da Praça pra cá. Um ano que a cerimônia do

Descendimento da Cruz é lá no Rosário, então a gente não precisa guardar a mercadoria. O ano que é aqui no Antônio Dias a gente guarda a mercadoria – isso aí já é tradicional. A gente não reclama, não, graças a Deus. E tira alegre e satisfeito, né? Uma vez ou outra e a gente não pode reclamar disso, não. A gente tira assim, depois põe a mercadoria, depois guarda, expõe de novo, aí acabou o problema. Não tenho nada a reclamar, isso pra nós é até bom. (J.C., 46 anos, artesão)³⁹.

A Semana Santa, um ano ela é aqui o outro ela é lá no Rosário. Então no ano que ela é aqui a gente recolhe tudo. [...]. Isso eu acho uma boa ideia a gente tirar porque também a gente tem que reconhecer, né, que é um ato religioso e é de dois em dois anos que a gente faz esse sacrifício, então eu não acho nada demais, não, ter que tirar e recolher tudo. Aí quando acabam as festividades, que fez o Descendimento da Cruz e tudo, aí à noite mesmo a gente volta tudo, durante a madrugada, no outro dia já tá tudo exposto já de novo. (T.M.C., 51 anos, artesão)⁴⁰.

É uma coisa que tem mais de cem anos. É uma tradição a festa da Semana Santa e a gente não pode ser contra. A gente tirando [a feira] já tá colaborando com a festa da Semana Santa, entendeu? É uma coisa da cidade, é pra cidade, mostra para o Brasil inteiro, pro mundo inteiro. Então a gente tem que ajudar, sim. (G.R.F., 50 anos, vendedor)⁴¹.

Muitos feirantes concordam ser uma tarefa nada fácil desmontar a Feira – são centenas de peças que precisam ser carregadas, e o peso natural da pedra-sabão somado à fragilidade das peças (muitas acabam se quebrando) tornam o trabalho ainda mais árduo. Em conversa informal com alguns desses comerciantes e artesãos na ocasião da desmontagem da Feira, constata-se que muitos veem essa ação como uma forma também de organizarem suas bancas e a Feira como um todo. Um dos comerciantes entrevistados, ex-presidente da Associação dos Expositores do Largo de Coimbra – ADELC –, reclamou do pároco da matriz de Antônio Dias porque, nos anos anteriores, apesar de todo o esforço dos feirantes para liberarem o espaço para a celebração da Sexta-Feira Santa, não foram sequer lembrados durante os agradecimentos proferidos pelo pároco, ao final da cerimônia. Ao que parece, essa insatisfação chegou aos ouvidos do padre, pois nas cerimônias da Semana Santa, terminado o Sermão do Descendimento da Cruz, antes de seguir a procissão, o pároco, o Pe. Luiz Carneiro, agradeceu aos feirantes pelo esforço em liberar o espaço favorecendo a acomodação do público, contribuindo, assim, para a exitosa realização da cerimônia. Na semana seguinte, com a Feira já normalizada com todas as bancas nos seus devidos locais, estive na Feira novamente e, passando pela banca do comerciante que havia levantado a questão, ele me disse com um ar de satisfação: “Você viu? O padre dessa vez agradeceu a gente”.

³⁹Entrevista concedida à autora em 13.09.2013, no Largo de Coimbra.

⁴⁰Entrevista concedida à autora em 29.01.2014, no Largo de Coimbra.

⁴¹Entrevista concedida à autora em 25.11.2013, no Largo de Coimbra.

Naquela noite de Sexta-Feira Santa, terminada a cerimônia de Descendimento da Cruz, mal saiu a Procissão do Enterro e os feirantes já se mobilizaram para montagem das bancas. Nesse ano de 2013, a procissão saiu do Largo de São Francisco de Assis e desceu a Rua São Francisco em direção à Praça da Matriz de Antônio Dias, onde faria o contorno e retornaria ao Largo, subindo pela Rua do Ouvidor, seguindo em direção à Basílica de Nossa Senhora do Pilar. Nesse meio tempo, assim que o Largo se esvaziou, permanecendo apenas os feirantes, amigos e familiares (terminada a celebração do Descendimento da Cruz, o público se dispersou seja para acompanhar a procissão ou mesmo ir embora), dezenas de carros, caminhonetes, peruas e caminhões chegaram ao Largo para descarregar a mercadoria. As várias possibilidades de acesso ao Largo permitem que isso aconteça – mesmo que a procissão obstruísse três dos quatro acessos possíveis de automóvel ao Largo, ainda restava o acesso pela Rua Costa Sena, vindo da Escola de Minas. Homens carregavam conjuntamente as pesadas placas e suportes de pedra ardósia que formam as prateleiras das bancas, colocando-as em seus devidos locais, conforme demarcação no chão do pátio da Feira e nas respectivas prateleiras e suportes. Antes de a procissão retornar ao Largo, a maioria das bancas já estavam montadas e com praticamente a totalidade das peças expostas. Eis que a *mancha* de fiéis e curiosos se desfez e a Feira retomou o seu *pedaço*. (MAGNANI, 1996). Alguém que pegasse a procissão no Antônio Dias e não tivesse visto a Feira desmontada, jamais desconfiaria que há poucos minutos ela não estava ali e que aquele espaço estava completamente vazio.

3 MEMÓRIAS, USOS E REPRESENTAÇÕES DO LARGO DE COIMBRA

3.1 Observando a Feira de Artesanato, de perto e de dentro: um percurso metodológico

Gilberto Velho, em seu texto “Observando o familiar”, aponta como uma das principais premissas das ciências sociais a necessidade de, quando existe uma afinidade do pesquisador com o objeto de pesquisa, manter-se uma distância mínima que garanta ao investigador condições de desenvolver uma investigação que possibilite o questionamento e exame sistemático da realidade familiar, buscando uma relativização constante. No caso dos estudos urbanos, quando se trata de uma pesquisa em um lugar desconhecido, em sociedades e regiões cuja realidade é muito distante da realidade do pesquisador – “sociedades e regiões *exóticas*” –, a distância, e consequente estranhamento, é natural. No entanto, quando se trata de uma realidade familiar, esse autor nos chama a uma reflexão: como ser objetivo? (VELHO, 1987).

Velho nos alerta que, independente da posição social do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa, ele sempre estará a uma determinada distância desse objeto – mais perto ou mais longe. Nesse sentido, uma das principais preocupações do pesquisador que busca compreender um fenômeno social é ter a exata noção de qual é o seu lugar, seu ponto de partida em relação ao objeto, buscando o distanciamento “mais ideal” do seu objeto empírico (VELHO, 1987).

José Guilherme Cantor Magnani, em seu texto “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” também aborda a questão do estranhamento necessário ao pesquisador em ciências sociais, que, na perspectiva desse autor, precisa estranhar a própria cultura e, ao estranhar, vislumbrar melhor conhecê-la. Magnani argumenta que o trabalho etnográfico possibilita o reconhecimento de fatores que, à primeira vista, não aparecem durante a investigação. Ele ressalta que o método etnográfico não se reduz a uma técnica, “ele é antes um modo de acercamento e apreensão de um conjunto de procedimentos” e pode, conforme as circunstâncias da pesquisa, valer-se de uma ou várias técnicas. (MAGNANI, 2002, p.17).

Na presente pesquisa, que contempla o trabalho etnográfico – a etnografia da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra –, buscou-se esse acercamento e apreensão de um conjunto de procedimentos que nos possibilitasse, *de perto e de dentro*, desenvolver uma investigação mais imparcial da realidade da Feira em questão, contrastando o olhar “micro” com visões “macro” – *de fora e de longe* (MAGNANI, 2002). Como o objeto empírico dessa pesquisa é, teoricamente, familiar à pesquisadora deste trabalho, e, uma vez

que, conforme nos alerta Velho, um maior grau de familiaridade não é sinônimo de conhecimento (pelo contrário, a familiaridade muitas vezes impede a compreensão da realidade), buscou-se a estratégia metodológica de exercitar o estranhamento durante a pesquisa de campo num exercício contínuo de observação e relativização, com vistas a viabilizar a compreensão da realidade mais completa da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra, no centro histórico ouro-pretano.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, a metodologia, de base qualitativa, contemplou, além do trabalho etnográfico, a pesquisa documental com vistas a construir a história de ocupação do Largo de Coimbra pela Feira de Artesanato em Pedra-Sabão. O levantamento de fontes primárias e secundárias, bem como pesquisa iconográfica, deu-se em diferentes órgãos públicos e instituições de pesquisa, tais como: Arquivo Público Municipal – Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Arquivo da “Sala Ouro Preto” da Biblioteca Pública Municipal de Ouro Preto; Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Belo Horizonte e Rio de Janeiro (IPHAN Belo Horizonte e Arquivo Noronha Santos – IPHAN-RJ)⁴²; Arquivo Público Mineiro – Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIA-APM).

O levantamento documental se deu em duas frentes: primeiramente, foram realizadas coletas e análise de dados relativos à cidade de Ouro Preto e, em especial, ao Largo de Coimbra e ao artesanato em pedra-sabão, em fontes como, por exemplo, jornais antigos, literatura e a bibliografia de autores que escreveram sobre a cidade de Ouro Preto e o artesanato em pedra-sabão, além de documentos referentes à cidade (legislações, códigos de postura, fotografias do século XIX até os dias atuais).

Paralelamente ao levantamento documental, foi realizada a pesquisa de campo, com o intuito de observar e conhecer mais detalhadamente o Largo de Coimbra e a multiplicidade de atores sociais que convivem nesse espaço, para, posteriormente, realizar as entrevistas formais e informais com vistas a compreender as práticas cotidianas e as formas de apropriação do espaço público que ali se expressam. As descobertas dessa pesquisa acerca desse espaço urbano se deram a partir de um processo de observação participante num período de cerca de dois anos, intensificado no segundo ano. As observações realizadas no primeiro ano consistiram em situar a pesquisadora no contexto da Feira de Artesanato, analisando o ambiente e os atores e elaborando mapas espaciais, especialmente mapas de

⁴²A pesquisa da documentação prevista para ser realizada no arquivo do IPHAN em Ouro Preto (na Casa da Baronesa) não se concretizou porque toda a documentação havia sido transferida para o arquivo da 13ª Regional e para o Arquivo Central no Rio de Janeiro, onde foi realizada parte da pesquisa documental.

localização/distribuição das bancas no espaço ocupado pela Feira. Ainda nesse primeiro ano, foi desenvolvido um contato mais próximo com alguns feirantes.

As minhas idas à Feirinha (como é popularmente conhecida a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra) para a observação participante e para a realização de registros fotográficos e videográficos, se deram em períodos distintos e em ocasiões de alta e baixa temporada, bem como em dias de sol e de chuva. Foram realizadas observações participantes na ocasião da desmontagem da Feira do Largo de Coimbra em virtude das celebrações da Semana Santa—como foi destacado no capítulo 2, a cada dois anos a Feirinha é desmontada na madrugada da Quinta-Feira Santa para dar espaço à celebração católica do Descendimento da Cruz, que ocorre no Largo de Coimbra em anos ímpares. Foram feitas várias observações especialmente durante os meses de janeiro e de julho, meses de férias e de aumento do fluxo de turistas na cidade e, no caso do mês de julho, época do Festival de Inverno, ocasião em que a Feira atinge os maiores índices de movimento sendo, portanto, considerada a melhor época para o comércio local. Para surpresa, no mês de agosto, quando foi reservado para intensificar as entrevistas com os feirantes, o movimento na Feira foi intenso de segunda a domingo, o que dificultou a consolidação das atividades planejadas para o referido mês. Esse movimento intenso durante esse mês, e que se estendeu durante as primeiras semanas do mês de setembro, deve-se ao aumento do fluxo de turistas oriundos da Europa, tendo em vista se tratar de um mês de férias europeias. Acrescido a isso há o fato de o turismo estudantil também ser intenso nessa época do ano.

Durante as primeiras empreitadas na Feira de Artesanato, ao caminhar por entre as bancas, alguns feirantes me ofereciam produtos – achavam que eu fosse turista. “Vai uma lembrancinha aí?” “Faço gravação nas peças”, diziam um e outro feirante quando eu passava. Numa primeira conversa com alguns atores sociais do Largo, dois feirantes perguntaram-me de onde eu vinha e ficaram surpresos quando disse que era nativa. Um desses chegou a dizer que eu parecia ser turista e ainda insistiu: “Você estuda aqui, né? Mas você veio de onde?”. Um dos comerciantes, o Fernando César, me reconheceu – fiz a observação do local no ano de 2006 e tive a oportunidade de conversar com ele naquela ocasião. Ele não lembrava o meu nome (mas eu lembrei o nome dele), mas recordou-se que eu fazia um trabalho de pesquisa na Feira.

Nas primeiras observações, houve muita dificuldade de observar o público, tendo em vista a diversidade de atores sociais e de ações: os visitantes variavam entre jovens, adultos, idosos e crianças. Em ocasiões de muito movimento, além da agitação na Feirinha, várias pessoas passavam pelo Largo, seja para pegar o ônibus na Rua Costa Sena, seja para cortar

caminho do lado da Igreja de São Francisco de Assis. Isso sem contar no fluxo de carros que costuma ser bastante intenso quase que diariamente, especialmente nos horários de pico como no final da manhã e também da tarde.

Para iniciar o processo de entrevistas, após várias conversas informais, fui tentando me aproximar mais dos comerciantes na tentativa também de entender a dinâmica da Feira. Com o passar do tempo, a minha presença passou a ser mais “natural” ao ponto de, quando ficava muito tempo sem passar por lá, alguns comerciantes comentarem ao me cumprimentar: “Tá sumida!”. Ainda assim, alguns dos comerciantes contatados a princípio se mostraram desconfiados da minha presença ali e das minhas intenções. Durante todo o período de pesquisa de campo, quatro comerciantes preferiram não me ceder uma entrevista. Desses quatro, a reação de dois chamou mais a minha atenção – pareceu-me que interpretaram que eu estivesse ali a mando da Prefeitura e/ou de algum órgão de preservação do patrimônio. Senti-os um tanto intimidados com minha presença. Uma dificuldade que se apresentou em função de uma maior aproximação minha com os feirantes foi o fato de eles me verem como uma possível “defensora” da causa deles – a permanência da Feira no Largo. Em algumas conversas informais eu ouvi algo do tipo: “Você podia ajudar a gente aí”. Alguns feirantes me viram como alguém que poderia, junto deles, levantar a “bandeira da Feira”. Como se a minha pesquisa, ainda em desenvolvimento, me outorgasse, de antemão, defender os interesses da coletividade dos feirantes perante o poder público e/ou os órgãos de preservação do patrimônio. Sem decepcioná-los, ainda que eu acreditasse que a causa, naquele contexto, pudesse ser justa, busquei ser o mais imparcial possível.

No total, foram realizadas 18 entrevistas com feirantes e outras quatro com vizinhos da Feira, sendo que uma dessas foi com o dono da Pousada do Mondego. Esse número de entrevistas realizadas não se traduz numa amostragem. Chegamos a esse total de entrevistas de forma orgânica, buscando construir uma leitura, dentre as inúmeras possíveis, a partir de uma multiplicidade de usos, memórias e apropriações dos atores sociais que vivenciam o Largo de Coimbra cotidianamente. No caso da vizinhança, optou-se por entrevistar aqueles moradores das residências que delimitam o Largo, que são poucos, justamente pela proximidade destes com o espaço em questão, no sentido de entender as relações deles com o nosso objeto de pesquisa e construir um histórico mais preciso do Largo a partir dessas relações. Ainda no caso desses últimos, optou-se por privilegiar moradores de longa data – foram entrevistados formalmente quatro moradores que vivem no Largo há mais de 60 anos. Informalmente, tive uma conversa com uma moradora desse lugar, uma senhora de cerca de 80 anos que mora ali há aproximadamente 15 anos.

As entrevistas seguiram um roteiro semidirigido; porém, no caso de alguns entrevistados “mais prolixos”, o roteiro era naturalmente extrapolado. Para a realização dessa etapa do trabalho, foi utilizado um gravador. Três dos comerciantes do sexo masculino abordados e que aceitaram o convite para uma entrevista, mostraram-se arredios quando perguntei sobre a banca, se era propriedade deles mesmos e/ou sobre como conquistaram aquele espaço no Largo de Coimbra. Eles pareciam desconfiados e inseguros sobre dar ou não essa informação e mudavam de assunto como alternativa para não responder a essa pergunta. Quanto às demais entrevistas, não foi observado qualquer tipo de resistência em relação às questões contempladas.

A segunda-feira foi um dos dias da semana escolhido para agendar as entrevistas por se tratar, teoricamente, de um dia de menor movimento na Feira. No entanto, nos meses de janeiro, julho e agosto, conforme foi ressaltado anteriormente, o movimento na Feirinha de Pedra-Sabão foi intenso inclusive às segundas-feiras. Todas as entrevistas, com exceção daquelas realizadas com os vizinhos em suas respectivas residências (no entorno do Largo de Coimbra), ocorreram na própria Feirinha, por se tratar de um local em que os comerciantes passam a maior parte do tempo, muitos deles, de segunda a segunda.

Durante o trabalho de campo, já no segundo ano de observação e após a Semana Santa do ano de 2013, percebeu-se que houve uma ampliação no número total de bancas da Feira de Artesanato, que alterou a configuração estabelecida já há alguns anos. Três feirantes se apropriaram de espaços antes ociosos no Largo para montarem suas próprias bancas. Um dos espaços recém-ocupados por dois deles era ocupado anteriormente pelo antigo trailer de lanches, que foi retirado do Largo pela Prefeitura no ano de 2011, por determinação do Ministério Público Federal – MPF. Nesse local, que funciona ainda como uma espécie de “mirante do Largo”, para onde muitos turistas e visitantes se dirigem na intenção de apreciar a vista e tirar fotos da ladeira de Santa Efigênia e entorno, foram instaladas duas bancas. É um local também de “refúgio” de crianças que frequentam a Feira, muitas delas filhas ou netas de feirantes (FIG. 32e 33).

Figura23 – Largo de Coimbra: espaço “mirante do Largo”



Fonte: Foto da autora, em 29.09.2012.

Figura24 – Largo de Coimbra: crianças no espaço “mirante do Largo”



Fonte: Foto da autora, em 28.09.2012.

Um dos entrevistados foi uma dessas pessoas que se apropriou recentemente de um desses locais ociosos no Largo para instalar sua própria banca (FIG. 34 e 35). Havia conversado com ele, informalmente, quando ele ainda trabalhava na banca pela qual pagava aluguel que, segundo ele, era de um salário mínimo. Posteriormente, ele me cedeu uma entrevista, já de “posse” do seu novo ponto na Feira. Muito tranquilo e atencioso, contou que vários outros feirantes que, como ele, pagavam aluguel de banca para comercializarem seus produtos ou que trabalhavam para algum comerciante, quiseram ocupar aquele espaço que há anos esteve “ocioso”, mas ninguém teve coragem. Ele, então, se aproveitou do processo de desmontagem e posterior montagem da Feira por ocasião das celebrações da Semana Santa para se instalar no local, concretizando o sonho antigo de ter seu próprio “ponto” no Largo, depois de mais de uma década trabalhando ali. A sua atitude, como a dos outros dois feirantes que se apropriaram desses espaços recentemente, gerou discussões e conflitos na Feira – uns apoiaram a sua atitude e outros foram contra. Na opinião de muitos, o feirante infringiu as normas da Associação (ADELC⁴³), abrindo precedentes para que outros fizessem o mesmo. Ele se defende argumentando que fez o mesmo que os outros já instalados ali, porque tem os mesmos direitos de todos eles. Para esse comerciante, que não é ouro-pretano (ele é natural de Montes Claros), ele teria mais direito de estar ali do que um estrangeiro – referindo-se, subentendidamente, à atual presidente da ADELC, que é natural de Buenos Aires – Argentina.

Convicto de que não praticou nenhuma infração, ele confessa:

Meu sonho era ter um ponto aqui na Feira. Aí, quando eu vi essa porta aberta, eu não pensei duas vezes. Eu vi um e outro falando “eu vou fazer”, “eu vou fazer” e passaram perto de mim falando. Aí eu peguei e fiquei caladinho e fui lá e fiz. (R.T., feirante)⁴⁴.

⁴³ ADELC – Associação dos Expositores do Largo de Coimbra.

⁴⁴ Entrevista concedida à autora, em 12.08.2013.

Figura25 – Largo de Coimbra: espaços até então “ociosos” na Feira de Artesanato (antes)



Fonte: Foto da autora em 29.09.2012

Figura 26– Largo de Coimbra: bancas recém-instaladas em locais “ociosos” do espaço ocupado pela Feira de Artesanato (depois)



Fonte: Foto da autora em 19.09.2013.

Para uma análise preliminar das entrevistas foram utilizados “mapas de associação de ideias”, que se constituem em instrumentos de visualização que visam dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo. Esses mapas favorecem a sistematização do processo de análise das práticas discursivas com vistas a compreender os aspectos formais da construção linguística e dos seus repertórios bem como da dialogia implícita na produção de sentidos (SPINN; MENEGON, 2000).

Primeiramente, para um primeiro mapa, foram definidas categorias gerais conforme objetivos da pesquisa, quais sejam: profissão (se reconhecem como?); trajetória na Feira; representação do Largo de Coimbra/da Feira; importância do lugar; patrimônio. Um segundo mapa foi construído contemplando os assuntos mais relevantes levantados pelos atores, que apareceram com frequência nas entrevistas, definindo as demais categorias: história de necessidade e de luta pelo ponto; a Feira – vista por muitos dos entrevistados como sendo parte fundamental da cidade, do turismo, do patrimônio, como em vários outros lugares no Brasil e mundo afora; insegurança – sabem que estão em um espaço que é público, falta organização e reconhecimento; importância do lugar – a Feira está no Largo onde também se situa a Igreja de São Francisco de Assis, um dos principais monumentos da cidade que é Monumento Cultural da Humanidade.

Por fim, a etnografia foi redigida, contemplando as falas dos entrevistados com os dados registrados no relatório de observação, construído a partir da caderneta de campo, bem como com os dados obtidos a partir da pesquisa documental.

3.2 A cidade, o Largo, a Feira e os feirantes

O andar fortuito (parafraseando LEITE, 2001) pelo centro histórico da cidade de Ouro Preto fatalmente conduz o caminhante ao Largo de Coimbra. Sua localização central, próxima à praça principal – a Praça Tiradentes–, favorecida pela confluência das cinco vias⁴⁵ de acesso ao Largo, possibilita distintos trajetos e concentra um fluxo rotineiro do caminhar pelo centro histórico da antiga Vila Rica (FIG. 36). Muitos passam pelo Largo e outros tantos vão ao Largo. No caso desses últimos, especialmente em se tratando de turistas, a ida ao Largo de

⁴⁵Vias de acesso ao Largo de Coimbra: 1) via Rua do Ouvidor (ou Rua Cláudio Manoel), vindo da Praça Tiradentes; 2) via Rua do Ouvidor (ou Rua Cláudio Manoel), vindo do Bairro Antônio Dias; 3) via Rua Costa Sena (vindo pela Escola de Farmácia); 4) via Rua Amália Baranhaus, vindo da Praça Tiradentes – beco do anexo do Museu; 5) via Rua São Francisco, vindo do Antônio Dias.

Coimbra tem como um dos principais objetivos a visita à Igreja de São Francisco de Assis, que, como já foi dito anteriormente, é um dos monumentos mais procurados da cidade de Ouro Preto. Atualmente, são também muitos os que se dirigem ao Largo com o principal objetivo de visitar a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão.

Figura 36 – Imagem de satélite do Largo de Coimbra – Ouro Preto/MG



Fonte: Imagem extraída do Google Maps - 2014 (<http://maps.google.com.br/>) e editada.

Localizada estrategicamente no cerne do Largo, ocupando o espaço do antigo mercado, a Feira de Artesanato é hoje uma atração à parte. Alguns fatores propiciaram a ocupação do Largo de Coimbra pela Feira de Artesanato, dentre os quais destacamos: sua centralidade, sua proximidade com a Igreja de São Francisco de Assis – talvez o monumento mais visitado da cidade –, sua facilidade de acesso e escoamento – em especial a facilidade de acesso para carros e de estacionamento, seu aspecto planejado e, sobretudo, o fato de ter sido ali o lugar de dois dos antigos mercados da cidade. Atualmente, as discussões acerca de mudanças, reformas ou mesmo remoção da Feira são alvos de uma disputa política um tanto “velada”. Internamente, muitos feirantes se mostram inseguros com a situação. Interessante notar que, nesta pesquisa, na entrevista com alguns feirantes, mesmo não contemplando a questão da possibilidade de remoção da Feira pelo poder público, esse assunto foi recorrente nos depoimentos:

O futuro? [...]. Falar de futuro é difícil, não é? Quando você está num espaço público também, não é? Quando você tá numa coisa que é da gente já é difícil. O que eu espero? Eu acho que eu queria envelhecer aqui. Eu gosto tanto da Feira que eu fico com as meninas assim: “Faz meu velório aqui” [risos]. Mas, assim, falar de futuro é complicado. É só Deus mesmo, né? Muitas vezes já falaram em tirar a gente daqui, tirar a gente daqui, tirar, mas não tirou. (C.O., 45 anos, artesã)⁴⁶.

A administração passada⁴⁷ ficava nessa base assim, nem afirma nem que sim nem que não, se ia ficar a Feira, se não ia. Ficava tipo um terror, aí você fica inseguro, entendeu? (G.F., 50 anos, vendedor)⁴⁸.

Sendo sincero com você, eles tão querendo tirar a Feirinha daqui, né? Vou falar com você a verdade, eu acho que num vai ficar bom, não. Vai ficar muito ruim. (J.C.P., 46 anos, artesão)⁴⁹.

Olha, na atual gestão⁵⁰, parece que o feirante está mais seguro, vamos dizer assim. E na anterior, viviam sob constante ameaça de que esse espaço aqui não vai poder ser utilizado, de que vai subir tudo para o espaço da Santa Casa velha, que está sendo construído o Centro de Artes de Ouro Preto, não sei o quê. Então, quer dizer, coisa com coisa, ninguém fala. (F.R.P., 43 anos, comerciante)⁵¹.

Porque assim, depois que a Prefeitura tomou essa atitude [de querer levar a Feira para o espaço da antiga Santa Casa], assim, eles tiraram o nosso alvará. Não cobraram nunca mais. Nós estávamos pagando o alvará, nunca nos negamos a pagar o alvará, eles tiraram o nosso alvará. Porque assim, a política deles é assim: *ó, eles não pagam, como que vão ficar?* Foi tirado de nós esse direito de pagar o alvará. [...] Pois é, ficamos o tempo inteiro nesse impasse, com medo e, por isso que a gente continua a associação e não queremos perder a associação porque se não tiver representatividade que temos, porque, cada vez que cambiar [trocar] prefeito, teremos problema com essa história. (M.C., 56 anos, ourives)⁵².

A presidente da ADELCO vê o alvará de licença para comercializar produtos no Largo de Coimbra como um instrumento fundamental para se manterem ali. Ela teme a chegada de uma ordem policial para retirá-los do Largo: “qualquer dia chega uma ordem policial querendo nos despejar e aqui eles [os feirantes] dependem desse trabalho”. Nos primeiros anos da Feira de Artesanato no Largo, o número de feirantes não chegava a 15, segundo depoimentos. Com o tempo, houve um aumento do número de expositores e o poder público tentou inibir a ocupação da área com medidas de controle. Atualmente, não há uma

⁴⁶Entrevista concedida à autora em 19.09.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁴⁷A gestão municipal anterior (2009-2012) esteve a cargo do Prefeito Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, nascido em 1947, jornalista e bacharel em direito.

⁴⁸Entrevista concedida à autora em 25.11.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁴⁹Entrevista concedida à autora em 13.09.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁵⁰A atual gestão (2013-2016) é comandada pelo Prefeito José Leandro Filho, 67 anos, médico, ouro-pretano, natural do Distrito de Santa Rita.

⁵¹Entrevista concedida à autora em 10.11.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁵²Entrevista concedida à autora em 15.11.2012, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

fiscalização, tanto é que houve ampliação do número de bancas no Largo. A presidente da ADELC, disse, em entrevista, que, na ocasião dessa última “invasão”, ela reclamou na prefeitura:

Porque houve uma invasão. Inclusive, uma, duas, três barracas [invadiram o espaço], porque o espaço ficou livre, porque havia um trailer de alimentos. Tiraram o trailer, porque, problemas com a saúde, tudo isso, e organizaram o trailer em outro lugar. Tudo bem. [...] Aí vieram pessoas e colocaram suas bancas [...]. Aí eu chamei os fiscais. Aí o que aconteceu, aí eu chamei os fiscais, dei uma carta para o secretário de Cultura que seria o encarregado de organizar a Feira [...]. Pedi, por favor, que viesse uma fiscalização para tirar [...]. A chefe de fiscalização foi muito grossa e ela falou que não tinha jeito, que ela não ia fazer nada, não ia tomar nenhuma atitude e medida, por quê? Porque nós não temos alvará. Por que nós somos invasores do lugar, então como é que ela ia tirar outras pessoas se nós também estávamos na mesma condição. Eu falei: “Não! Não estamos na mesma condição, não estamos, porque eu nunca invadi nada. Foi a Prefeitura mesma, foi a Secretaria que me deu a autorização”.(M.C., 56 anos, ourives)⁵³.

Dentre os 18 feirantes entrevistados nesta pesquisa, 13 são naturais de Ouro Preto e destes, sete são oriundos de Santa Rita, distrito que, como vimos no segundo capítulo, é popularmente conhecido como a “Capital da Pedra-Sabão”. Dos outros cinco feirantes não ouro-pretanos, o que está há menos tempo em Ouro Preto já tem 14 anos de Feirinha. Os demais vivem na cidade há 25 anos ou mais. Um desses é a atual presidente da ADELC, que é argentina e vive no distrito ouro-pretano de Santo Antônio do Leite há mais de 25 anos.

O distrito de Santa Rita está fortemente representado no Largo: além dos sete entrevistados que são santa-ritenses, outros cinco têm alguma relação com Santa Rita – ou os cônjuges ou algum parente (tios, primos, avós) são oriundos do referido distrito. Isso sem contar que, segundo depoimentos dos entrevistados, a maioria das peças que abastecem as bancas é de Santa Rita. Esse fato contraria o que algumas pessoas insistem em afirmar: que os feirantes, hoje em dia, são, em sua maioria, atravessadores que não têm ligação com o distrito. Os atravessadores existem, mas não predominam.

Um dos entrevistados, a atual presidente da ADELC, não trabalha com a pedra-sabão. Ela é artesã ourives e trabalha com prataria e pedras semipreciosas. Um segundo entrevistado, G.F., que é natural de Santa Rita, iniciou no Largo com a pedra-sabão e, atualmente, trabalha com pedras semipreciosas. Segundo esse entrevistado, após muitos anos como artesão em pedra-sabão (desde a infância), ele desenvolveu problemas alérgicos e respiratórios em função do pó da pedra, o que o impossibilitou de dar continuidade nos trabalhos artesanais com a

⁵³Entrevista concedida à autora em janeiro de 2014, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

talcosa pedra. Todos os demais feirantes entrevistados trabalham com a pedra-sabão – seja como artesão, seja como comerciante ou vendedor.

Em relação ao número de anos que os feirantes entrevistados têm de trabalho na Feira de Artesanato no Largo de Coimbra, com exceção de uma vendedora e de um artesão⁵⁴, que estão na Feira há menos de três anos, tem-se uma variação de tempo entre 13 anos e 32 anos. Nove entrevistados trabalham no local há 25 anos ou mais; destes, três disseram estar na Feira há pelo menos 30 anos. Essa informação nos indica o quanto essa atividade já é tradicional no Largo. Pessoas que nasceram entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, por exemplo, já não presenciaram o Largo de Coimbra sem a Feira de Artesanato.

Em termos de formação escolar dos entrevistados, três possuem ensino médio completo; quatro, o ensino médio incompleto e os demais não completaram o ensino fundamental. Um deles disse ser quase analfabeto: “Não cheguei nem a completar o primário, sou quase analfabeto, pode se dizer assim. Só sei ler, escrever e fazer conta.” (J.P., 75 anos). Na entrevista com a presidente da ADELCO, ela ressalta que os feirantes ali, em sua maioria, são “pessoas humildes”:

Eles são pessoas humildes. São pessoas que, se perguntar um por um, ninguém tem um segundo grau. Eles trabalham manualmente tudo isso, eles dependem mesmo desse trabalho. E eles saíram, por exemplo ela [referindo-se a uma feirante], a família dela é da roça de Santa Rita; o pai plantava feijão. [...] eu estou reclamando a ajuda da Prefeitura: primeiro o alvará, depois a fiscalização [...]. (M.C., 56 anos, ourives)⁵⁵

No que tange à profissão, a maioria se reconhece como artesão, evocando a vocação e a tradição familiar. Alguns, inclusive, ressaltam que não sabem fazer outra coisa que não seja o artesanato:

O que eu gosto de fazer é artesanato – sou artesã. [...] Eu sou uma artesã, poderia ter ido pra outro lado, mas como eu amo a pedra-sabão, trabalho por prazer. Nem se me dessem mais dinheiro do que eu ganho, eu estaria aqui porque eu amo a pedra-sabão. Nasci dela e vou morrer nela! Criei meus filhos. Eu já tenho meu filho que é engenheiro de minas; tem a outra, engenheira ambiental, que tá formando. Tudo da pedra-sabão. Eu falei que eu sou Rita e a pedra é de Santa Rita! (R.F.N., 50 anos, artesã)⁵⁶.

⁵⁴A vendedora que está há menos de dois anos na feira foi casada com um artesão de Santa Rita que era feirante no Largo, além de ser filha de um artesão e ex-comerciante de artesanato em pedra-sabão. Já o artesão, que está na Feira há três anos, é natural de Santa-Rita e, desde a infância, trabalha com a pedra-sabão.

⁵⁵Entrevista concedida à autora em 15.11.2012, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁵⁶Entrevista concedida à autora em 10.08.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

A única coisa que eu sei fazer é só isso [referindo-se ao artesanato em pedra-sabão]. Eu sou artesão há mais tempo, mas antes eu vendia para outros lugares. E agora, de um pouco tempo, de uns três anos pra cá, que eu estou nesse ponto. (M.S., 40 anos, artesão)⁵⁷.

Vários artesãos adquirem as peças de outros artesãos, principalmente daqueles do distrito de Santa Rita, e, na Feirinha, fazem o acabamento antes de colocar as peças à venda. Esse processo de fazer o acabamento das peças na feira é também uma forma de atrair o olhar do turista, sendo, ainda, responsável por produzir a sonoridade da Feira, como descrito na etnografia (segundo capítulo). Outros artesãos se dividem entre as tarefas de produzir as peças em suas oficinas e vender na Feira.

No que diz respeito ao ponto (ou à banca), um fato que nos chama a atenção é que quatro dos entrevistados não detêm o ponto, ou seja, trabalham para o proprietário da banca, e dois, conquistaram o ponto recentemente, sendo que uma ganhou a banca de presente do marido e o outro, o RT., apropriou-se de um espaço vago na Feira. Dos demais, oito receberam a banca na ocasião em que a prefeitura teria regulamentado a Feira e os outros quatro adquiriram a banca comprando-as na mão de outros comerciantes. Quando questionados sobre como conquistaram um ponto na Feira, alguns comerciantes hesitaram em responder, como é possível notar no trecho do depoimento de um deles, quando perguntado se era o dono da banca: “Não, sou funcionário. [...] o dono, normalmente é difícil achar [ele se esquivava, tenta desconversar]. O dono não fica aqui não. É gente daqui de Ouro Preto mesmo.”

Em depoimentos dos feirantes é possível perceber que a história da aquisição de um espaço para exposição e venda de artesanato no Largo está relacionada à necessidade de trabalho, fatalidade e busca por melhores condições de vida. Soma-se a isso a vontade de ser seu próprio patrão. Isso pode ser observado nos depoimentos:

Esse ponto aqui? Aqui, esse ponto aqui... A gente trabalhava lá do outro lado, né? Aqui agora, aqui deve ter uns 12 anos, 13 anos. [Pergunto como foi para conquistar aquele ponto] Como foi? Eu conheci o fiscal que trabalhava aqui, ele era meu xará, [...], a gente fazia judô junto. Na época eu tive um problema com... de gravidez com minha esposa, né? Aí ela tava grávida e eu tinha que arrumar um serviço de qualquer jeito. Então ele arrumou uma vaga pra mim aqui. (Trecho da (J.C., 44 anos, artesão)⁵⁸.

Quando eu cheguei aqui, eu fiquei grávida, né? Então, aí, fiquei sabendo de que tinha, a Prefeitura havia organizado uma feira de artesanato e ela estava outorgando alvarás para os artesãos da região. Então eu vim com uma amiga de Santo Antônio do Leite e conversei com o encarregado naquela época, já nem me lembro o nome, porque a 25 anos atrás, já nem me lembro como se chamava. Ele trabalhava para a

⁵⁷Entrevista concedida a autora em 10.11.2013, no Largo de Coimbra.

⁵⁸Entrevista concedida à autora em novembro de 2013, no Largo de Coimbra.

Prefeitura e era o encarregado de organizar toda essa feirinha. Éramos bem menos, éramos poucos. Então eles convidaram todos os artesãos, aí nos anotaram, me deram uma banca, e comecei a trabalhar aqui direto. (M.C., 56 anos, ourives)⁵⁹.

Eu vim [de Santa Rita] estudar no CEFET, né? Aí, como tava difícil trabalhar com carteira assinada na época e estudar, eu preferi ficar expondo aqui, vendendo pedra-sabão e estudando à noite. (G.F., 50 anos, vendedor)⁶⁰.

Olha, meu marido trabalhava, depois perdeu o emprego, e eu tive que dar um jeito. Se eu fosse trabalhar, o salário era pouco, eu tinha que sustentar meus filhos, eu tinha dois filhos também estudando. Aí eu vim pra cá e deu certo. Aí eu já não quis nem trabalhar em outro lugar mais. Quando eu vim trabalhar aqui, surgiu emprego pra mim de técnico metalúrgico na Açominas e eu não quis. Eu queria ficar perto dos meus filhos, meus filhos também faziam faculdade... Meu menino já é formado, minha menina forma no ano que vem. [...] Eu adoro fazer isso aqui [referindo-se à decoração de peças em pedra-sabão que fazia no momento da entrevista]. (R.N., 50 anos, artesã)⁶¹.

No Largo de Coimbra, os primeiros comerciantes que ali chegaram ocuparam o largo da Igreja de São Francisco de Assis, local que tiveram que deixar pouco tempo depois, por solicitação do pároco. Posteriormente, os feirantes ocuparam parte da rua, bem em frente à Pousada do Mondego. Foi nessa ocasião que houve conflito dos feirantes com o dono da Pousada. Segundo esse último, os feirantes obstruíam as portas de acesso à Pousada e se recusavam a dar passagem. Em seu depoimento, ele diz que foi em função desse conflito, em meados da década de 1980, que os comerciantes, até hoje, o veem como um desafeto da Feira, o que, segundo ele, é uma inverdade:

É uma Feira importante. O pessoal aqui, eles até acham que eu sou contra a Feira, eu nunca fui contra a Feira! Eu era contra umas barracas que ficavam aqui na minha frente. Porque eu abria a Pousada, eu não conseguia entrar, eu não tinha entrada. [...] Eu era contra aqui, na minha frente não pode porque o cara tampava a minha entrada. A entrada do carro e a entrada dali tinha uma barraca. [...] Mesmo porque eu não tenho nada com o espaço público, eu tenho, como dizia a minha mãe, “do portão pra dentro”, né? Mas é uma Feira importante, ela carece de uma organização, porque tem alguma coisa que destoa. [...] Muita gente depende disso. (R.P., 70 anos, ex-morador do Largo de Coimbra e dono da Pousada do Mondego)⁶².

Nos depoimentos, vários feirantes apontam o empresário Ricardo Pereira (ou “o dono da Mondego”, na fala dos feirantes) como um desafeto da Feira. Na visão deles, “o dono da Mondego” seria uma das pessoas que desejam a remoção da Feira do Largo. No entendimento

⁵⁹Entrevista concedida à autora em janeiro de 2014, no Largo de Coimbra.

⁶⁰Entrevista concedida à autora em 25 de novembro de 2013, no Largo de Coimbra.

⁶¹Entrevista concedida à autora em agosto de 2013, no Largo de Coimbra.

⁶²Entrevista cedida à pesquisadora em 25 de novembro de 2013.

dos feirantes, haveria um suposto interesse do referido empresário em usar o espaço da Feira para estacionamento da Pousada. Em seu depoimento, conforme esse trecho apresentado, Ricardo Pereira desmistifica essa questão.

O espaço da Feira já funcionou anteriormente como estacionamento, como apresenta a Figura 37. Nos primeiros Festivais de Inverno de Ouro Preto, promovidos pela UFMG (de 1967 a 1973), o Largo dava lugar a espetáculos e apresentações culturais, e o local em que hoje se situa a Feira de Artesanato dividia-se entre praça e estacionamento. Além de abrigar programações do Festival de Inverno, o Largo de Coimbra abrigou o Festival do Vinho, em meados da década de 1980, e festas juninas escolares, na mesma época.

Figura37 – Largo de Coimbra: Festival de Inverno de Ouro Preto (entre 1967 e 1973) – detalhe do estacionamento que funcionou no espaço do antigo mercado



Fonte: Autor desconhecido. Acervo de imagens da Família Magalhães.

A rotina de trabalho diário dos feirantes é bem intensa. Eles dizem trabalhar de segunda a segunda e, quando folgam, é uma vez por semana.

Vixi! Todo dia. Chego aqui às oito, oito e meia, e saio daqui às seis e meia. [De segunda a segunda?, pergunto.] Tem que ser, minha filha, pra ter as coisas na vida. (S.L.B.)

Aqui é o seguinte, a gente começa a trabalhar aqui às sete horas, termina às sete, né? Aqui são doze horas por dia. E aqui é minha oficina, né? É onde que eu faço o meu trabalho e apresento para os turistas. De segunda a segunda. Aqui em Ouro Preto é imprevisto, né? Todos os dias têm turistas aqui em Ouro Preto. (F.C.)

Eu venho todos os dias. Às vezes a gente descansa algumas vezes mas a gente que trabalha por conta própria não dá pra descansar, tem que tirar umas horas de folga só e continuar trabalhando. De segunda a segunda. (G.R.F.)

Os depoimentos expressam, por um lado, certo abandono pelo poder público. Os feirantes se sentem desamparados, como se fossem verdadeiros “indigentes” e, por outro lado, expressam um sentimento de pertencimento e afeto ao lugar em que ocupam:

É um apoio, pra não ter invasão aqui, por exemplo, de pessoas que...talvez... a gente tem a Associação, mas não tem poder policial, de fiscalização. É esse apoio que é o principal. A gente está trabalhando aqui infelizmente como indigente, porque, eu já reivindiquei junto aos vereadores da prefeitura aí, junto ao governo passado aí, o alvará, que é uma coisa simples que a gente tem que pagar aí todo mês, todo ano, a licença adquirida nossa e junto com a Prefeitura uma parceria, pra gente tentar organizar, tentar fazer a Feira como se fosse um patrimônio, igual é o acarajé na Bahia. (F.C., 50 anos, artesão)⁶³.

É possível notar, nos depoimentos, os vínculos de parentesco – redes familiares– e a tradição familiar do artesanato em pedra-sabão:

Meu pai criou nove filhos, tudo com a pedra-sabão [o pai é artesão de Santa Rita]. Tenho cinco irmãos aqui na Feira. (R.F.N., 50 anos, artesã)⁶⁴.

Aí acho que eu já tinha um irmão, aí ele falou assim: “Vai Cláudia, vai e põe suas coisinhas lá no chão”. Se eles implicarem... Aí eles implicavam e eu fui só aumentando, aumentando, vendendo, eu punha na lona. [...] Éramos três irmãos: uma aqui, outro lá, outro aqui. É, igual aconteceu com a feira de verdura também – a gente tirava toda quinta. Um dia meu irmão falou assim: “Isso é desaforo, Cláudia! Eu já estou com os ombros tudo arrebitado. Vou passar uma corda aqui. Quem quiser tirar, tira, mas eu não vou tirar”. Aí eu também não tirei. (C.O., 43 anos, artesã)⁶⁵.

Minha família, minhas irmãs... Somos treze irmãos. Todo mundo tá envolvido com a pedra-sabão. Todo mundo. A única coisa que a gente sabe fazer é mexer com a pedra-sabão. Não sabemos fazer mais nada. Minha mãe também faz até hoje. Minha mãe tem quase 70 anos e ainda faz muita coisa. (M.S., 40 anos, artesão)⁶⁶.

⁶³Entrevista cedida à pesquisadora em setembro de 2013.

⁶⁴Entrevista concedida à autora em 10.08.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁶⁵Entrevista concedida à autora em 19.09.2013, no Largo de Coimbra.

⁶⁶Entrevista concedida à autora em 10.11.2013, no Largo de Coimbra.

De uma forma ou de outra, meu pai foi o primeiro a trazer o artesanato do nosso distrito para Ouro Preto. Meu pai é o Flávio Raimundo da Silva, ele tinha uma loja situada na Rodoviária, no Berimbau, onde hoje é um posto de gasolina, né? E ele foi o primeiro a ter muita coragem [...] (F.M., 43 anos, feirante)⁶⁷.

[...] minha família toda é artesã de pedra-sabão. Meu pai e minha mãe já morreram. No total somos seis pessoas. [Seus pais também mexiam com pedra-sabão?] Mexiam. Comecei com pedra-sabão desde os sete anos de idade. [...] Eu tive que parar porque sou alérgico à poeira do pó, então eu tive que parar, entendeu? Ai, então, eu comecei a mexer com isso aqui, com as pedras semipreciosas. (G.F., 50 anos, vendedor)⁶⁸.

Tem 30 anos que eu trabalho aqui. Eu cheguei aqui vindo com o meu irmão. Ele veio trabalhar e eu vim atrás dele, aí comecei a trabalhar aqui. (J.C., 44 anos, artesão)⁶⁹.

No entanto, percebe-se nos depoimentos que os filhos de vários dos atuais feirantes não seguem essa tradição:

Uns 80% aqui é trabalho meu, sabe, é mão de obra minha, 80%. E, em conjunto com a minha filha, família, né? Minha filha faz desenhos também. Eu tenho dez filhos, um que mexe com pedra-sabão. (J.P., 75 anos, artesão)⁷⁰.

Tenho um casal de filhos. Meu filho trabalha na Vale, na Rancharia aqui, e minha filha trabalha de recepcionista. (G.F., 50 anos, vendedor)⁷¹.

A dimensão dos laços de sociabilidade também permeou as falas dos entrevistados. Existe uma cooperação entre eles de modo que, quando um falta, o vizinho de banca toma conta da mercadoria e, em alguns casos, até vende a mercadoria da banca do colega, quando algum turista ou visitante se interessa por determinada peça. A troca de favores é uma prática de colaboração constante entre os feirantes. Essa cooperação pôde ser percebida, ainda, na ocasião de montagem e posterior desmontagem da Feira, em virtude das celebrações da Semana Santa. Há conflitos entre eles, mas parece prevalecer uma cooperação e cumplicidade entre os feirantes, até pelo fato de terem uma causa em comum – a luta pelo lugar da Feira. A maioria dos entrevistados diz ter, senão parentes, amigos na Feira, como podemos notar em alguns depoimentos:

⁶⁷Entrevista concedida à autora em 10.11.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁶⁸Entrevista concedida à autora em 25.11.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁶⁹Entrevista concedida à autora em novembro de 2013, no Largo de Coimbra.

⁷⁰Entrevista concedida à autora em novembro de 2013, no Largo de Coimbra.

⁷¹Entrevista concedida à autora em 25.11.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

Tem, tem amizade. [...], entre aspas, né? Nem todos. Tem uns que a gente entrosa mais, outros que entrosa menos. Tem uns que são bons de negócio, outros menos. Mas dá, sim. É todo mundo conhecido, né? (J.C.)

Mas a gente vai levando aí devagarzinho; num temos inimizade com ninguém; todo mundo aqui é amigo; todo mundo ganha; todo mundo defende a sua família, seu pão. (F.C.)

Aqui é todo mundo conhecido, é tudo amigo, é tudo gente boa. Tenho um amigo inclusive, se não dá pra eu vir, eu tenho um amigo que olha pra mim, eu olho pra ele, é tudo assim. Aqui é tudo amigo. (M.S.)

Então, veja bem até entre os amigos aqui, entre os artesãos, uma grande maioria é meu parente. Se não é meu parente, é amigo de infância. Se não é a esposa que eu tô conhecendo agora, o marido já me conhece há “trocentos” anos. (F.P.)

A Feira é um espaço bastante jocoso. As pessoas estão sempre brincando umas com as outras, “jogando conversa fora”, há uma troca constante entre eles. Alguns feirantes dizem que vão à Feira de segunda a segunda, não simplesmente para trabalhar, mas, sobretudo, para descontrair. Durante algumas entrevistas foi possível notar isso. Ao entrevistar um vendedor, por mais de uma vez, um ou outro feirante, ou mesmo um visitante assíduo da Feira, interrompeu a nossa conversa com alguma brincadeira. Os conflitos entre eles, segundo depoimentos, estariam relacionados à concorrência interna – disputa pelo cliente, que gera alguns fatos curiosos, como o relatado por Cláudia que diz que, além de vários comerciantes copiarem as novidades que ela introduz na banca (novas peças), eles copiam a fala dela para abordar o visitante.

Em conversa informal com um feirante, ele comentou sobre a intenção do poder público de tirar a Feira do Largo e ressaltou que ela só funcionaria em qualquer outro lugar “só se levar a São Francisco junto”. As representações dos feirantes em relação ao lugar da Feira estão quase que unanimemente relacionadas à Igreja de São Francisco de Assis, por um lado, e à existência do antigo mercado, por outro. Une-se a isso, o fato da grande circulação de turistas naquele local, que se dá em função da Igreja. Isso é comprovado na fala dos entrevistados:

Em outro lugar não daria certo. Eu acho que é porque aqui nós somos abençoados por São Francisco – ele é protetor dos pobres e dos animais. Eu acho que a Feira pode ir pra qualquer lugar, se sair daqui não dá certo. Aqui é abençoado. [...]. A Feira já é uma marca de Ouro Preto, né? Porque a pedra-sabão faz história. Ouro Preto é uma cidade turística, gira em torno do turismo. (R.F.N., 50 anos, artesã)⁷².

⁷²Entrevista concedida à autora em 10.08.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

Nossa Senhora! Isso aqui pra mim é o cartão-postal da cidade! Pra mim é. [...] Porque se a pessoa vir a Ouro Preto e não passar na Feirinha a pessoa não esteve em Ouro Preto. É, meu modo de pensar é esse. Isso aqui é muito, isso aqui é muito (pausa), eu penso assim: Isso aqui é uma parte muito importante da cidade, porque, em primeiro lugar, um dos pontos fortes aqui dessa minha cidade é a pedra-sabão. [...] E a igreja pra nós aqui é uma referência, é um ponto fundamental. É uma opinião minha, né? Cada um tem sua opinião. (J.C.P., 46 anos, artesão)⁷³.

A Igreja São Francisco, eles vêm aqui na Igreja de São Francisco. Aí concentraram aqui justamente por isso, porque aqui é a maior concentração do turismo é nesse local. Num é em outro lugar. É aqui o forte. (R., 33 anos, artesão)⁷⁴.

Assim, é igual eu te falei, eu não tenho como provar, mas gosto muito de comentar que aqui o meu avô já tinha me falado que era um mercado velho. Tinha uma casa de sopa. Tropeiro vinha vender, sabe? Eu acho engraçado eles não deixarem a gente vender hoje. Porque os tropeiros vinham vender as cargas deles aqui. Inclusive, quando a gente veio pra cá tinha muita argolinha porque eles amarravam os burros aqui. (C.O., 43 anos, artesã)⁷⁵.

Não, isso aqui antigamente era um mercado de burro, era um mercado. Era um mercado e continua sendo o mercado, só não tem os burros. Aparecem uns aí [risos], de vez em quando tem uns, minha filha. (S.L.B., 37 anos, artesã)⁷⁶.

Aqui é a terceira vez que volta a área de comércio de Ouro Preto. E hoje, a Feira, por causa dessa igreja nossa aqui, nós estamos em frente essa igreja nossa aqui, que é um patrimônio nosso. Que é o Aleijadinho que fez essa obra-prima, então, queira ou não, nós somos devotos dele. O que acontece é que essa igreja nossa é a que mais recebe turista aqui dentro de Ouro Preto. É um ponto turístico, mesmo, é o centro da cidade. (F.C., 50 anos, artesão)⁷⁷.

E nós temos a referência aqui da Igreja de São Francisco que já é patrimônio. O material que nós comercializamos aqui é o mesmo material, né, que o Aleijadinho utilizou. Nós temos ali a Casa de Gonzaga, né? Então o patrimônio aqui, ele é unificado, a Feira só vai ser mais um. (F.M., 43 anos, feirante)⁷⁸.

Outra dimensão significativa presente nos depoimentos dos feirantes é a questão da segurança. Para muitos deles, a presença da Feira garante a segurança do local. Alguns chegam a dizer que, se a Feira sair do Largo, aquele espaço vai virar um ponto de drogados e de delinquentes. Inclusive, alguns vizinhos compartilham dessa impressão. Eles têm a consciência de que o movimento diário da Feira inibe a ação de vândalos e delinquentes. Isso,

⁷³Entrevista concedida à autora em 13.09.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁷⁴Entrevista concedida à autora em 10.08.2013, no Largo de Coimbra.

⁷⁵Entrevista concedida à autora em 19.09.2013, no Largo de Coimbra.

⁷⁶Entrevista concedida à autora em 13.09.2013.

⁷⁷Entrevista cedida à pesquisadora em setembro de 2013.

⁷⁸Entrevista concedida à autora em 10.11.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

como afirma Jabobs, “é uma coisa que todos já sabem: uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não.” (JACOBS, 2009, p.35). O depoimento da Rita traduz essa percepção:

A Feira aqui dá segurança pra essas casas todas aí. Tá sempre movimentada, à noite tem gente tomando conta – as coisas suspeitas ele vê.⁷⁹ Agora você vê que aqui, na Rua Direita tá sempre tendo assalto porque eles fecham. Mas aqui é muito difícil falar que teve um assalto aqui. É bom até pra segurança – sempre tem um olho vivo aqui. (R.F.N., 50 anos, artesã)⁸⁰.

A luta pela sobrevivência e pelo espaço no Largo, a trajetória pessoal de cada feirante imprimem uma carga valorativa à Feira que vai muito além da historicidade ou de uma tradição. Une-se a isso o fato de ser muito procurada por turistas. Nos relatos dos moradores, a Feirinha é um patrimônio e precisa ser reconhecida “formalmente” como tal:

[...] pra gente tentar organizar, tentar fazer a Feira como se fosse um patrimônio, igual é o acarajé na Bahia. (F.C.)

A Feira significa muita coisa, né? Porque, ah, traz muito turista, né? O pessoal já vem de longe e vem exatamente para visitar a Feirinha de Pedra-Sabão. Então eu acho que a Feira já virou um patrimônio histórico aí. (J.C.)

Ideias da Feira como parte fundamental da cidade, do turismo, do patrimônio, como em vários outros lugares, compõem as representações do lugar da Feira pelos entrevistados:

Eu acho que a cidade apoia, gosta. Que eu acho assim, muitos turistas chegam aqui [...] – uma cidade que num tem uma feirinha num é uma cidade – eles sempre querem uma feira, nem que não compre nada, vêm passear. (R.N.)

Todo mundo que chega numa cidade procura a feira de roupa, de comida, de (pausa). Já é uma tradição, é mundial, né? Todo lugar tem. É, às vezes eu, vendo televisão, eu vejo feira lá no exterior, todo lugar eu vejo uma feira. E você vê em novela, assim, você vê uma barraquinha de coisas no meio da rua, você já viu? Até em novela assim eu vejo. Então é uma tradição mesmo. (C.O.)

Ademais em toda cidade, em qualquer parte do mundo que você vai, se já é conhecida como Ouro Preto, mundialmente, tem uma feira de artesanato. (M.C.)

As imagens negativas elaboradas a respeito da Feira estão ligadas ao aspecto visual e à falta de uma estrutura adequada. Os feirantes não dispõem de banheiros e estão expostos ao sol e à chuva.

⁷⁹ Ela se refere ao vigia noturno da Feira.

⁸⁰Entrevista concedida à autora em 10.08.2013, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

Imagina você chegar num lugar e não ter banheiro pra você ir. [...] Eu acho que eles deviam dar mais apoio, de fazer uns banheiros aqui debaixo, sabe? Públicos. Organizar as barracas. Quem não tem condições de organizar dá uma ajudazinha “basiquinha”. Só a Visa uma vez que deu sombrinha pra gente e o Angelo [referindo-se ao ex-prefeito Angelo Oswaldo] que deu essas barraquinhas. A amarela que era muito pior do que essa aí. O trem era feio mesmo, o visual era lona preta, sabe? Era muito pior do que hoje. (C.O., 43 anos, artesã)⁸¹.

Eu sou uma pessoa que está aqui, eu sou artesão, eu sou a favor da organização, da Prefeitura junto com a gente aqui, dando apoio pra gente. A gente tentando fazer... o que nós estamos precisando aqui é um banheiro, é uma vergonha, não temos um banheiro, não temos um almoxarifado pra gente guardar nossa mercadoria [...]. (F.C., 50 anos, artesão)⁸².

Ah, uma cobertura, um telhadinho aqui pra gente trabalhar. A gente trabalha tudo no tempo aí, Quando chove, a gente tem que fazer na sombrinha. Fica horrível, né? Uma iluminação boa também, já ajuda. Eu acho que resolve. (M.S., 40 anos, artesão)⁸³.

Eu acho que precisaria, se tivesse um jeito, igual eles falam que aqui funcionava um mercado, a gente vê as fotos, igual eu te falei que ali na farmácia tem, se tivesse um jeito de a Prefeitura ou alguma entidade que pudesse às vezes voltar isso, esse telhado antes, e tudo. Porque, igual a gente fica aí, hoje você olha assim, por cima assim, você vê, que, eu acho dentro de mim, eu acho muito feio essas sombrinhas – umas rasgadas, umas mais sujas, outras mais novas, as barracas tudo de telha de lata, umas de uma cor, outras de outra, umas com lona, outras sem lona, então, isso aí eu acho que polui a Feira. Mas eu acho que isso não depende só da gente. É a prefeitura ou então uma entidade que pudesse voltar aquele telhado que era antes, ou o galpão, ou um mercado, não sei. (T.C., 51 anos, artesão)⁸⁴.

Nos feriados prolongados como Semana Santa, Corpus Christi e também nas férias de janeiro e no Festival de Inverno, os próprios feirantes observam uma maior presença de turistas das classes de alta renda (especialmente na Semana Santa), sendo a maioria deles brasileiros (destes, a maior parte é de mineiros, seguidos de cariocas e paulistas), vindos de diversos Estados do Brasil. Essa percepção dos feirantes se comprova por meio dos dados obtidos do relatório de “Dimensionamento da Demanda Turística em Ouro Preto – Semana Santa 2010”, da FIEMG (2010). É esse público que, normalmente, procura por pedras preciosas e semipreciosas, além da pedra-sabão. E, no caso desse último, buscam por peças

⁸¹Entrevista concedida à autora em 19.09.2013, no Largo de Coimbra.

⁸²Entrevista cedida à pesquisadora em setembro de 2013.

⁸³Entrevista concedida à autora em 10.11.2013, no Largo de Coimbra.

⁸⁴Entrevista concedida à autora em janeiro de 2014, no Largo de Coimbra.

ornamentais diferenciadas, de valores mais altos. Os feirantes identificam esse público facilmente, como podemos notar no depoimento de uma vendedora de pedras semipreciosas:

Em janeiro eu estou todos os dias aqui [...], em julho eu estou todos os dias aqui, Carnaval eu estou todos os dias aqui, Semana Santa estou todos os dias aqui. Senão, só aos sábados e domingos você me acha aqui. Porque eu tenho uma mercadoria, que você vê, de prata com pedras. Uma mercadoria de joalheria. Então é difícil durante a semana. Durante a semana em Ouro Preto chega grupos de crianças que vem de escolas, grupo de pessoas que estão passeando – aposentados, não sei o que, não me compram. [...]. Tem que compensar, então, eu prefiro sábado e domingo e, assim, prefiro ficar em casa produzindo as minhas peças, né? [...]. No meu caso que eu tô falando. [...] É, meu preço é ou 50 reais, ou 60 reais, ou 150 reais – não é uma lembrancinha. Então vai ser uma mulher que trabalha, um homem, a família que vem passear e esses você só vê no sábado e domingo, ou feriado, ou férias, tanto em julho como em janeiro. Famílias ou que venham de São Paulo, ou que venham de Belo Horizonte, ou que venham do Rio, ou que venham de Brasília. Na verdade eu não tenho assim um fluxo de pessoas que venham o tempo inteiro. (M.C., 56 anos, ourives)⁸⁵.

Mesmo nesses feriados é possível notar também a presença de pessoas mais simples, além de grupos de estudantes, que se dirigem à Feira em busca de “lembrancinhas” ou simplesmente para apreciar.

Essa variedade de atores na Feira de Artesanato, unida aos demais que transitam e/ou trabalham no Largo de Coimbra, imprime-lhe a marca da diversidade e do convívio entre diferentes, indicando uma sociabilidade sem muitas restrições de classes, num ambiente informal e descontraído. O Largo parece ser um lugar que não inibe a presença de um determinado público; pelo contrário, proporciona formas singulares de sociabilidade.

3.2.1 Memórias de antigos moradores do Largo de Coimbra

O Largo de Coimbra, após a supressão do antigo mercado e quando era ainda oficialmente conhecido como Largo de São Francisco, foi, por mais de duas décadas, um espaço de convivência especialmente para aqueles que residiam em seu entorno. Para algumas famílias, era como se a pracinha do Largo fosse uma extensão da própria casa. Segundo depoimentos de moradores, a pracinha era um espaço frequentado especialmente por velhos e crianças e também por casais enamorados.

Elementos da antiga pracinha e vivências daquele espaço de sociabilidade acionam as lembranças dos antigos moradores, evocando imagens da infância e adolescência e juventude.

⁸⁵Entrevista concedida à autora em janeiro de 2014, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

As referências simbólicas dos moradores do Largo estão relacionadas às festas, às brincadeiras, à antiga praça como espaço de convivência e à presença de artistas como Guignard (FIG. 38), que compõem o imaginário do Largo de Coimbra. Pode-se perceber essas imagens nos trechos de depoimentos de moradores mais antigos:

Aqui era um espaço de convivência entre as pessoas. Eu brinquei a minha infância aqui. Existiam uns bancos aqui e existiam duas árvores que todos os anos, ela só dava uma flor, cada uma, pequenininha. Elas deviam ter no máximo essa altura aqui, a altura desse vidro. E elas davam uma flor branca que eu nunca mais vi na minha vida. Elas davam no cantinho lá. [...] Então existiam uns bancos, eram uns bancos de pedra e depois colocaram uns bancos de madeira, mas os vândalos, com o tempo, já existiam os vândalos na época... [...]. Ali existiam esses bancos. Eu me lembro que eles quebravam. E a gente jogava bente altas aqui, jogava pegador, as meninas brincavam fazendo cozinhadinho, eu me lembro disso, nesse espaço aqui. E era o único espaço de convivência entre as pessoas, onde os velhos vinham pra cá, os meninos vinham brincar, daqui do entorno, e os velhos vinham e ficavam sentados ali conversando. E o Guignard tava sempre ali com um banquinho, uma tela, ele tinha uma vareta [...], pra fazer os riscos dele. E, a gente jogando bola ali, muitas vezes, no largo da Igreja de São Francisco de Assis [...]. (R.P., 70 anos, engenheiro civil, ex-morador do Largo de Coimbra)⁸⁶.

[...] Meus irmãos também adoravam brincar, a gente fazia barraca [...], a gente jogava queimada, os meninos jogavam futebol. Aqui em casa a nossa vida era nesse Largo. Aqui em casa não tinha porta fechada igual é, não. Era aberto, constante. Era aquela correria de menino pra lá, pra cá, pra lá, pra cá. Os meninos desciam aqui na Rua do Ouvidor de carrinho de rolimã e paravam lá embaixo porque tinham poucos carros. [...] Nessa época tinha muita criança aqui em volta. O pessoal do Mondego, lá eram oito filhos, de dona Esther Maluf eram doze. Então era umameninada aqui. Então foi uma beleza. (A.P., 60 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁸⁷.

Época gloriosa não só de Guignard [...]. Eu tinha dez ou doze anos quando Guignard pintava muito aí na pracinha, um monte de criança. [...] Isso nos anos 60. No início de 60, ele ficava pintando ali, não só ele, como vários outros artistas plásticos pintavam ali – Estevão pintou ali, e esse Scliar pintou ali, outros. Ali era ponto – tinha uma escola de Belo Horizonte, que acredito ser a Escola de Belas Artes, vinham os alunos, pintavam ali. Todos ficavam ali, pintando. Houve essa época também. Pra você ver, essa pracinha ali tem história! (A.P., 60 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁸⁸.

⁸⁶ Entrevista concedida à autora em janeiro de 2014, na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra.

⁸⁷ Entrevista cedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2014.

⁸⁸ Entrevista cedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2014.

**Figura38– Guignard no Largo de São Francisco de Assis –
abril de 1962**



Fonte: Foto de Luiz Alfredo. Acervo Museu Casa Guignard.

A presença na memória dos moradores da imagem do mercado, ainda que não tenham vivenciado o mercado no Largo⁸⁹ (FIG. 39), é significativamente incorporada por eles, parecendo expressar uma vontade de voltar a um passado ao qual não pertenceram.

[...] Mas o retrato você tem bem, não é? O retrato do mercado? E também uma espécie que ficavam uns burros. Era tão bacana! Podia voltar aquele mercado, como tem em Diamantina. (E.M., 79 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁹⁰.

⁸⁹ Nenhum dos moradores entrevistados chegou a conhecer o Mercado de Antônio Dias.

⁹⁰ Entrevista cedida à pesquisadora em janeiro de 2014.

Figura39 – Largo de Coimbra: Igreja de São Francisco de Assis com o antigo Mercado



Fonte: Acervo IFAC (1927) apud LEMOS(2001, p.38).

As irmãs Magalhães, moradoras do Largo há pelo menos 79 anos, lembram, ainda, dos tempos da Escola Normal, que funcionou no casarão setecentista que hoje abriga a Pousada do Mondego (FIG. 40). A moradora A.P. diz ter boas lembranças das festas juninas no Largo e do bloco de carnaval:

Aí juntava a vizinhança toda, fazia as canjicas e tal, nessa pracinha. A gente fazia na época de Carnaval o bloco de carnaval. Nossa, era uma animação assim constante, constante. Então foi uma infância feliz, nesse Largo. (A.P., 60 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁹¹.

⁹¹Entrevista cedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2014.

Figura27– Alunos do Ginásio Estadual e Escola Normal no Desfile do Dia da Independência no Largo de Coimbra, em 07.09.1971



Fonte: Foto de Luiz Fontana. Acervo da Família Magalhães.

Houve ainda, na década de 80, o Festival do Vinho no Largo. A.P. ressalta que eram bons festivais. Já as irmãs Magalhães não trazem boas lembranças desses festivais: “Antes dessa Feira tinha um Festival de Vinho que incomodava muito”, disse uma delas. Segundo as irmãs, além do som muito alto, parte do público desse evento era desordeiro e, além de jogar lixo no quintal da casa delas (o muro posterior do Largo faz divisa com a casa das irmãs Magalhães, que fica num nível abaixo da Feira), acontecia de pessoas pularem o muro da casa.

Uma das vizinhas do Largo com a qual conversei informalmente, a D. Ana, morando ali há pouco mais de 15 anos, disse que a presença da Feira no Largo lhe dá segurança. Para ela, se a Feira for retirada dali, a Praça vai virar um ponto de delinquência e de marginalidade.

Em relação à presença da Feira no Largo, R.P. ressalta que acha a Feira importante:

É uma feira importante, mesmo porque eu vi o *Bolão* crescendo, é o mais antigo aqui. E um rapaz que já morreu, ficava ali embaixo [...] eu lembro quando ele começou aqui. E meu irmão tinha uma lojinha aqui, em frente à garagem. Ela [a

Feira] foi surgindo espontaneamente. É mal organizada, né? [...]. (R.P., 70 anos, engenheiro civil, ex-morador do Largo de Coimbra)⁹².

A relação dos vizinhos com a Feira não é estreita. Os vizinhos entrevistados relatam que conhecem poucas pessoas da Feira, mas ressaltam que são pessoas de boa convivência, como podemos observar nos depoimentos:

E eu conheço muito pouco os que ali estão, mas nunca tivemos nenhum problema com eles. Nem eu acredito que eles com a gente também não. Pelo contrário, são pessoas que respeitam muito os vizinhos, é o que eu posso observar. Nunca tivemos problemas. Eu pelo menos, se houve algum problema, eu desconheço, mas eu creio que não. (A.P., 60 anos, moradora do Largo de Coimbra). Entrevista cedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2014.

Sobre frequentar ou não a Feira, uma das vizinhas entrevistadas ressalta que antes o Largo era livre e bastante frequentado e que hoje sequer tem acesso a Feira. No depoimento dessa moradora, são as lembranças do passado que a fazem ainda gostar daquele lugar:

Hoje, eu continuo gostando daqui é claro, porque tem toda uma lembrança pra gostar. Mas hoje é outro departamento, né? Completamente outro, quer dizer, a pracinha é hoje ocupada por essa feirinha e a gente não tem sequer acesso. (A.P., 60 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁹³.

No entanto, comprovando a percepção dos feirantes de que o ouro-pretano frequenta a Feira – “pouco, mas frequenta” –, especialmente para levar algum amigo, familiar ou convidado ou, ainda, na intenção de comprar produtos para presentear, a mesma entrevistada afirma:

Já levei várias pessoas, né, que eu recebo aqui em casa, que queiram comprar uma lembrança. Levo, acho que ali tem muita coisa boa de comprar. Acho legal. Eu mesma já comprei pra presentear, já comprei muito. Mas essa minha ida ali é esporádica, né? (A.P., 60 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁹⁴.

No depoimento dos feirantes, eles afirmam que normalmente o que os ouro-pretanos mais compram na Feira são as tradicionais panelas de pedra-sabão e bandeja ou forma também de pedra-sabão.

⁹²Entrevista cedida à pesquisadora em 25 de novembro de 2013.

⁹³Entrevista cedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2014.

⁹⁴Entrevista cedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2014.

Na representação elaborada pelos moradores entrevistados, Ouro Preto carece de um lugar de sociabilidade e de convivência, como era a antiga praça do Largo de Coimbra. Para dois desses moradores, a “Pracinha” do Largo de Coimbra era o único espaço de convivência em Ouro Preto e, atualmente, esse espaço não mais existe:

Então eu acho que Ouro Preto carece de uma praça de convivência aqui no centro, né? E, se tivesse uma praça ali cheia de banquinhos, obviamente teria criança pra brincar. Nem que fosse de turista, mas criança apareceria pra brincar. Então eu acho que seria importante pra esse Largo. Eu acho que esse Largo merece, o Largo merece. (A.P., 60 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁹⁵.

Dona Elza disse que também gostaria que o Largo voltasse a ter a praça, e faz uma ressalva:

Depois que o bar [trailer] saiu, ele [o dono do trailer] chegou a falar pra mim: “A senhora vai ter saudade de mim, porque quando a Feira sair, a pracinha vai virar um ponto de drogados”. [...] Ele falou isso pra mim. [...] Eu gostaria de uma praça, mas não essa de drogados. [“Nem de shows”, emenda L.M, irmã de E.M.] (E.M., 79 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁹⁶.

A moradora A.P. afirma que hoje quase não existem mais crianças no Largo. Que, ao contrário da época dela, os vizinhos já estão todos “velhos” e carecem de uma pracinha para interagirem. Essa entrevistada é a favor da retirada da Feira, desde que os comerciantes não sejam “enxotados” dali. Para ela, a situação na Feira é muito precária, tendo em vista que os feirantes ficam debaixo de sol e de chuva e sequer têm um banheiro para usarem. E que, tanto os eles merecem um lugar melhor, com uma estrutura mais adequada, quanto os moradores merecem uma praça para, por exemplo, interagir e tomar sol.

Agora falam que ela [a Feira] vai sair daí, né? Eu acho bom. Eu acho bom tanto por nós vizinhos como por eles. Porque você vê, época de chuva eles ficam na chuva, eles não têm um banheiro para usar. Então a situação deles aí é muito desconfortável. Quando tem esse sol, esse calor, eles ficam debaixo dele. Então eles não têm uma pia [...], eles usam aquele tanque ali, então é uma situação assim muito precária e eu acho que eles não merecem isso. Eles merecem um lugar bem melhor. E, por outro lado, nós, que já estamos velhos, nós merecemos uma pracinha com uns bancos pra gente tomar um sol. Por exemplo, mamãe teve aí, olha, com andador, hoje ela está acamada, mas teve de andador. Ela poderia caminhar lá, andar ali. Mesmo depois de acamada, ir de cadeira de roda pra tomar um sol ali. Não digo nem sol, porque sol ela pode tomar aqui. Mas eu digo assim, pra bater um papo, pra ter uma interação, né? Os outros vizinhos também. Pra ter uma interação; a praça é de

⁹⁵ Entrevista cedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2014.

⁹⁶ Entrevista cedida à pesquisadora em janeiro de 2014.

convivência, eu acho que aqui em Ouro Preto carece disso. Os visitantes chegam aqui, onde que eles ficam? Eles não têm um banco pra sentar. Então, ali, se fosse uma praça cheia de bancos, os turistas podiam sentar também. Então eu acho que Ouro Preto carece de uma praça de convivência aqui no centro, né? [...] Agora evidentemente que a gente não quer também que eles saiam assim, sejam tipo enxotados, não. A gente gostaria que eles fossem pra um lugar que eles merecem, né? Um lugar que fosse bom pro comércio deles, uma coisa legal. Não é assim tirar por tirar. (A.P., 60 anos, moradora do Largo de Coimbra)⁹⁷.

No depoimento de A.P., fica subentendido que o Largo não merece essa Feira, pelo menos não como ela se apresenta. O que é possível perceber nos depoimentos dos moradores é que estes se dividem entre a permanência da Feira, ou a retomada do mercado como era antigamente, e outros usos do espaço (como praça de convivência, como palco de shows, festas juninas e festivais).

É possível perceber, ainda, que as perspectivas positivas dos vizinhos em torno do Largo são impressas por uma significativa referência de temporalidade, em que estabelecem comparações entre passado vivido e presente. Isso pode ser materializado na fala da moradora A.P.: “Se essa pracinha pudesse escrever, ela teria uma bela história pra contar – ela já foi palco de vários eventos. [...] Foi palco de muitas histórias”.

3.3 O lugar da Feira de Artesanato

No dia 11 de fevereiro de 2014, no auditório da Casa de Gonzaga (no Largo de Coimbra), ocorreu a primeira reunião pública para se discutir o lugar da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão. Em janeiro, quando ainda realizava a pesquisa de campo, em conversa com alguns feirantes, fui informada da realização dessa reunião e convidada a participar – e assim o fiz. Essa reunião foi organizada pelo doutorando em Arqueologia Vinícius Melquíades (aluno do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade de São Paulo; PPGArq MAE – USP), que desenvolve uma pesquisa de arqueologia simétrica na Feira de Artesanato em Pedra-Sabão do Largo de Coimbra. A reunião foi realizada com o intuito de oficializar, perante o poder público, a intenção de registrar a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra como Patrimônio Imaterial de Ouro Preto, utilizando, para

⁹⁷Entrevista cedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2014.

tanto, a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN – INRC⁹⁸, na qual a Feira entraria nas categorias “ofícios e modos de fazer” e “lugares”.

Foi expressiva a participação dos feirantes e artesãos da Feira de Artesanato nessa reunião – em torno de 50 pessoas–, além de outros interessados e curiosos. Representando o poder público, estiveram presentes o secretário de Cultura e Patrimônio, Sr. José Alberto Pinheiro, e o chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto, Sr. João Carlos de Oliveira. Alguns vereadores também enviaram representantes.

Num primeiro momento da reunião, o mediador Vinícius Melquíades apresentou o contexto histórico do Largo, ressaltando o seu uso comercial desde o século XVIII. Vinícius ressaltou, ainda, a necessidade de um programa de gestão coletiva da Feira de Artesanato, de uma maior coesão do grupo no sentido de facilitar as reivindicações com o poder público e da produção de uma maior variedade de artefatos, além da necessidade de pensar melhorias no lugar da Feira. Um feirante, o Sr. José Joaquim, que está na Feira há 30 anos, deu um depoimento sobre o trabalho dos feirantes e artesãos da Feira de Artesanato do Largo, ressaltando que, até aquele momento, mesmo com a existência de uma associação dos artesãos, a ADELCA, eles não conseguiram estabelecer algum diálogo com o poder público no sentido de “legalizar” a Feira de Artesanato, tendo em vista que, há vários anos, a Prefeitura se recusa, segundo os feirantes, a receber deles o pagamento para liberação do alvará de licença. José Joaquim ressaltou, ainda, a existência de outros artesanatos além da pedra-sabão, como aqueles em pedrarias preciosas e semipreciosas e as malharias. A insegurança sobre a permanência no local aparece aqui também na fala do Sr. Joaquim: “Quem pode comprar alguma coisa e pagar aqui de três vezes? Ele não sabe se vai ficar no espaço aqui durante nem dois meses”.

Durante a reunião, a arqueóloga Patrícia Marinho (mestre em Arqueologia pelo PPGArq MAE – USP), convidada do Vinícius Melquíades, apresentou a metodologia do INRC, ressaltando que a Feira de Artesanato entraria tanto na categoria “ofícios e modos de fazer” quanto na categoria “lugares”. Posteriormente se deu início a um debate no qual ficou refletida uma tensão entre os interesses do poder público e o dos feirantes e comerciantes da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra que se dá pelo desconhecimento das pretensões por

⁹⁸O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN para identificar, documentar, registrar sistematicamente e produzir conhecimento, “na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais”, dos “sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam”. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas. (FONSECA, 2000, p. 20). Este instrumento contempla cinco categorias: “celebrações”, “formas de expressão”, “ofícios e modos de fazer”, “edificações” e “lugares”. (IPHAN, 2000).

parte dos dois grupos: por um lado os feirantes desconheciam o que o poder público pretende fazer no Paço da Misericórdia e, consequentemente, do próprio Largo de Coimbra e, por outro lado, o poder público desconhece a trajetória da Feira, o histórico do Largo (no caso do chefe do escritório do IPHAN, que está à frente do escritório há pouco mais de um ano) e o interesse do grupo de feirantes, quase unânime, em permanecer no Largo (ainda que as condições no Paço da Misericórdia se apresentem atraentes sob o ponto de vista da infraestrutura), como podemos observar no depoimento do chefe do escritório do IPHAN:

Só para construir um histórico, eu assumi o escritório do IPHAN em janeiro do ano passado. Então tô praticamente fazendo um ano aqui. É, nunca a Prefeitura procurou vocês para discutir a possibilidade de mobilização para o que seria lá na antiga Santa Casa? Em nenhum momento vocês foram consultados? [“Não!”, responde a presidente da ADELIC]. Sempre disseram que vocês iriam pra lá, mas nunca... [“A gente sempre ouviu da boca da comunidade”, disse um feirante]. Sempre disseram pra vocês... e aí segundo o Joaquim [um feirante] é o que gera uma certa insegurança de vocês até pra fazer investimento? (João Carlos C. de Oliveira, chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto)⁹⁹.

Sobre as obras do Paço da Misericórdia, o secretário de Cultura e Patrimônio e o chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto disseram que estas foram retomadas recentemente e que, se tudo correr dentro da normalidade, a obra será inaugurada ainda este ano, no mês de dezembro. O investimento nessa obra é da ordem de 12 milhões de reais e, segundo o secretário:

Agora, essa obra, ela teve um projeto e teve uma diretriz – lá vai ser isso! Só que eu quero dizer aqui pra vocês, e isso é muito importante, que isso é passível de ser modificado. É muito importante a gente agora como prefeitura – estou falando aqui pra vocês, eu sou ouro-pretano, não tenho a menor necessidade de dizer coisas que não são. Eu, de uma certa forma, já fui do ramo – eu também já tive loja aqui em Ouro Preto, conheço muitos de vocês pessoalmente. Então, o que nós vamos fazer agora, nós vamos construir junto com vocês o que vai ser feito lá. Algumas coisas nós já sabemos, por exemplo, uma parte de lá vai abrigar um museu, ponto. Isso já tá resolvido. Então, o museu que nós ganhamos, maravilhoso, lindo e que vai ser colocado naquela casinha ali primeira da entrada. Mas sobra o mundo de obra lá. A gente tem algumas ideias em termos de artesanato. Inclusive para valorizar o artesanato. O artesanato de Ouro Preto é típico, é bonito, mas ele pode evoluir. Ele pode melhorar. Então nós vamos também pensar nessa questão de ajudar a vocês a melhorarem o artesanato. (José Alberto Pinheiro, secretário municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto)¹⁰⁰.

⁹⁹Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

¹⁰⁰Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

Ao que parece, no que tange à construção do Paço da Misericórdia, os poderes locais ainda não estão atrelados aos anseios populares, priorizando-se, dessa forma, os anseios econômicos. Ainda segundo o secretário, as obras da antiga Santa Casa do Paço da Misericórdia:

estavam paralisadas por uma série de mal-entendidos entre a ADOP¹⁰¹ e a Prefeitura. Ou, sintetizando, a ADOP achava que a prefeitura tinha que pôr um dinheiro e a Prefeitura não tinha jeito de pôr esse dinheiro porque nós só podemos colocar dinheiro em alguma coisa quando ele é planejado no ano anterior. Como houve uma mudança de, vamos dizer, de gestão, quem estava antes não colocou isso na Lei Orçamentária. Então, a coisa fica meio burocrática, você tem que pedir pra pôr dinheiro, tal, tal, tal e etc. Mas não importa. O que importa é que ficou resolvido isso, a Prefeitura vai aportar a parte [“Aportou já, que seria 170 mil” – disse João Carlos] que seria 20% pro BNDES liberar. (José Alberto Pinheiro, secretário municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto)¹⁰².

Um dos feirantes, o Fernando César, que possui uma liderança natural no grupo da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra, questionou o investimento de 12 milhões de reais num espaço cultural voltado para o turismo:

Mas eu acho que, pelo papo que nós tamo levando aqui, 12 milhões sei lá o quê, eu acho que Ouro Preto não tem esse público ainda para ser uma coisa assim [como previsto para o Paço da Misericórdia]. Por exemplo, nós somos 73 pessoas passando dificuldade praticamente. Chega uma época que ninguém vende é nada. Então, nós vamos abrir mais outro espaço que não tem nada a ver. [...] Eu acho que pelo público de turismo que nós recebemos aqui em Ouro Preto, eu acho (tem muito tempo que a gente trabalha na Feira aqui), que acho que isso aí é – não é questão de sair, não vou sofrer antecipado, não, mas é questão de uma coisa que não tem lógica – vai ser um dinheiro que vai ser investido e não vai ser coisa certa que vai se fazer, vai ser errada. Tem manutenção, tem mais num sei o que, é coisa complicada, entendeu? Eu tô falando porque na Feira nossa aqui, nós já pagamos luz, Cemig, nós pagamos não sei o que, nós temos essa dificuldade. Imagina se nós formos pra um lugar igual aquele, que vai gastar 12 milhões, e depois a gente não vai ter esse retorno (Fernando César, artesão)¹⁰³.

O representante do IPHAN, João Carlos, reitera que esse investimento de 12 milhões no Paço da Misericórdia “não tem volta”, já está fechado. Ele questiona se o lugar “Largo de Coimbra” é realmente importante para a Feira:

Então, existe recurso da ordem de 12 milhões que, se não me engano, já foram investidos oito. A Prefeitura acabou de fazer uma contrapartida de 700 mil e o

¹⁰¹ Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto: criada em 2004, essa entidade é responsável pela articulação entre os diversos setores de Ouro Preto – poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

¹⁰² Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

¹⁰³ Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

restante tá vindo pelo BNDES e, pelo que a gente viu do planejamento da última reunião, Ministério Público Estadual, IPHAN, BNDES, Prefeitura e ADOP, que é gestora do processo, até dezembro aquele espaço está pronto. Agora o que eu acho interessante é a gente tá pensando discutir é o espaço de vocês, é o local de venda do produto. O que eu acho interessante é a gente não esquecer, e isso foi uma discussão que eu coloquei lá na reunião como BNDES¹⁰⁴, que vocês só se organizarem enquanto vendedores, eu acho que é uma perda muito grande no processo de produção artesanal. Eu acho que, enquanto associação, é entender quanto de vocês também são produtores artesanais, ou seja, vocês não são só revendedores do que seria o artesanato de Ouro Preto. Tá entendendo aonde é que eu quero chegar? [...] Da mesma forma pra gente tentar entender se pra vocês é importante o lugar em si ou o trabalho que vocês executam, ou seja, esse trabalho pode ser feito de forma fantástica aonde está sendo feito ou pode ser feito de forma fantástica em outro lugar que seja de forma organizada? É só pra vocês entenderem que essa antropia de remoção deixa de remover às vezes pode estar distante de uma realidade que é uma realidade melhor pra vocês, tá? Eu só estou colocando isso porque, como ente público, talvez seja a primeira pessoa que esteja conversando com vocês de forma muito clara, tá? Eu tô sendo muito honesto do jeito que eu gosto de ser. [...] Porque, por exemplo, o produto de vocês não vai estar na loja, o produto de vocês só vai estar na Feira de Pedra-Sabão enquanto produtor, entendeu? (João Carlos C. de Oliveira, chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto)¹⁰⁵.

O projeto, quando eu falo de número de 12 milhões é pra vocês terem uma ideia da dimensão do que é o espaço. Ou seja, lá vai ter um receptivo turístico, lá vai ter um estacionamento, tem essas oficinas, ou seja, se vincular isso à associação e à produção, ou seja, hora nenhuma eu disse que vocês não produzem artesanato, o que eu falo é que, se vocês ficarem vinculando a presença de vocês como o lugar sendo o mais importante, não é. O lugar por si só, entendeu? O importante é o produto de vocês. (João Carlos C. de Oliveira, chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto)¹⁰⁶.

Para a grande maioria dos feirantes, o Largo de Coimbra é fundamental para a sobrevivência da Feira, como podemos observar na fala de um deles:

A Feirinha de Pedra-Sabão, ela só sobrevive porque ela tá de frente a um “monumentação” daquele [referindo-se à Igreja de São Francisco de Assis]. Então o que que acontece, o guia, ele passa direto e leva pras lojas. 10, 20%, 30%, então quer dizer a loja lá [no Paço] ela sobrevive. Aqui a gente sobrevive daquele que passa e entra sem o guia.

Outra questão levantada, dessa vez pela presidente da ADELCO, é o fato de já existir uma lista na Prefeitura com quase 1000 inscritos interessados em expor no prédio que abrigará o Paço da Misericórdia, e que, segundo ela, essa lista não contempla os feirantes do Largo de Coimbra: “na inscrição foram mais de 800 pessoas, quase 1000 pessoas inscritas, mas não éramos nós”, diz a presidente.

¹⁰⁴ BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Social.

¹⁰⁵ Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

¹⁰⁶ Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

Nesse contexto, fica a dúvida sobre o que será da Feira e dos feirantes do Largo de Coimbra quando o Paço da Misericórdia entrar em funcionamento. Tanto o secretário de Cultura e Turismo quanto o chefe do escritório técnico do IPHAN dizem não serem contra a permanência da Feira no Largo de Coimbra. O que incomoda, segundo eles, é o aspecto visual da Feira:

O João [referindo-se ao João Carlos do IPHAN], uma vez aqui comigo de cima aqui dessa varanda [da Casa de Gonzaga], ele falou assim: “Gente, eu já vi num sei aonde, que tinha uns telhados, coisa simples, coisa leve, [...] coisa assim orgânica, que fica uma beleza”. Eu não sou contra essa Feira aqui não, eu sou contra o aspecto que ela tá. Então, isso eu acho que nós temos que melhorar. Então eu acho que vocês têm que se fortalecerem como uma entidade, que isso aqui [referindo-se à participação do grupo na reunião] já é muito interessante, demonstra força. Mas vocês têm que ter uma força institucional. Tem que ter uma associação, diretoria [...] oficial. (José Alberto Pinheiro, secretário municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto)¹⁰⁷.

Agora, espaço, vocês vão ter que ter um espaço pra vocês melhor, que hoje vocês não têm, de qualquer jeito. Também a gente tem que discutir isso. Não adianta vocês estarem lá [no Largo de Coimbra] hoje e eu receber denúncia do Ministério Público de 15 em 15 dias, entendeu? Sendo muito honesto com vocês, por causa de telhadinhos. Ou padroniza e cria um projeto e traz essa discussão pra um projeto único, entendeu? Eu acho que é isso que a gente tem que pensar. (João Carlos C. de Oliveira, chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto)¹⁰⁸.

Os representantes do poder público afirmam que existe a possibilidade de uma solução mais contemporânea para a Feira, caso fique definido que o lugar dela é no Largo de Coimbra.

Só pra gente entender, dentro daquele conceito que a gente tava falando que eu tentei bater bem na tecla, que é vocês não se apegarem à ideia do lugar. Porque restauro por si só, não significa que eu vou fazer esse predinho igual uma foto de 1900... Isso não existe mais. Isso se perdeu. O que a gente tá pensando é restauro enquanto esse objeto que faz uso lá. Ele pode ter algum aspecto de telhadinho pra se inserir melhor na arquitetura de Ouro Preto, mas pode ser algo extremamente contemporâneo, ou seja, com tudo o que a contemporaneidade precise, entendeu? (João Carlos C. de Oliveira, chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto)¹⁰⁹.

Quando questionado sobre qual a proposta para o Largo, caso a Feirinha seja removida dali, os representantes do poder público responderam:

¹⁰⁷Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

¹⁰⁸Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

¹⁰⁹Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

Eu te digo o que seria do Largo de Coimbra. A gente só pode pensar nisso se vocês resolverem que vão sair dali. Hoje, para a Prefeitura, vamos dizer, a minha Secretaria que é encarregada de fazer esses projetos todos, a gente não pensa em nenhum projeto lá. Eu só posso pensar em um projeto se eu tiver o espaço lá vazio. No momento a gente pensa em dar uma melhorada, se é essa a vontade de vocês [feirantes]. (José Alberto Pinheiro, secretário municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto)¹¹⁰.

Não, que eu tenha ciência. Projeto aqui, eu vou te colocar, quando a gente teve a primeira demanda da Praça Tiradentes, em maio do ano passado [...]. Foram discussões teóricas. Nunca se botou nada no papel, não vou mentir para vocês. (João Carlos C. de Oliveira, chefe do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto)¹¹¹.

Essa reunião foi um primeiro passo para se tentar uma solução para a Feira de Artesanato e para os artesãos e feirantes que usam o Largo de Coimbra como espaço para o comércio de um artesanato tido como tradicional. O fato é que os discursos do poder público, a partir dos depoimentos aqui apresentados, estão direta ou indiretamente ligados à indústria turística. As memórias, os usos e as representações do cidadão, seja o feirante e artesão, seja os moradores do Largo de Coimbra, seja a comunidade ouro-pretana em geral, ainda não estão sendo contemplados nesses discursos.

¹¹⁰Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

¹¹¹Reunião pública na Casa de Gonzaga, em 11 de fevereiro de 2014.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Largo de Coimbra em Ouro Preto reflete um processo que Leite (2001) observou em seus estudos no Bairro do Recife, ao qual denomina de deslocalização e realocização de sentidos. No caso do Largo de Coimbra, um processo iniciado desde a supressão do Pelourinho do Largo, entre os fins do século XVIII e início do XIX, quando o sentido de lugar símbolo do poder colonial se desloca para o sentido de lugar do comércio e de sociabilidades entre tropeiros e quitandeiros que abasteciam a cidade e circulavam notícias em torno do rústico mercado.

A supressão do mercado e posterior instalação da praça não só deu uma nova configuração ao espaço urbano no centro histórico de Ouro Preto como espacializou os usos do Largo, “delimitando modos de inserção e inclusão”, imprimindo novos sentidos àquele espaço (LEITE, 2001). O Largo, que desde a sua criação esteve voltado para atividades comerciais, teve alterado o padrão de sociabilidades com a implantação da praça, que atribui àquele local novas funções de sociabilidade, como espaço de convivência.

Nos fins do século XX, o processo de deslocalização e realocização de sentidos se dá, dessa vez, com a instalação natural da Feira de Artesanato, iniciada entre os fins da década de 1970 e início da década de 1980, resultando numa nova atribuição de sentidos àquele espaço comercial (desde sempre), dessa vez representado fortemente pela produção e comércio do artesanato em pedra-sabão. Nesse processo, o caráter de uso comercial do espaço inaugurado ainda no século XVIII se manteve, apesar das sociabilidades terem se alterado, conforme destacamos no segundo capítulo desta pesquisa.

Atualmente, o movimento do poder público, com vistas a recuperar a imagem do Largo, que teria ficado comprometida pelo aspecto visual da Feira que estaria impactando negativamente o espaço urbano, cogita a supressão da Feira daquele local, numa ação radical, que apresenta como solução a criação de um novo espaço com vistas à valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural, como um “espaço de consumo lúdico” (BAPTISTA, s/d). Trata-se da criação do Paço da Misericórdia – Centro de Artes e Afazeres de Ouro Preto. Ao que tudo indica, seria um daqueles empreendimentos nos moldes dos contemplados nas políticas de programação lúdica das cidades, voltado para uma realocização da tradição (LEITE, 2001), realizada em sistema de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. Fatalmente mais uma área de segregação, dessa vez legitimada pelo poder público, uma vez que, como vimos no terceiro capítulo desta dissertação, analisando os discursos dos representantes do poder público, essa obra não leva em conta vários anseios e aspirações dos

principais atores sociais do processo – os habitantes. Um novo e nobre espaço está para ser criado com investimentos da cifra de 12 milhões de reais, e, como é natural de qualquer espaço, com delimitações de inserção e de inclusão. No caso do Paço da Misericórdia, nossa atenção está voltada não pela delimitação *per se*, mas para uma provável refuncionalização do patrimônio cultural valorizado pelo olhar externo, em que o consumo estético do bem patrimonial se sobrepõe ao seu uso social e democrático (LUCHIARI, 2006), favorecendo-se, talvez, a criação de mais um espaço urbano, desprovido de sociabilidades públicas duradouras – um “não espaço público”, aqueles onde os lugares não se estruturam¹¹².

O reconhecimento da Feira de Artesanato, nessa perspectiva, como patrimônio imaterial “lugar”, como desejam os seus atores sociais, por meio do instrumento de registro, representaria uma nova perspectiva de atribuição de valores aos bens culturais numa “cidade-reliquia” (LEITE, 2001) como Ouro Preto, numa afirmação da diferença que altera o eixo de representação identitária e deslegitima modelos globais voltados para as demandas de mercado, como esse que se apresenta – o Paço da Misericórdia.

A Feira, ao dar o sentido de lugar ao espaço urbano Largo de Coimbra, configura-se como um espaço público legítimo, construído socialmente, à medida que, como pontua Leite (2001), “os lugares no contexto contemporâneo não se limitam a erguer muros, mas representam formas espacializadas e simbólicas de estabelecer singularidades, de expressar dissenções e reivindicar direitos”. (LEITE, 2001, p.370).

A cidade de Ouro Preto chegou ao século XXI mantendo um homogêneo conjunto arquitetônico e traçado urbano ao longo desses pouco mais de 300 anos de existência. Com o tempo, frente às transformações urbanas consequentes do crescimento desordenado da cidade, impõe-se o desafio à cidade Monumento Cultural da Humanidade: *a vida continua e preservar é preciso*. Como nos alerta Lia Mota, é necessário levar em conta que os conjuntos urbanos têm um componente de vida, na medida em que se originam de um processo histórico e social que ultrapassa os instrumentos das políticas de patrimônio (MOTA, 1987) bem como as políticas de embelezamento urbano (revitalização, readequação, reabilitação). O patrimônio, tido como estático – um bem patrimonial *per se* –, ainda em vigor em algumas políticas de preservação, não mais se sustenta; não responde aos desafios das cidades contemporâneas; uma vez que, como nos lembra Santos, em seu texto “Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo”:

¹¹² Uma vez que, como nos alerta Leite (2001), “a existência *per se* dos espaços urbanos não asseguram *a priori* o seu sentido público”. (LEITE, 2001, p. 367).

uma vez fundadas, as cidades vivem se refazendo, jamais estão prontas. Talvez esse enfrentamento do espaço e do tempo através de ações sociais se pudesse chamar com mais propriedade de história – de história urbana. (SANTOS, 1986, p. 59).

A ocupação dos espaços urbanos nas cidades alude à simbiose espaço/população/atividades, pontuada por Santos. Nesse sentido, como reitera o autor, a renovação urbana só é aceitável se feita em ritmo paulatino, se respeitar o *timing* dessa simbiose (SANTOS, 1986).

Nessa perspectiva, compreender os processos de uso e apropriação dos espaços públicos contemporâneos requer uma reflexão acerca das sociabilidades, das representações, da dimensão simbólica impressa no espaço urbano, ou seja, compreender o contínuo processo de deslocalização e realocização de sentidos. Nesse processo, está em jogo interesses de diversos grupos, numa constante tensão. Como afirma Andrade, “se a definição de um bem como patrimônio cultural material ou imaterial advém de uma atribuição de valores, o conflito já está posto”. (ANDRADE, 2013, p.1).

O estudo de caso apresentado vem de encontro a esse conflito, a esse jogo de interesses, que coloca, em lados opostos, feirantes, vizinhos, comerciantes formais, poder público, dentre outros atores sociais. E, nesse caso, por tratar-se de uma “questão patrimonial”, o conflito, como já dissemos, é legítimo.

Conforme nos aponta Fonseca, o tombamento de centros históricos urbanos, na contemporaneidade, não pode prescindir de um amplo inventário das manifestações culturais que ali ocorrem (FONSECA, 2007). É esse o caso do lugar desta pesquisa, a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra, que, nesse processo de deslocalização e realocização de sentidos ao qual esse espaço urbano está sujeito, está íntima e *inescapavelmente* associada ao Largo de Coimbra – *lugar* da Feira há cerca de três décadas.

Nesse contexto, somando-se a isso o fato de que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes grupos sociais e diversos segmentos envolvidos na definição daqueles bens que sejam merecedores de um tratamento especial por seu valor de testemunho, é apropriado conceber as políticas de preservação *a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais* (IPHAN, 2014).

No que se refere à preservação do patrimônio cultural, especialmente no caso de Ouro Preto – berço do patrimônio nacional –, ainda paira no ar um discurso de patrimônio preso à sua concepção inaugural, entendido como monumento histórico de excepcional valor, de *aura* intocável. A ocupação dos espaços urbanos nas cidades que são patrimônios alude atualmente

a outros discursos que buscam congregar mecanismos de proteção que englobem a multiplicidade de usos e representações simbólicas, numa concepção contemporânea de patrimônio que transcende as políticas de patrimônio do IPHAN quando da sua criação ligada aos desdobramentos modernistas. Essa concepção inicial do IPHAN, ainda hoje, vigora em diversas políticas e ações destinadas à preservação e difusão do patrimônio cultural, que continuam a se preocupar apenas com a dimensão material do patrimônio, numa perspectiva de patrimônio histórico monumental, como se fosse possível imaginar um bem patrimonial que seja exclusivamente material (ou exclusivamente imaterial).

A partir da presente pesquisa foi possível identificar um conflito urbano, ainda que velado, relacionado com os movimentos da luta de um grupo – os feirantes – pelo usufruto comercial de um espaço público da cidade, que deseja ter o seu patrimônio – o *lugar* da Feira – reconhecido e agregado àqueles bens patrimoniais “de excepcional valor” na cidade, como o próprio espaço, nesse caso, o urbano, no qual se inserem. São as identidades urbanas demarcando fronteiras – uma demarcação de fronteiras dos lugares que, como salienta Leite (2001), não é apenas socialmente legítima como politicamente necessária. Ao operarem recortes no espaço e delimitarem territórios, as identidades urbanas criam fronteiras, implicando em reais restrições de uso e acesso (LEITE, 2006).

Neste estudo de caso, foi possível perceber que, após diversos usos e representações simbólicas do espaço urbano Largo de Coimbra, prevaleceu o seu uso e representação comercial de origem, que, apesar de ter transformado a sociabilidade inicial ali presente, conforme pontuamos no segundo capítulo desta dissertação, possibilita atualmente outras sociabilidades entre diferentes, em torno da Feira de Artesanato, não correspondendo, desse modo, pura e simplesmente, a uma privatização do espaço público urbano.

Os feirantes da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra criaram uma identidade da Feira com base na tradição – eles evocam o lugar do Mercado para justificarem o lugar da Feira. Aludem, ainda, a Aleijadinho, por meio da Igreja de São Francisco de Assis, como, para além de uma referência, um protetor, juntamente com o próprio São Francisco de Assis, num misto de mito e santo. Melhor dizendo, os feirantes “inventam uma tradição” – mais uma tradição inventada, na medida em que, como lembra Gonçalves:

Na verdade todas as tradições são inventadas: não no sentido de que sejam “artificiais” ou “inautênticas”, mas no sentido de que não existe qualquer significado sem mediações, qualquer significado primordial que delas possa ser resgatado. (GONÇALVES, 1996, p.86).

Por outro lado, moradores do Largo reivindicam, também com base na tradição, o lugar da praça de convivência, aquela frequentada especialmente por crianças e pessoas da terceira idade, ou mesmo o retorno daquele mercado, “estilo o da cidade de Diamantina”.

Fato é que a Feira está no Largo e permanece ali há décadas por uma série de características e categorias impressas pelos próprios atores sociais e pelo discurso destes (que é distinto do discurso do poder público e dos órgãos de preservação) e que, juntos, dão ao Largo de Coimbra o poder de ser o lugar legítimo do comércio popular na cidade, ainda que avesso ao capital cultural hegemônico.

O Largo de Coimbra que já foi o lugar dos moradores do seu entorno, com o tempo passou a ser o lugar da Feira e, desde sempre, um lugar de comércio. Identificamos a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra como o *pedaço* dos artesãos e feirantes no Largo, a partir da compreensão postulada por Magnani, em que o comportamento dos atores sociais na paisagem da cidade não é errático, mas apresenta padrões que pressupõem, segundo o autor, uma totalidade consistente, uma totalidade que

experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspectos categoriais: para os primeiros, é o contexto da experiência, para o segundo, chave de inteligibilidade e princípio explicativo. (MAGNANI, 2002, p.20).

O *pedaço*, que na perspectiva de Magnani supõe uma referência espacial – “a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles” –, “trata-se de um ‘espaço intermediário’ entre o privado e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica” (MAGNANI, 2002, p.49).

Nesse *pedaço* – o pedaço dos artesãos, vendedores, feirantes ou comerciantes –, se expressa uma solidariedade que une esses atores sociais que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica e os tornam cúmplices (CANCLINI, 1994). Nessa perspectiva, a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra se apresenta não apenas como um contra-uso do espaço público, mais do que isso, como “um lugar” que sustenta a identidade de um grupo que imprime, nesse local, a experiência vivida, condensada em conhecimentos, linguagens, tradições, modos de uso e representações.

Desse modo, a partir da presente pesquisa, é possível afirmar que a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra é não só um referente de identificação coletiva como também se traduz num bem patrimonial, no bojo do conceito contemporâneo de patrimônio, especialmente para aqueles que dali tiram o seu sustento. No entanto, como toda a forma de

ocupação implica numa apropriação do espaço que naturalmente inclui e exclui determinados grupos, esse bem patrimonial, como vários outros, não encontra “ressonância” (GONÇALVES, 2005) em uma considerável parcela da população.

O comércio no Largo de Coimbra remete à tradição daquele lugar – um espaço público tradicionalmente utilizado para relações de troca. Nos depoimentos levantados nesta pesquisa, o comércio é visto tanto por seus aspectos positivos, como sobrevivência, interação, segurança etc., como por seus aspectos negativos, como a apropriação de um espaço público que alguns gostariam de ver livre. Na atual conjuntura de insegurança e de uso e tráfico de drogas nos espaços públicos, a utilização do Largo de Coimbra como lugar de comércio – lugar da Feira – é também vista por alguns como uma resposta à insegurança e violência.

Nessa perspectiva, contrariando o discurso que prega a morte do espaço público e/ou a decadência da esfera pública do espaço urbano, a Feira de Artesanato se mantém há décadas no Largo de Coimbra, confere a vitalidade a esse espaço, reativando a esfera pública do espaço urbano do Largo, contribuindo, assim, para um não esvaziamento do sentido público daquele espaço urbano de uso comercial.

No caso da Feira de Artesanato em Pedra-Sabão, cujos atores, ao reafirmarem suas diferenças no âmbito da esfera pública, buscam o seu reconhecimento como bem patrimonial, por meio do instrumento do registro como “ofício e modos de fazer” e “lugares”, além do conflito com outros grupos de atores sociais, que é inevitável, existem outras questões em jogo. É certo que, como outros suportes do patrimônio cultural intangível, o artesanato em pedra-sabão envolve questões como a do manejo do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, da preservação cultural e ambiental, da participação infantil no trabalho artesanal (“aprendizes”), da propriedade intelectual, das práticas coletivas, dentre tantas outras que não podem ser ignoradas em nome de um instrumento de preservação (registro) como uma mera declaração de valor cultural (FONSECA, 2007).

O contexto no qual se enquadra a presente pesquisa nos leva a uma reflexão acerca do “uso” do patrimônio cultural. Como expõe Meneses (2012), no que tange à fruição do patrimônio, a forma de relacionar-se que o habitante e visitantes desenvolvem com o chamado “bem cultural” é fundamentalmente diversa – o uso cultural que os habitantes fazem do bem cultural é qualificadamente existencial e territorializada, enquanto o uso cultural do turista é desterritorializado, seccionado do seu cotidiano e, portanto, desprendido de habitualidade (MENESES, 2012). Há que se encontrar um equilíbrio nas políticas patrimoniais. Tão perverso quanto esvaziar um bem de seus sentidos legítimos e práticas originais locais em prol de uma mercantilização cultural, seria pretender negar acesso a valores que não só podem

como devem ser partilhados. Como ressalta Meneses, “o que é bom é para ser dividido – e se trouxer benefícios econômico, tanto melhor” (MENESES, 2012, p.29).

Atualmente, numa abordagem contemporânea, em que patrimônio cultural – em seu conceito contemporâneo ampliado – e a necessidade de uma promoção global das cidades com a produção de espaços públicos para o turismo e o lazer parecem estratégias dicotômicas, a necessidade de se empreenderem estudos e políticas sobre patrimônio e espaço público requer uma nova orientação. As intervenções no tecido urbano das cidades contemporâneas devem levar em conta o “tecido vivo” das cidades, os “lugares praticados”. As formas de uso e apropriação dos espaços públicos das cidades pelos usuários e moradores trazem pistas vitais para a gestão do ambiente urbano. Como nos alerta Sant’Anna,

a relevância urbana, social e cultural das intervenções de preservação [...] está vinculada a um projeto de cidade que logre conciliar dinamização econômica e valorização do patrimônio, com ações voltadas para a melhoria das condições habitacionais e de vida da população. (SANT’ANNA, 2004, p.51).

Nesse contexto, as políticas de preservação *versus* crescimento e promoção das cidades precisam trazer em seu bojo as soluções populares dos cidadãos e cidadãos – agentes diretamente envolvidos no processo –, mesmo quando elas escapam à estética dos que detêm o controle da preservação e ainda que não contemplem modelos internacionalmente difundidos.

REFERÊNCIAS

ÁGUEDA, Abílio. **Memórias coletivas no espaço urbano**. Disponível em: <<<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004>>> Acesso em: nov. 2012.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **Cultura, cidade e cidadania**. In: II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: www.observatoriodasmetrolopoles.ufrrj.br. Acesso em: 23 jun. 2012.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. **Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos**. 2013. Não publicado.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga; ALMEIDA, Rachel de Castro. **Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles**. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, n.21, p. 131-151, primeiro semestre 2009.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga; ALMEIDA, Rachel de Castro. **Espaços semipúblicos como patrimônios imateriais** (1-9). Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufrrj.br/luciana_argentina.pdf. Acesso em: ago. 2013.

ALMEIDA, Nedir Fernandes de. **Metamorfoses dos usos do lugar: a revalorização urbana como estratégia de acumulação de capital**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Suzana de. **Lavra, artesanato e mercado do esteatito de Santa Rita de Ouro Preto, Minas Gerais**. 2006. 138f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mineral) – Departamento de Engenharia de Minas da Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

ARANTES, Antonio A. **O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana**. *Rev. Habitus*, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

ARANTES, Antonio A. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Título original: *The human condition*.

ARQUIVO CENTRAL NORONHA SANTOS. IPHAN, Rio de Janeiro.

ARQUIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DE MINAS GERAIS. IPHAN, Belo Horizonte.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIA-APM). Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: nov. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos*. Rio de Janeiro, 2002.

ÁVILA, Affonso. Ouro Preto: a cidade e a cidadania. In: ÁVILA, Affonso; ÁVILA, Cristina; SIMÕES, Josanne Guerra. **Imagens de Minas: cidades históricas, Ouro Preto**. Belo Horizonte: Neoplan, 2008.

BANDEIRA, Manoel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BAPTISTA, Luís Vicente (2005). **Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida**. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, n.5, 2004. *Actas...*Braga: Universidade do Minho.p. 90-96.Disponível em:<www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461180e841edb_1.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

BAPTISTA, Luís Vicente. **A dimensão lúdica da cidade: uma perspectiva de análise a propósito da programação global de lugares para o entretenimento urbano**. s/d. Não publicado.

BARROS, José Tavares de. **Invernos, Ouro Preto, festivais**. *Boletim*: Informativo oficial da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n.1239, p. 2, 07 de jul. 1999. Disponível em:<www.ufmg.br/boletim/bol1239/>. Acesso em: 29 nov. 2013.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO et al. **Teoria da cultura de massa**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

BEZERRA, Olívia Maria de Paula Alves. **Condições de vida, produção e saúde em uma comunidade de mineiros e artesãos em pedra-sabão em Ouro Preto, Minas Gerais: uma abordagem a partir da ocorrência de pneucomonioses**. 2002. 87 p. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Escola de Veterinária, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

BORJA, J. **Espaço público, condição da cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio**. *Revista Arquitextos*, n. 072, maio de 2006. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq072/arq072_03.asp. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: www.cultura.gov.br/legislacao/docs/D-003551.htm. Acesso em: agosto, 2013.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. **Ouro Preto**. Belo Horizonte: [s.n.], 1969.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANCLINI, Nestor et al. **Políticas culturais para o desenvolvimento:** uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236p.

CANCLINI, Néstor Gracia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional.** *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, v. 23, p. 94-115, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123p. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: 21 fev. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Brasil:** nações imaginadas. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados:* escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 1998. p. 155-158.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico; v. 48). Título original: *La question urbaine*.

CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos.** *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 45, p. 152-166, 1996.

CASTILHOS, Zuleica et al. Trabalho familiar no artesanato de Pedra-sabão – Ouro Preto, Brasil. In: CASTILHOS, Zuleica C.; LIMA, Maria Helena Rocha; CASTRO, Núria F. (Org.). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração:** Brasil, Peru, Argentina e Bolívia. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006. p. 168-218.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. 380 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano:** modelos e perspectivas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, 12, 2004, Belo Horizonte. *Anais...* p. 9-31.

CASTRIOTA, L. B. (org.). **Urbanização brasileira:** redescobertas. Belo Horizonte: IAB-UFMG. 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 351p.

CERTEAU, Michel de. **Andar enlaciudad. Bifurcaciones.** *Revista de estudios culturales urbanos*, n. 7, p. 8, 2008. Disponível em: www.bifurcaciones.cl/007/reserva.htm. Acesso em: jan. 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano:** morar, cozinhar. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti et al. **Memória coletiva e patrimônio cultural:** discursos sobre a cidade, UEL/2007. (Projeto de Pesquisa).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação**: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, p. 313-333, 2003.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 147-165, 2012.

COLCHETE FILHO, Antonio. **Praça XV**: projetos do espaço público. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. 187p.

COLEÇÃO destaca crenças e templos do Brasil no próximo domingo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 fev. 2012. Painei do Leitor. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2013.

CORDEIRO, Graça Índias. **Um lugar na cidade**: cotidiano, memória e representação no Bairro da Bica. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

COSTA, Antonio Gilberto. **Mapa das pedras do patrimônio de Minas**. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, p.26 - 43, 2010. Disponível em: <www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2010D08.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

DA MATTA, Roberto. **Casa, Rua & Outro Mundo**: reflexões sobre o espaço e a sociedade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério da Cultura, n. 19, 1984.

DIAS, F. **O desafio do espaço público nas cidades do século XXI**. *Revista Arquitectos*, n. 061, jun.2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp312.asp>. Acesso em: 11 jan. 2013.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. p. 9-24. Série Graduação.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS – FIEMG. **Dimensionamento da demanda turística em Ouro Preto**: Semana Santa 2010. Observatório do Turismo Estrada Real, Instituto Estrada Real, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio cultural**: por uma abordagem integrada (considerações sobre materialidade e imaterialidade na prática da preservação). *Caderno de Estudos do PEP*. COPEDOC/IPHAN-RJ, 2007. p. 69-73.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais:** base para novas políticas de patrimônio. IPHAN. *Manual de aplicação do INRC*. Brasília: MinC/IPHAN/Departamento de Documentação e Identificação, 2000. p. 11-21.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: FORTUNA, C. (org.). **Cidade, cultura e globalização:** ensaios de sociologia. Oeiras: Celta, 1997.

FRÚGOLI JR., H. **São Paulo:** espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GOMES, Laura Graziela. La Maison dès Métallos: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense. In: FRÚGOLI, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). **A cidade e seus agentes:** práticas e representações. 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006. p. 128-149.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Autenticidade, memória e ideologias nacionais:** o problema dos patrimônios culturais. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. 256p. Coleção Museu, memória e cidadania.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Os limites do patrimônio:** antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: ABA/Nova Letra, 2007. p. 239-248.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade:** as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo, Edusp, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffer. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2005.

HANSEN, Rodrigo Salcedo. **El espacio público en el debate:** uma reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *Eure*, v. 28, n. 84, Pontificia Universidade Católica de Chile, Instituto Estudios Urbanos, Santiago, 2002.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** Brasília: IPHAN, 1995.

IPHAN. **Educação patrimonial:** histórico, conceitos e processos. DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63p. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18245&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em: 21 jan. 2014.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. Revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro. Revisão técnica Sheila Aparecida Bailão. 2.ed. São Paulo:Ed. WMF Martins Fontes,2009. 510p. (Coleção Mundo da Arte).

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. **Cidade e espaço público**: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*, v. 23, n. 60, 2010.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência contemporânea. Campinas, SP: Editora Unicamp; Aracaju-SE: Editora UFS, 2004. Disponível em:<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewDownloadInterstitial/221/175>. Acesso em: 23 jun. 2012.

LEITE, Rogério Proença. **Espaço público e política dos lugares**: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp,Campinas, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Localizando o espaço público**: gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 83, p.35-54, 2008. Disponível em: <http://rccs.revues.org/436>. Acesso em: 25 set. 2013.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO,Fernanda Arêas (Org.). **A cidade e seus agentes**: práticas e representações. 1.ed. São Paulo/Belo Horizonte: PUCMINAS/EDUSP, 2006.p. 23-44.

LEITE, Rogério Proença. **A exaustão das cidades**: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, p. 73-88, fev.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a06.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

LEMOS, Paulo et al. **Ouro Preto**: 300 anos de imagem. Org. Paulo Lemos. Ouro Preto:Ed. L.E.Graphar, 2001. 160p.

LOBATO, Paulo Henrique. **Pedra-sabão vira arte nas mãos de artesãos mineiros**. *Jornal Estado de Minas*, 21.09.2008. Disponível em: http://ww0.uai.com.br/UAI/html/sessao_2/2008/09/21/em_noticia_interna,id_sessao=2&id_noticia=80303/em_noticia_interna.shtml.Acesso em: 19 ago. 2013.

LOPES, João Teixeira. **Andante, andante**: tempo para andar e descobrir o espaço público. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, v. 17/18, p. 69-80, 2007/2008. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5508.pdf>. Acesso em: jul. 2013.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Patrimônio cultural**: uso público e privatização do espaço urbano. *Geografia* (Rio Claro. Impresso), Rio Claro - SP, v. 31, p. 47-60, 2006.

MAGALHÃES, José Fiuza de. **Ouro Preto: casos, canções, emoções**. Rio de Janeiro: Forense, 1989. 247p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Patrimônio Cultural**. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Curitiba, 1985.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G.; TORRES L. de L. (Org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. **O lugar da diferença**. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 6, n. 1, 2008.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.p. 183-314.

MELQUIADES, Vinícius. **Um ofício não oficial: a produção de vasilhames de pedra-sabão em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300893016_ARQUIVO_ViniciusMelquiades-Trabalhocompleto.pdf. Acesso em: 19 jun.2013.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. *Anais...*, v.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MENICONI, Evelyn Maria de Almeida. **Monumento para quem?: a preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC-MG, Belo Horizonte, 2004.

MENICONI, Rodrigo. **A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1999.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTTA, Lia. **A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 22, p. 108-122, 1987.

NARCISO, Carla Alexandra F. **Espaço público: ação política e práticas de apropriação: conceito e procedências**. *Estudo sem pesquisa em psicologia*, UERJ-Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 265-291, 2º semestre 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2013.

NARCISO, Carla Alexandra F. **Espaço público: desenho, organização e poder: o caso de Barcelona**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. 2007. 239f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, n. 10, p.7-28, dez.1993.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Barroco e rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana**. Brasília: IPHAN: Monumenta, [2010]. 1v. (Roteiros do patrimônio; 10).

OURO PRETO. *Lei Complementar nº 01/96*: promulgada em 19 de dezembro de 1996: Institui o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou teoria vivida**. *Ponto Urbe*: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 1992. Disponível em: <http://n-a-u.org/pontourbe02/Peirano.html>. Acesso em: 23 fev. 2013.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, Edições Vértice, 1989.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. *Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos*. Elaboração Helenice Rêgo dos Santos Cunha. 9. ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. 93 p.

RAMALHETE, Filipa (Coord.). **Praça do Comércio: percepção e representação do espaço: presente e futuro**. Lisboa: Edual, 2009. 116 p.

REVISTAS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Diversos números.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno"**. *Anais do Museu Paulista*, v. 4, n.1, p.125-163, 1996.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça (org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 46-55.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo.** *Revista Projeto*, n. 86, São Paulo, abr. 1986.

SANTOS, Carlos N. F. dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto Editores, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Rita de Cássia Pedrosa. **Análise dos entraves para a criação de um arranjo produtivo local (APL) de base mineral da pedra-sabão na região de Ouro Preto, Minas Gerais.** 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mineral) – Departamento de Engenharia de Minas, UFOP.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação.** *Geousp*, São Paulo, v. 19, p. 93-111, 2006.

VARGAS, Heliana C. **Comércio, espaço público e cidadania.** In: ANPPAS – I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002, Indaiatuba, SP. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2002_vargas_comercioespacocid.pdf. Acesso em: 22 fev. 2013.

VARGAS, Heliana C. **Comércio e cidade: uma relação de origem.** Portal do Jornal Estado de São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2000_vargas_comerciocidadaderelacaorigem.pdf. Acesso em: 18 jan. 2014.

VARGAS, Heliana C. **Comércio varejista e as políticas urbanas: uma difícil conversa.** Sinopses. São Paulo: FAUUSP, n. 34, p. 20-30, abril de 2001. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2001_vargas_comerciovarejistapolitic as.pdf. Acesso em: 18 jan. 2014.

VARGAS, Heliana C. **A atividade comercial recriando o seu espaço.** *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, n.4, p.65-77, dez.1993.

VARGAS, Heliana C. **Do espaço de troca ao espaço do consumo:** a permanência do local frente ao global. In: ICA – CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 53., 2009, México. *Anais...* México, 2009. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2008_vargas_trocaconsumo.pdf. Acesso em: 18 jan. 2014.

VARGAS, Heliana C. **O lugar da arquitetura e a imagem do comércio.** *IHU on-line*. 15/08/2005. Shopping Centers: ilhas urbanas. Ano 4. 151 ed. p 11-12. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labcom/produtos/2005_vargas_ihuonline.pdf. Acesso em: 23 fev. 2013.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro:** o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256p.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VIEIRA, Liliane de Castro. **Largo do Coimbra, Ouro Preto:** a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO – Brasil, 6., 2005, Niterói. *Anais...* Niterói, 2005. 12p. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario6pdfs/Liliane de Castro Vieira.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario6pdfs/Liliane%20de%20Castro%20Vieira.pdf). Acesso em: 23 fev. 2013.

VILLELA, Clarisse M. **Artes e ofícios:** a cantaria mineira. *Revista Arquitextos*, São Paulo, n. 041, out. 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/646>. Acesso em: 18 jan. 2014.